

**ÂNGELA FRANCISCO RICARDO MANUEL**

**PLANEAMENTO TURISTICO EM ANGOLA.  
ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE A FORMAÇÃO  
SUPERIOR EM TURISMO E PLANEAMENTO  
LOCAL**

**Orientador. Professor Doutor Eduardo Figueira**

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias  
Escola de Ciências Económicas e das Organizações**

**Lisboa  
2016**

**ÂNGELA FRANCISCO RICARDO MANUEL**

**PLANEAMENTO TURISTICO EM ANGOLA.  
ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE A FORMAÇÃO  
SUPERIOR EM TURISMO E PLANEAMENTO  
LOCAL**

Dissertação defendida em provas públicas na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, no dia 21 de julho de 2017, perante o júri, nomeado pelo Despacho de Nomeação nº: 220/2017, de 23 de junho de 2017, com a seguinte composição:

Presidente: Professora Doutora Mafalda Luísa Serra Patuleia

Arguente: Professor Doutor António Sérgio Araújo de Almeida (I.P.Leiria)

Orientador: Professor Doutor Eduardo Figueira

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias**

**Escola de Ciências Económicas e das Organizações**

**Lisboa**

**2016**

## **DEDICATÓRIA**

Dedico a Dissertação aos meus Pais, Francisco Ricardo e Rosa José Ngola, que nunca mediram esforços para educar e propiciar um crescimento espiritual e intelectual a todos os seus filhos. O meu muito obrigado à minha querida mãe, pelos conselhos, orientações, persistência, dedicação, paciência... minha heroína, minha guerreira, meu porto seguro. Eu sou apenas o reflexo desta grande mulher, a minha querida mãe.

“Rosa José Ngola, minha mãe onde quer que esteja estará sempre no meu coração”

## AGRADECIMENTO

Começo por agradecer primeiramente a DEUS, que nunca me abandonou, que com a sua bênção deu-me forças para seguir em frente nesta grande jornada.

Em segundo lugar devo agradecer ao meu orientador Prof. Doutor Eduardo Figueira por me ter dado a oportunidade e a honra de ser sua orientanda. E pelo apoio incondicional demonstrado durante a realização do presente estudo.

Meu agradecimento muito especial ao Dr. Benjamim Gualdino Pereira da Cruz por me ter ajudado imenso, obrigada pelos debates saudáveis que tivemos, foram proveitosos durante a elaboração do trabalho,

O meu agradecimento ao Governo da província de Luanda (GPL), pela **Dispensa** de serviços e oportunidade para a formação, e em especial os funcionários da ex. Direcção Provincial de Hotelaria e Turismo, actual Gabinete Provincial para o Desenvolvimento Económico Integrado (G P D E I), pelo incentivo, camaradagem, para conclusão do trabalho. Companheiros de trabalho; foram alguns anos esse trabalho é principalmente para vocês sem a vossa ajuda não teria feito a formação.

Agradeço a Dr.<sup>a</sup> Jacinta NBondo, Chefe de Departamento de Monitorização e Supervisão Técnica da Direcção Nacional de Desenvolvimento Turístico, do Ministério de Hotelaria e Turismo, pelo apoio incondicional para realização deste trabalho.

O meu agradecimento a Comissão Administrativa da Cidade de Luanda (CACL), nomeadamente a Dr. Amélia Venceslau, Chefe de departamento dos Recursos Humanos da Administração do Município de Luanda, e a Direcção Municipal da Cultura e Turismo. Pela força coragem e sugestões relevantes ao longo da elaboração deste projecto aplicado.

O meu agradecimento vai, também, para o conjunto de docentes e discentes do Mestrado em Turismo da Universidade do Lusófona de Humanidade e Tecnologias, em especial à Diana Nova.

Agradeço a toda minha família, esposo, Filhos, irmãos, Noras, pelo incentivo, paciência, e ausência, por toda ajuda demonstrada no percurso académica para concretização de um sonho.

## RESUMO

O planeamento do turismo é uma actividade fundamental para promover e alcançar o desenvolvimento sustentável dos destinos turísticos. Neste sentido, tendo em vista a promoção do turismo nos territórios locais e, simultaneamente promover o desenvolvimento das respectivas comunidades, os profissionais de turismo que desenvolvem a sua actividade a nível local necessitam de possuir competências no domínio do planeamento do turismo. Nesta perspectiva, a presente dissertação foi desenvolvida com o objectivo principal de analisar e compreender a relevância da formação superior em turismo para a eficácia e competência dos profissionais de turismo na execução das suas actividades práticas nos territórios locais onde desenvolvem a sua actividade. Para o efeito, foi planeado e conduzido um estudo no âmbito do qual foi utilizado um inquérito por questionário administrado a docentes de cursos de turismo que formam profissionais que actuam no planeamento e gestão do turismo e a profissionais que exercem actividade em planeadores operacionais de turismo. As informações recolhidas através dos questionários foram analisadas com o recurso a estratégias estatísticas, utilizando-se para o efeito o programa estatístico informático, “*Statistical Package for Social Sciences*” (SPSS). Entre os principais resultados, verificou-se que os cursos de turismo que formam profissionais em turismo aparentam ser adequados em termos de conteúdos, designadamente em termos de planeamento turístico. No entanto, verificou-se também que a formação em turismo, no que diz respeito aos conteúdos relacionados com planeamento turístico, necessita de incluir mais actividades práticas de forma a promover maior aproximação à realidade o que poderá ser feito através de colaboração com os operadores turísticos.

**Palavras-Chave:** Planeamento de Turismo, Turismo Educação, planeamento local.

## **ABSTRACT**

Tourism planning is a fundamental activity to promote and achieve the sustainable development of tourist destinations. In this sense, in order to promote tourism in local territories and, at the same time, promote the development of their respective communities, tourism professionals working at local level need to have expertise in the field of tourism planning. In this perspective, the present dissertation was developed with the main objective of analyzing and understanding the relevance of higher education in tourism for the effectiveness and competence of tourism professionals in the execution of their practical activities in the local territories where they carry out their activity. To this end, a study was planned and conducted in which a questionnaire survey was administered to teachers of tourism courses who train professionals who work in the planning and management of tourism and to professionals who work in operational tourism planners. The information collected through the questionnaires was analyzed using statistical strategies, using the Statistical Package for Social Sciences (SPSS). Among the main results, it has been found that tourism courses that form professionals in tourism planning appear to be adequate in terms of content. However, it has also been found that tourism training, particularly with regard to contents related to tourism planning, needs to include more practical activities in order to promote closer approximation to reality, which can be done through collaboration with operators Touristic.

**Key words:** Tourism Planning, Tourism Education, Local Planning.

## **ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS**

AGT	Autoridade Geral Tributaria
AIL	Aeroporto Internacional de Luanda
OACI	Organização internacional da aviação civil para os Aeródromos e Heliportos.
ACA	Aeroclube de Angola.
ATA	Aéreo Táxis de Angola.
AAVOT	Associação das Agências de Viagens e Operadores
AHRA	Associação dos Hotéis e Resorts de Angola
APIEX	Agência Angolana para a Promoção do Investimento e Exportações
BITUR	Bolsa Internacional de Turismo de Angola
BPC	Banco de Poupança e Crédito
BNA	Banco Nacional de Angola
B S	Banco Sol
CACL	Comissão Administrativa da Cidade de Luanda
EHRT	Escola de Hotelaria e Restauração de Tala Tona
ENANA	Empresa Nacional de Exploração de Aeroportos e de Navegação Aérea.
ENAD	Escola nacional de Administração
FILDA	Feira Internacional de Luanda
GPL	Governo da Província de Luanda
INFOTUR	Instituto de Fomento Turístico
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
Minhotur	Ministério da Hotelaria e Turismo
MAPESS	Ministério se Administração Pública Emprego e Segurança Social
OMT	Organização Mundial do Turismo
RETOSA	sigla em inglês - Organização Regional do Turismo do Sul de África
SME	Serviço de Migração e Estrangeiros.
SAC	Serviço Aeronáutica Civil.
SADC	Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral.
TAAG	Linhas Aéreas de Angola
TIC	Tecnologias de Informação Comunicação.
UCCLA	União das Cidades Capitais de Língua portuguesa

## **ÍNDICE GERAL**

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
 <b>Capítulo 1 - Planeamento Turístico E Formação Superior Em Turismo Em Angola .....</b>	<b>13</b>
1.1. Problematização e Contexto da investigação .....	13
1.2. Propósito Geral e Objectivos específicos .....	13
1.3 Contextualização geográfica do estudo .....	14
1.3.1. Caracterização da Província de Luanda .....	15
1.3.1.1 Divisão Política Administrativa da Província de Luanda .....	16
1.3.1.2 Incumbências do Governo Provincial de Luanda. ....	17
1.3.1.4 Demografia.....	18
1.3.1.3 Caracterização Socioeconómica.....	20
1.3.2 Caracterização da Província do Cuanza Sul .....	20
1.3.2.1 Caracterização Administrativa .....	21
1.3.2.2. Domínios de incumbências do Governo Provincial do Cuanza Sul.....	22
1.3.2.3. Demografia.....	25
 <b>Capítulo. 2 - Planeamento Turístico .....</b>	<b>43</b>
2.1. Abordagem teórica e conceptual do Planeamento turístico .....	43
2.2. Os novos paradigmas da Gestão e planeamento do turismo .....	47
2.3. A Importância do planeamento turístico .....	54
2.4. Turismo e desenvolvimento local.....	64
2.5. Modelo de Desenvolvimento, Qualidade e Competitividade do Turismo .....	68
 <b>Capítulo 3 - Turismo em Angola .....</b>	<b>70</b>
3.1. Contextualização do turismo em Angola e nas Regiões Angolanas .....	70
3.2. Resenha histórica da Indústria do Turismo em Angola.....	73
 <b>Capítulo 4. Formação Superior em Turismo em Angola.....</b>	<b>77</b>
4.1 Educação e Formação em Turismo .....	77
4.2 O turismo como disciplina científica.....	81



<b>Capítulo 5. Abordagem Metodológica do estudo.....</b>	<b>84</b>
5.1. Delineamento Geral e calendarização .....	84
5.2. População alvo e Amostragem .....	87
5.3. Definição conceptual das variáveis .....	87
5.4. Instrumentação.....	88
5.5 Análise de dados.....	89
 <b>Capítulo 6 - Análise de discussão dos resultados .....</b>	<b>90</b>
6.1. Caracterização dos grupos alvos.....	90
6.2 A importância da formação superior em turismo para a promoção da actividade turística .....	93
6.3 A importância da disciplina de planeamento Turístico .....	93
6.4 A relevância dos conteúdos no planeamento turístico.....	95
6.5 Relevância e o papel das parcerias no planeamento turístico.....	96
6.6. Síntese dos resultados.....	97
 <b>Capítulo 7 - Considerações finais.....</b>	<b>98</b>
7.1. Notas conclusivas .....	98
7.2. Recomendações .....	102
 Bibliografia.....	104
 <b>ANEXO.....</b>	<b>I</b>
<b>Anexos I - Questionário aplicado aos Responsáveis pela Gestão e Planeamento do turismo nas Administrações Municipais.....</b>	<b>I</b>
<b>Anexo II - Questionário aplicado aos responsáveis pelos Cursos de Turismo .....</b>	<b>IV</b>
<b>Anexo III - Entrevista .....</b>	<b>X</b>

## ÍNDICE QUADROS

<b>Quadro 1-</b> Importância dos conteúdos da disciplina do planeamento turístico.....	94
<b>Quadro 2-</b> Friedman Test .....	95
<b>Quadro 3-</b> FriedmanTest .....	96
<b>Quadro 4-</b> Statistics .....	97

## ÍNDICE TABELAS

<b>Tabela 1-</b> Chegada de Turistas internacionais por Regiões em 2014 .....	30
<b>Tabela 2 -</b> Receitas de Turismo Internacional por Regiões em 2014 .....	31
<b>Tabela 3-</b> Chegada de Turistas às Fronteiras Angolanas em 2014 .....	33
<b>Tabela 4 -</b> Variação de Chegadas de Turistas por Região em 2014 .....	34
<b>Tabela 5-</b> Rede Hoteleira e Similar em Funcionamento por Província em 2014 .....	35
<b>Tabela 6-</b> Capacidade de Alojamento por Província em 2014 .....	35
<b>Tabela 7-</b> Classificação da Rede Hoteleira por Província em 2014 .....	37
<b>Tabela 8-</b> Chegadas de Turistas por Sexo e Principais Motivos de Viagens em 2014..	39
<b>Tabela 9-</b> Compromissos dos agentes turísticos com a sustentabilidade .....	69

## ÍNDICE FIGURAS

<b>Figura 1 -</b> Localização Geográfica de Angola.....	15
<b>Figura 2 -</b> Caracterização Província de Luanda .....	16
<b>Figura 3 -</b> Distâncias entre Luanda e outras Cidade.....	17
<b>Figura 4 -</b> Caracterização Administrativa.....	17
<b>Figura 5 -</b> Incumbências do Governo Provincial de Luanda.....	18
<b>Figura 6-</b> Mapa da Província do Cuanza Sul.....	20
<b>Figura 7-</b> Caracterização Administrativa.....	21
<b>Figura 8-</b> Incumbências do Governo Provincial do Cuanza Sul .....	24

## ÍNDICE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1-</b> Distribuição da População nos Municípios da Província de Luanda cortam a província de Luanda .....	20
<b>Gráfico 2-</b> Distribuição da População nos Municípios da Província do Cuanza Sul ....	25
<b>Gráfico 3-</b> População Residente por Municípios e Área de Residência.....	26
<b>Gráfico 4-</b> Percentagem de Chegadas de Turistas por Regiões em 2014 .....	30
<b>Gráfico 5-</b> Percentagem de chegadas de turistas internacional por Regiões em 2014 ..	31
<b>Gráfico 6-</b> Percentagem de Chegadas de Turistas por Região em 2014.....	33
<b>Gráfico 7-</b> Percentagem dos Motivos de Viagens em 2014 .....	38
<b>Gráfico 8-</b> Luanda % Investimento por Clusters e Outras Actividade .....	42
<b>Gráfico 9-</b> Cuanza Sul % Investimento por Clusters e Outras Actividades .....	42
<b>Gráfico 10-</b> Idade dos Docentes do curso do turismo.....	91
<b>Gráfico 11-</b> Idade dos responsáveis do planeamento turístico .....	91
<b>Gráfico 12-</b> Sexo Dos Docentes do curso do turismo.....	91
<b>Gráfico 13-</b> Sexo Dos responsáveis do planeamento turístico .....	91
<b>Gráfico 14-</b> Grau académicos dos Docentes do curso do turismo .....	92
<b>Gráfico 15-</b> Grau académico dos responsáveis do planeamento turístico .....	92
<b>Gráfico 16-</b> Anos de experiência docentes do Turismo .....	92
<b>Gráfico 17-</b> Anos de experiência Responsáveis do planeamento Turístico .....	92

## INTRODUÇÃO

A problemática estudada no âmbito desta dissertação surgiu pelo facto de ser estudante de Mestrado em Turismo, pela leitura de artigos Científicos relacionados com a função de planeamento turístico e ainda pelos desafios que Angola enfrenta em termos da promoção do turismo a nível dos territórios locais. Neste sentido, o objectivo geral desta dissertação centrou-se na análise e compreensão da relevância da formação superior em turismo para as funções de planeamento turístico ao nível local em Angola. Mais concretamente, o estudo empírico conduzido no âmbito da presente Dissertação em Turismo teve em vista analisar e compreender a relevância da formação superior em Turismo, em Angola, para a competência e eficácia dos profissionais de turismo no planeamento e execução das suas actividades nos territórios locais onde desenvolvem a sua actividade e, em consequência, compreender a relação entre a formação e a actuação no mercado laboral no domínio da actividade turística.

Acredita-se que a questão mais relevante para um planeamento turístico bem-sucedido é o facto de os agentes de turismo possuírem competências no domínio do planeamento de actividades de turismo. Neste sentido, a existência de oferta de formação em turismo a nível superior em cujo plano curricular estejam incluídos conteúdos relacionados com a função de planeamento turístico é muito relevante para um planeamento turístico eficaz a nível dos territórios locais. De facto, os graduados em turismo adquirem competências no domínio do planeamento de actividades turísticas através da formação específica no domínio de técnicas e estratégias de planeamento que as unidades curriculares no domínio do planeamento e gestão de actividades lhes proporcionam. Esta questão está aparentemente em vias de resolução em Angola uma vez que, recentemente, abriu em Luanda uma Instituição de Ensino Superior em Turismo.

Nesta perspectiva, acredita-se que o estudo realizado no âmbito desta Dissertação pode contribuir para a melhoria das propostas educativas na área do turismo, bem como para a própria estrutura da gestão e do planeamento turístico a nível local. O estudo foi conduzido através de um inquérito por questionário administrado a docentes de cursos de turismo que formam profissionais que actuam no planeamento e gestão do turismo e a profissionais que desenvolvem actividade de planeamento turístico em entidades públicas e privadas. As informações recolhidas através dos questionários foram analisadas com o recurso a estratégias estatísticas, utilizando-se

para o efeito o programa estatístico informático, “*Statistical Package for Social Sciences*” (SPSS). Entre os principais resultados, verificou-se que os cursos de turismo que formam profissionais em planeamento de turismo aparentam ser adequados em termos de conteúdo. No entanto, verificou-se também que a formação em turismo, designadamente no que diz respeito aos conteúdos relacionados com planeamento turístico, necessita de incluir mais actividades práticas de forma a promover maior aproximação à realidade social o que poderá ser feito através de colaboração com os operadores turísticos.

Para além da presente Introdução, a Dissertação está organizada em mais 7 capítulos. O **Capítulo 1** aborda e analisa aspectos relacionados com Planeamento Turístico e Formação Superior em Turismo em Angola e apresenta a problematização, o contexto e os propósitos da investigação. O **Capítulo 2** apresenta as abordagens teóricas e conceptuais do Planeamento Turístico e a relação com o Desenvolvimento Local. O **Capítulo 3** faz a contextualização do turismo em Angola a nível nacional e regional abordando, essencialmente, as actividades de Gestão e Planeamento do Turismo a nível regional. O **Capítulo 4** aborda a Educação e Formação Superior em Turismo em Angola, em geral, identificando e analisando os principais aspectos teóricos, práticos e metodológicos da formação superior em turismo, os aspectos relativos ao desenvolvimento pessoal, bem como as necessidades sociais e de mercado que interferem na prática do planeamento turístico municipal na área de estudo. O **Capítulo 5** apresenta e descreve a abordagem metodológica utilizada no estudo e o **Capítulo 6** apresenta, analisa e discute os resultados do estudo. A finalizar, o **Capítulo 7** faz as Considerações Finais do estudo no âmbito das quais apresenta algumas Notas Conclusivas e as correspondentes Recomendações.

## **Capítulo 1 -Planeamento Turístico E Formação Superior Em Turismo Em Angola**

### **1.1. Problematização e Contexto da investigação**

O turismo está, actualmente, considerado como sendo uma das mais importantes e principais actividades económicas a nível dos territórios locais, regionais e a nível mundial. Assim sendo, não é de estranhar que a governação da grande parte dos países, olhem para a actividade turística como uma das principais estratégias políticas para o desenvolvimento dos seus territórios. Neste período de globalização intensificadora, o turismo é assim olhado como uma força motriz, que poderá contribuir para a disseminação de valores, criação de novos hábitos e costumes, assim como a introdução de tolerância para com as diferenças e construção de uma nova paz mundial.

No âmbito desta problemática, o problema que esta dissertação pretende analisar centra-se na análise da coerência entre a formação superior do profissional de turismo e as funções de planeamento turístico ao nível local, focando-se concretamente na análise da perspectiva dos professores do ensino superior em turismo e dos profissionais de turismo sobre a relevância da formação superior em turismo para o desempenho eficaz dos profissionais que exercem funções de planeamento nos municípios em Angola. Assim, o objectivo geral do estudo empírico realizado teve em vista analisar e compreender a relação das funções de planeamento turístico ao nível local com a formação superior em turismo em Angola, e consequentemente, conhecer e compreender a coerência entre a formação e a actuação no mercado laboral. Neste sentido, o estudo desenvolvido no âmbito desta dissertação permitiu também verificar a capacidade e eficácia de actuação dos profissionais em turismo que tenham formação superior em turismo sem contudo, menosprezar, a aquisição de habilidades e competências por parte dos profissionais através da experiência e da frequência de cursos profissionais em turismo.

### **1.2. Propósito Geral e Objectivos específicos**

Como acima referido, o objectivo geral do estudo empírico conduzido no âmbito desta dissertação centrou-se na análise e compreensão da relevância do ensino superior em turismo para a qualificação dos profissionais de turismo, com competências que permitam desenvolver e dinamizar, individualmente ou em equipa, o turismo sustentável e de qualidade nos territórios locais em Angola. Ou seja, a formação

superior deve capacitar os futuros profissionais (Técnicos Superiores Profissionais de Turismo) com as competências adequadas para promover o turismo nos territórios locais em Angola não só em termos de prestação de informação relacionada com toda a actividade turística do País que, como é sabido, detêm uma diversidade rica em termos de património natural e cultural, como coordenando, gerindo e planeando serviços e actividades, em entidades públicas e privadas (empresas de turismo). Mais especificamente, os objectivos concretos do estudo teve o propósito de analisar a relevância da formação superior em turismo, em Angola, para as funções de planeamento turístico a nível dos territórios locais e, consequentemente, conhecer e compreender a coerência entre a formação e a actuação no mercado laboral no domínio da actividade turística. Neste sentido, este trabalho de investigação pretendeu ainda fazer uma análise reflexiva sobre a importância do turismo e da formação superior em turismo no contexto dos territórios locais angolanos, designadamente o seu impacto a nível económico, sociocultural e formação de quadros em concreto na região de Luanda através da análise do complexo turístico “Palmeira Real”, e na região do Kwanza Sul, através do Centro Turístico do Tocota, “Águas Quentes da Conda”.

Partindo-se do pressuposto de que para promover o turismo a nível local é fundamental que os profissionais saibam planear eficazmente as actividades de turismo, a questão de partida do estudo centra-se na necessidade de conhecer e compreender a relevância da formação superior em turismo para qualificar e capacitar os profissionais de turismo para planear eficazmente as actividades turísticas a nível dos territórios locais em Angola. Neste sentido, como acima foi referido, os objectivos desta dissertação é estudar e compreender a relevância da formação superior em turismo para um eficaz planeamento das actividades de turismo nos territórios locais, isto é, analisar e compreender como a formação superior em turismo pode melhorar o desempenho dos profissionais de turismo na sua actividade de planeamento das actividades turísticas a nível dos territórios locais em Angola. Nesta perspectiva, considerou-se também relevante analisar os conteúdos curriculares do curso superior em turismo no que diz respeito às estratégias e técnicas de planeamento de actividades turísticas.

### **1.3 Contextualização geográfica do estudo**

A República de Angola está situada na costa ocidental, na transição entre África Central e a África Austral, possui uma área de 1246700 Km<sup>2</sup>. Faz fronteira com a República Democrática do Congo a norte e a leste com a Zâmbia, a leste, e a Namíbia, a





permitindo boas acessibilidades, tanto por terra como por mar (Governo da Província de Luanda, 2014, p. 16)

**Figura2 - Caracterização Província de Luanda**

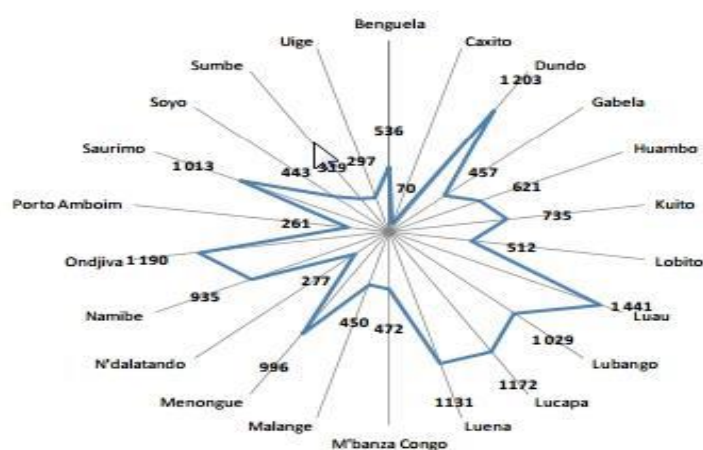


Fonte: <http://www.mpla.ao/imagem/Luanda.gif> (LUANDA, 2016, p. 1)

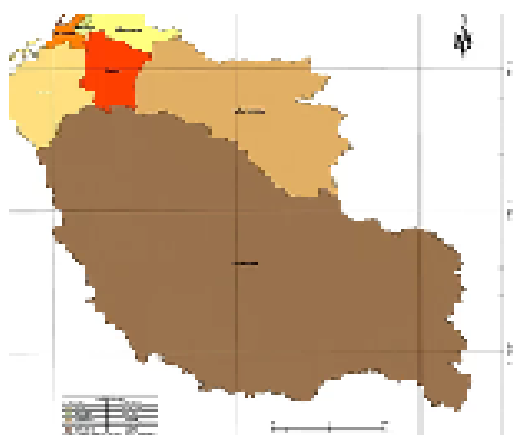
#### **1.3.1.1 Divisão Política Administrativa da Província de Luanda**

A capital da província de Luanda é a cidade com o mesmo nome que, ao mesmo tempo, é também um dos municípios da província. Com a reforma administrativa de 2011, de acordo com a Lei nº 29/2011 de 1 de Setembro, a província viu alargada a sua área, passando a ter 7 municípios (Luanda (Município Sede), Belas, Cacuaco, Cazenga, Icolo e Bengo, Quiçama, Viana). Luanda agrega 6 distritos urbanos (Ingombota, Kilamba Kiaxi, Maianga, Rangel, Samba, Sambizanga), enquanto os restantes municípios estão organizados em comunas. Em termos de dimensão geográfica, o município da Quiçama é incomparavelmente o maior, enquanto o município com menor dimensão é o do Cazenga. (Governo da Província de Luanda, 2014, p. 19).

**Figura 3 - Distâncias entre Luanda e outras Cidade**



**Figura4 - Caracterização Administrativa**



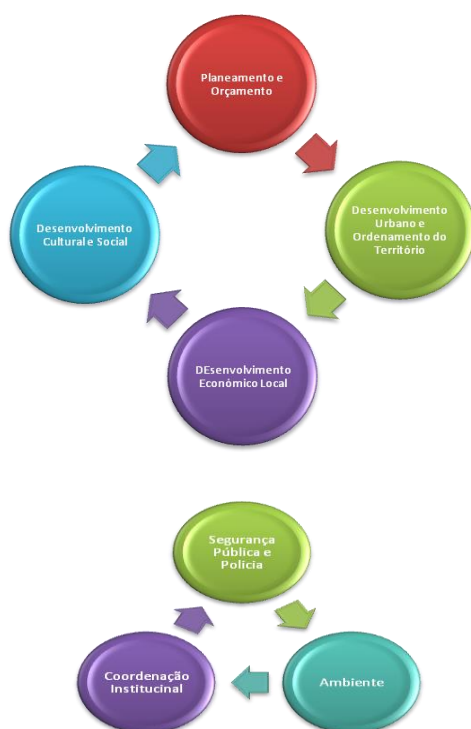
Fonte: <http://www.mapastopogis-ao.com/single-post/2016/2/1/Luanda-Divis%C3%A3o-Pol%C3%ADticaAdministrativa> acesso a 31/10/2016

Legenda		
	Municípios	População
	Luanda (Município Sede)	2 107 648
	Belas	1 065 106
	Cazenga	862 351
	Cacuaco	882 398
	Viana	1 525 711
	Icolo e Bengo	746 664
	Quiçama	250 366

### 1.3.1.2 Incumbências do Governo Provincial de Luanda.

De acordo com o Decreto Presidencial nº 276/11 de 31 de Outubro e alterações do Decreto Presidencial nº 293/2014 de 21 de Outubro, há 7 grandes domínios de incumbências do Governo Provincial de Luanda.

**Figura 5 - Incumbências do Governo Provincial de Luanda**



Fonte: <http://sipangola.org/gis/documents/Plano%20de%20Desenvolvimento%20Provincial%20de%20Luanda%202013-2017.pdf>

#### **1.3.1.4 Demografia**

A província de Luanda caracteriza-se pelo elevado efectivo populacional, sendo incomparavelmente a mais populosa de Angola, consequência de um forte êxodo de populações provenientes de outras províncias em especial durante o período da guerra civil. (Instituto Nacional de Estatística, 2014, p. 51).

A província de Luanda caracteriza-se ainda pelo elevado efectivo populacional, sendo incomparavelmente a mais populosa de Angola, consequência de um forte êxodo de populações provenientes de outras províncias em especial durante o período da guerra civil.

Segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE), com base nos resultados preliminares dos Censos de 2014, a população da província de Luanda é de 6 542 944 habitantes, comendo-se de uma população urbana de 6 377 246 **habitantes** e de uma população rural de **165 698 habitantes**. Face a esta população e à dimensão do território, a densidade populacional da província de Luanda é, em termos médios, de 347 pessoas por km<sup>2</sup> observando-se uma densidade populacional visivelmente acentuada nos

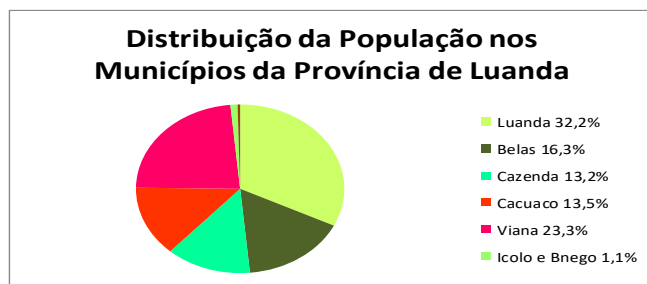
municípios do Cazenga e Luanda com 23.306 e 18.169 habitantes por quilómetro quadrado, respectivamente.

Isto indica que o território da província de Luanda apresenta visíveis assimetrias geográficas em termos demográficos. Ao contrário dos municípios de Luanda e Cazenga, verifica-se uma baixa densidade demográfica no município da Quiçama com 2 habitantes por km<sup>2</sup> e no município de Icolo e Bengo com 24 habitantes por km<sup>2</sup>. Importa realçar que a cidade de Luanda é a terceira maior cidade lusófona, depois das cidades brasileiras de São Paulo e Rio de Janeiro e que, ao mesmo tempo, vem recuperando dos longos e difíceis anos da guerra civil que deixaram muitas marcas na cidade. Embora a guerra civil tenha provocado alguns danos na cidade, Luanda não perdeu o encanto da sua beleza natural nem de uma atmosfera única, marcada pela presença portuguesa, mas onde a cultura e a identidade africanas estão fortemente vincadas. (INE.Luanda, Angola, 2014).

Os habitantes de Luanda pertencem na sua grande maioria aos grupos étnicos africanos *kimbundo*, *Tchokwe*, *Umbundos*, *Ovimbundos* e *Bacongos*. Anteriormente designada por São Paulo de Luanda, foi fundada em 25 de Janeiro de 1575, pelo capitão Paulo Dias de Novais, que ao desembarcar na ilha do Cabo, encontrou uma numerosa população nativa. É uma cidade encantadora, com uma paisagem única, uma energia contagiante e centenas de razões para que se deixe encantar pela singularidade do seu património.

Dois grandes rios, o Bengo e o Kwanza, do qual deriva o nome da moeda nacional. (INE.Luanda, Angola, 2014, p. 27).

**Gráfico 1- Distribuição da População nos Municípios da Província de Luanda cortam a província de Luanda**



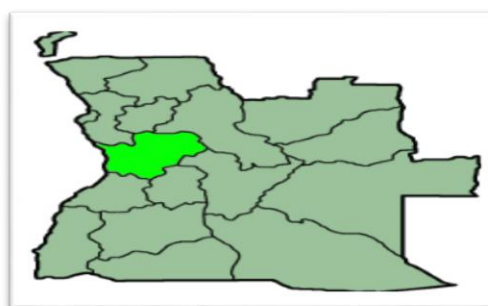
Fonte: INE, RGPH 2014, Resultados Preliminares

### 1.3.1.3 Caracterização Socioeconómica

A província de Luanda agrega o centro de decisão do País, constitui o espaço económico mais importantes de Angola, é o principal porto, assim como o maior parque Industrial em termos nacionais. Luanda vive momentos de mudança nunca visto na sua história, actualmente afirma-se como uma das cidades mais dinâmicas e diversificada no continente Africano e líder de grandes iniciativas dentro da sua comunidade. Surgem assim enormes desafios, inerentes a qualquer megacidade, no sentido de aproveitar de modo sustentável todo seu potencial (Governo da Província de Luanda, 2014, p. 15).

### 1.3.2 Caracterização da Província do Kwanza Sul

**Figura 6 - Mapa da Província do Cuanza Sul**



Fonte: (wikipedia, s.d)

Província do Kwanza Sul faz fronteira a Norte e Nordeste pelos rios Longa e Kwanza, com as províncias do Bengo, Cuanza Norte e Malange, com Benguela a sul, com Bié e Huambo a sudeste, e com o Oceano Atlântico a Oeste.

A fundação desta província ocorreu na foz do rio Ngunza, em 1769, pelo governador-geral de Angola, D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho<sup>1</sup>. A sua capital é o Sumbe, situada na orla costeira do Cuanza Sul, esta cidade está a cerca de 320 km de Luanda e a 208 km de Benguela. “SUMBE”, palavra de origem quimbundo, “kusumba”, de significado comercial, comprar e vende, prática que se fez corrente entre autóctones e negociantes portugueses e ingleses no litoral do Kwanza Sul. A língua nacional mais falada na província é o Kimbundo. Os grupos étnicos desta província são os kibalas, n'goias, musseles, massumbas e bailundos (Kanhango, 2009)

### 1.3.2.1 Caracterização Administrativa

A província é constituída por 12 Municípios: Amboim (Gabela), Cassongue, Ebo, Quibala, Quilenda, Libolo (Calulo) Mussende, Porto Amboim, Sumbe, Seles (Uko-Seles), Cela (Waku-Kungu) e Conda. As actividades mais importantes da província são a produção de café, a pesca, o artesanato local e agricultura. (Dum, 2014, p. 17).

**Figura 7- Caracterização Administrativa**



**Fonte:** <http://www.angolamarket.com/index.php?page=view/article/167/Kwanza-Sul>  
acesso a 30/09/2016.

<sup>1</sup> “Nasceu em Lisboa, em 1728 e faleceu em 1780. Foi nomeado governador de Angola, para suceder a António de Vasconcelos. Auxiliou o comércio, deu regimento aos escrivães das feiras e fez que os revivos do comércio fossem abolidos com o que elevou o contrato real da saída dos escravos a um rendimento que nunca antes tivera. Estabeleceu uma aula de geometria e fortificação, introduziu muitos melhoramentos em Benguela, mandou levantar o presídio de Novo Redondo...”

### **1.3.2.2.Domínios de incumbências do Governo Provincial do**

#### **Kwanza Sul**

No domínio do planeamento e orçamento:

Elaborar os planos e programas económicos, nos tipos e termos previstos na lei;

Elaborar os planos e programas de investimento público e de projectos de intervenção económica e social.

No desenvolvimento urbano e ordenamento do território:

Elaborar e aprovar a proposta do plano provincial de ordenamento do território e remetê-la ao órgão governamental que, a nível nacional, superintende o ordenamento do elaborar e aprovar projectos urbanísticos e o respectivo loteamento para às áreas definidas para construção;

Promover, apoiar e acompanhar o desenvolvimento de programas de autoconstrução dirigida e de habitação social;

Administrar o domínio fundiário público e privado do Estado;

No domínio do desenvolvimento económico local;

Promover e incentivar iniciativas locais de desenvolvimento empresarial;

Estimular o aumento da produção e da produtividade nas empresas de produção de bens e de prestação de serviços essenciais;

Promover a instalação e a reactivação da indústria para a produção de materiais de construção industriais agro-pecuárias, alimentares e outra para o desenvolvimento da província.

No domínio do desenvolvimento social e cultural:

Garantir assistência social, educacional e sanitária, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população;

Promover a qualificação e desenvolvimento dos recursos humanos a nível local;

Criar condições para o desenvolvimento da cultura e artes, promovendo a recolha, estudo e investigação, divulgação e valorização das distintas manifestações nas suas múltiplas formas;

Contribuir para o conhecimento e preservação, valorização do património histórico-cultural existente a nível provincial, municipal e comunal, promovendo levantamentos e estudo de todo o tipo de estruturas e realizações, classificadas ou a classificar;

No domínio da segurança pública e polícia:

Assegurar a protecção dos cidadãos nacionais e estrangeiros, assim como a propriedade pública e privada;

No domínio do ambiente:

Promover medidas tendentes à defesa e preservação do ambiente;

Promover acções, campanhas e programas de criação de espaços verdes;

Promover e apoiar as medidas de protecção dos recursos hídricos, de conservação do solo e da água e dos atractivos naturais para fins turísticos, tendo em conta o desenvolvimento sustentável do turismo;

No domínio da coordenação institucional:

Executar as deliberações do Conselho de Ministros em matéria de incidência local;

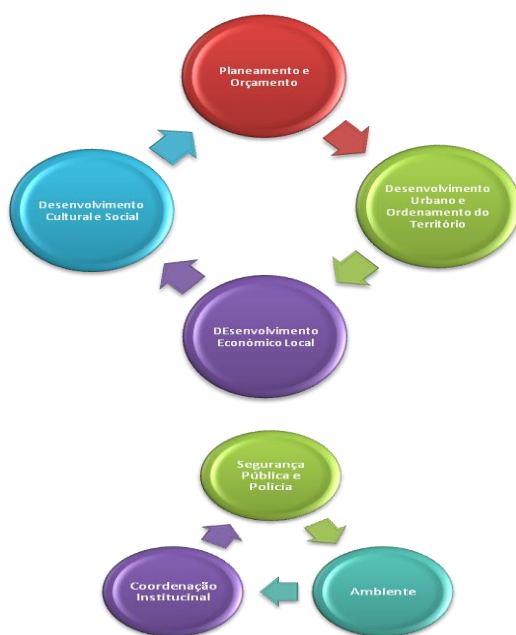
Assegurar a orientação, o acompanhamento e a monitoria das administrações municipais e comunais e superintender nos institutos públicos e empresas públicas de âmbito local;

Acompanhar e cooperar com os institutos públicos e empresas públicas nacionais, com representação local, nos respectivos programas e planos de desenvolvimento de actividades com vista à harmonização das respectivas intervenções;

Promover, nos termos da lei, iniciativas para conclusão de acordos ou protocolos de geminação e cooperação de cidades. (Governo da Província do Kuanza Sul, 2015).



**Figura 8- Incumbências do Governo Provincial do Kwanza Sul**

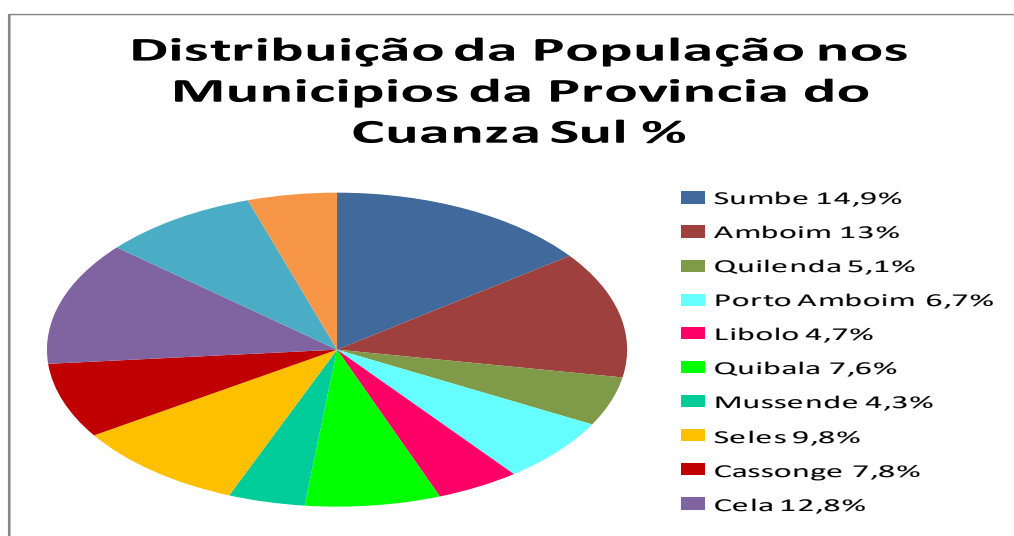


Fonte: (Governo da Província do Kwanza Sul, 2015)

Ao contrário da província de Luanda, mais cosmopolita e centro de decisões, a província do Kwanza Sul não deixa de ter a sua importância em termos paisagísticos apresentando uma paisagem e beleza ambiental únicas oferecendo uma diversidade de paisagens deslumbrantes devido ao seu relevo alternado entre montanhas e planaltos. São lugares de visita obrigatória as ruínas de fortalezas e os sítios arqueológicos com pinturas rupestres que datam do Neolítico. Em relação ao seu contributo para a economia local e nacional, a província do Kwanza Sul é bem irrigada pela passagem dos rios Kwanza, Longa, Cuvo ou Queve e Cubal, o que permite não só que os solos sejam férteis para a agricultura, como também se desenvolva uma actividade pesqueira na região. Para além de ser potencialmente agrícola, possui outros recursos, como os piscatórios, turísticos, águas gaseificadas, águas subterrâneas (termais), cobre, gesso, calcário, caulino, quartzo, diamantes, ouro, petróleo, mica, níquel, cianite, etc. As principais culturas exploradas são essencialmente alimentares: milho, mandioca, hortícola, banana, feijão, amendoim, palmar, abacaxi e frutas. Nos últimos anos têm sido desencadeadas acções com vista ao fomento da cultura do algodão, do girassol e de soja. (Porto Editora, 2003).

O município do Sumbe é o que apresenta o maior número de residentes, concentrando 15% da população da província, seguindo-se os municípios de Amboim (13%) e Cella (12%). Estes 3 municípios concentram cerca de 40% do total da população residente na província. O município de Mussende com 4%, seguido dos municípios de Libolo, Conda e Quilenda são os menos habitados da província com 5% cada. (Instituto Nacional de Estatística, 2014, p. 63).

**Gráfico 2- Distribuição da População nos Municípios da Província do Kwanza Sul**

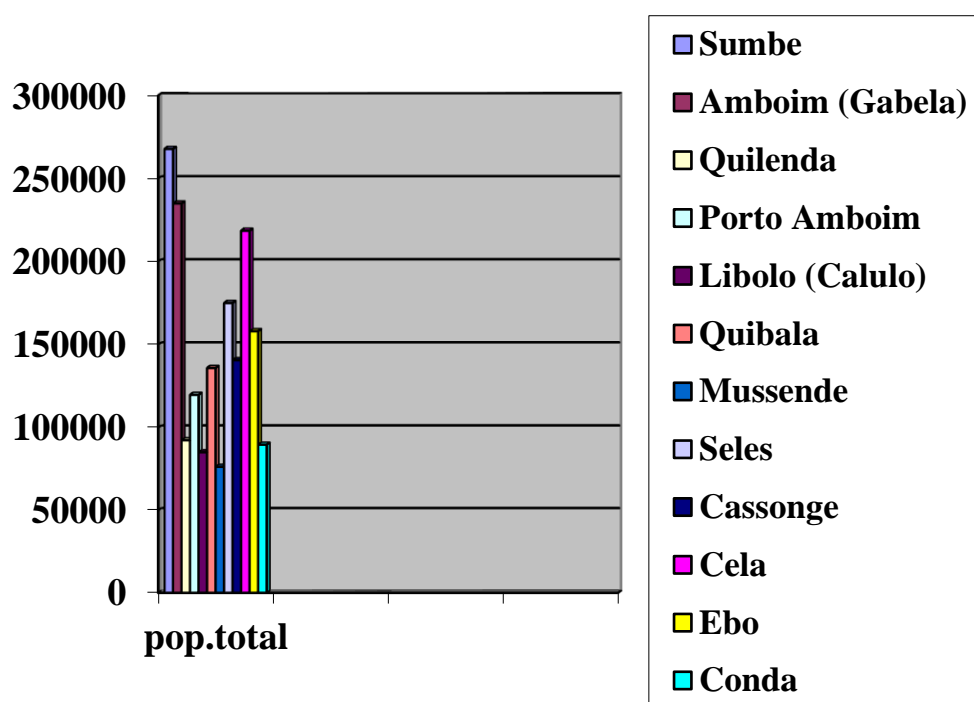


Fonte: (Instituto Nacional de Estatística, 2014, p. 59)

### **1.3.2.3. Demografia**

De acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE), com base nos resultados preliminares dos Censos de 2014, a população da província do Kwanza sul é de 1 793 787 habitantes, sendo 865.021 do sexo masculino e 928.766 do sexo feminino. Em relação às características da população, contrariamente à da província de Luanda, o Kwanza sul apresenta uma população em que a maioria é rural atingindo o número de 1 108 745 habitantes enquanto a população urbana ronda os 685 042 habitantes.

**Gráfico 3- População Residente por Municípios e Área de Residência**



Fonte(ENE), Instituto Nacional de Estatística , 2014, p. 59).

As assimetrias geográficas em termos demográficos do território da província do Kwanza Sul, tal como na província de Luanda, também são bem visíveis. Importa, contudo, realçar que a cidade do Sumbe encara algum optimismo, fruto de grandes realizações que ocorrem, destacando-se as obras de requalificação da cidade, bem como o surgimento de novas infra-estruturas sociais que estão a ser construídas no quadro do Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza e outro dos cuidados primários de saúde. Torna-se urgente intervir nos mais variados domínios de forma a propiciar a execução de projectos de forma a imprimir nova dinâmica de desenvolvimento da circunscrição municipal, assim como dar sinais de mudanças á população residente, visitantes e investidores, visando a modernidade. (Ministério do Planeamento e do Desenvolvimento, 2012).

O abastecimento de água potável, o seu tratamento e a substituição do actual sistema de captação vai melhorar significativamente a qualidade de vida dos habitantes dos municípios da Província do Kwanza Sul. Esta melhoria era um desejo de longa data, tal como o fornecimento de energia eléctrica através da Subestação de transformação de energia eléctrica, a partir da Barragem de Cambambe, uma condição para relançar a indústria e outros serviços. Depois da agricultura, o sector das pescas vem a seguir em termos de importância económica da região. A província do Kwanza Sul, com cerca de

178 km lineares de orla marítima, por se situar numa zona intermédia que sofre ainda influência da Corrente Fria de Benguela, é rica em recursos piscatórios muito variados, sendo igualmente conhecida por um potencial natural de crustáceos, com particular destaque para a “lagosta, caranguejo, camarão e gamba.(Ministério do Planeamento e do Desenvolvimento, 2012, p. 186).

Dada a natureza deste trabalho de investigação considera-se relevante ressaltar a importância do turismo no contexto do território angolano, assim como o seu impacto a nível económico, sociocultural e formação de quadros em concreto na região de Luanda, De realçar para a actividade turística a nível nacional a importância do complexo turístico “Palmeira Real” na Província de Luanda o Centro Turístico do Tocota, “Águas Quentes da Conda”na Província do Kwanza Sul. Embora com características distintas e com assimetrias, as duas províncias têm elevado potencial para dar contributos significativos para o desenvolvimento do turismo angolano. (Ministério do Planeamento e do Desenvolvimento, 2012, p. 186).

Angola é um país que vale a pena explorar, o Hino Nacional, disso nos recorda: "Aos nossos rios, nossos lagos, às nossas montanhas, às florestas havemos de voltar". Em termos de turismo, pode-se afirmar que Angola é um diamante em bruto, com um potencial enorme ainda por explorar sendo, sem dúvida, um país abençoado pela natureza. Contudo, é difícil afirmar qual a maior riqueza de Angola em termos turísticos. Por um lado, os povos angolanos possuem uma riqueza cultural digna de realce e, por outro lado, o território é dotado de um património natural riquíssimo e de enorme beleza paisagística. De facto, o território angolano apresenta uma variedade tão grande de paisagens, clima, praias lindíssimas, montes, florestas tropicais, deserto, juntando a tudo isto, uma fauna e flora incrivelmente rica, convidando à prática do ecoturismo, desportos radicais, safaris fotográficos e etnográficos. (Publituris, 2016).

Recentemente (Agosto de 2016) foi construído mais um resort de luxo em Luanda, o Palmeira Real Publituris (2016). Um grupo privado angolano prevê criar mais de 1.600 empregos com um ‘resort’ de luxo 60 quilómetros a sul de Luanda, na foz do rio Kwanza, num investimento global de 49milhões de euros. A informação consta do contrato de investimento entre a empresa Kwanza Rio Tours – Turismo e a União Técnica para o Investimento Privado (UTIP), para a construção, gestão e promoção do complexo turístico Palmeira Real, na comuna da Barra do Kwanza, no município de Belas. Este investimento envolve a construção de moradias de luxo, blocos de apartamentos, zonas de lazer e desporto, restauração, lojas, infra-estruturas e

equipamentos sociais, numa área de cinco milhões de metros quadrados. A primeira fase deste projecto desenvolve-se até final do ano, com a construção de vias de acesso, de elementos necessários à comercialização e de uma casa-modelo tipo mansão. (Publituris, 2016).

Nos cinco anos que se seguem será feita a comercialização e construção faseada do complexo, num investimento global previsto de 55,5 milhões de dólares (48,8 milhões de euros) estimando-se a criação de 1.608 postos de trabalho directos até 2022, dos quais 1.550 por parte das empresas de prestação de serviços como hotelaria, restauração, paisagismo, manutenção, limpeza e segurança, necessários ao funcionamento deste ‘resort’. Ao abrigo do contrato com a UTIP, os promotores vão beneficiar de uma redução de 42,5%, durante seis anos, no pagamento dos impostos Industrial, sobre Capitais e de aquisição de terrenos e imóveis, entre outros. O projecto encomendado pela empresa ao gabinete sul-africano Stauch Vorster Architects, explica que o objectivo da Kwanza RioTours para aquela zona passa pela instalação de 250 residências de luxo, com entre 350 a 1.300 metros quadrados e apartamentos de 110 metros quadrados. Um clube de praia, um hotel de quatro estrelas, espaços desportivos de lazer e serviços de apoios fazem parte do projecto inicial desenhado por este gabinete de arquitectos para o ‘resort’ na foz do maior rio angolano<sup>2</sup>.”

Por outro lado, a 27 de Junho de 2016, foi apresentado na cidade do *Waku-Kungo*, município da Cela, o empreendimento turístico *Lupupa Lodge* que dispõe de um manancial natural cujo objectivo é ser exemplo para o ecoturismo e para estimular a educação ambiental. O *Lupupa Lodge*<sup>3</sup> localiza-se a 15 quilómetros a sul da cidade do *Uaco-Cungo*, adjacente à estrada nacional nº 120, contando com um hotel de 4 estrelas, pistas para automobilismo, e motociclismo. A biodiversidade animal, montanhas, rio Lupupa e a arborização natural são outros atractivos do *Lupupa Lodge* que está instalado numa área de 35 mil hectares, sendo 80% para o ecoturismo. “O ecoturismo é uma das grandes fontes de receitas para muitos países e dado que Angola está no processo de diversificação da sua economia, incitativas como estas do Lupupa Lodge devem ser incentivadas em todo o território Nacional.(Publituris, 2016).

O ecoturismo é a actividade turística que respeita e preserva o equilíbrio do meio, fomentando a educação ambiental, também chamado de turismo

---

<sup>2</sup><https://www.dinheirovivo.pt/angola/resort-luanda-preve-criacao-1600-empregos/> acesso a 25/10/2016

<sup>3</sup> Inf <https://www.dinheirovivo.pt/angola/resort-luanda-preve-criacao-1600-empregos/> na página do jornal, Agencia Angola Press (ANGOP) 27 Junho de 2016.

ecológico<sup>4</sup>Projectos como o Resort Palmeira Real e o *Lupupa Lodge*, são importantes, mas, vai sendo tempo do empresariado angolano pensar em reactivar e reabilitar na verdadeira ascensão da palavra, o turismo nacional através de complexos naturais ou construídos, como o Centro Turístico do Tocota onde se situam as famosas “Águas Quentes” Conda. Esta vila, em tempos a rainha da cafeicultura e que mantém o sonho de o voltar a ser, foi fundada em 1918<sup>5</sup>.

A água ferve debaixo dos nossos pés dizem os mais velhos “o tempo fê-las brotar das rochas, do interior da montanha do Dragão, para ajudar a curar males do corpo.” Reza a lenda que o ser mítico lança-a, tipo fogo, desde as entranhas do cerro, a uns exactos 43,2 graus de temperatura. Sem ferver, mas bastante quente, dizem os mais velhos e confirmam os doutores que estas águas curam várias dores. As termas de Tocota<sup>6</sup>, também conhecidas por águas quentes de Conda, são consideradas remédio para ajudar a curar males do corpo. (RA.LAZER, 2016).

O turismo tem evoluído ao longo dos tempos tendo-se formado uma nova concepção de actividade turística. Hoje é possível falar-se de um “novo” turismo em contraposição com o “velho” turismo. O velho turismo, caracterizado tradicionalmente por um consumo massificado, baseia-se nos designados 3 “S” (Sun, Sea, Sand) e onde as necessidades dos turistas aparecem em 2º plano. Este modelo que vigorou até aos anos 50, está ultrapassado e não é sustentável devido às quatro seguintes razões (i) não contempla a importância da conservação dos sistemas naturais nem do uso racional dos recursos naturais; (ii) acentua o processo de crescimento em detrimento dos aspectos qualitativos do mesmo; (iii) distribui com enorme desigualdade os frutos do desenvolvimento turístico e (iv) não integra o território e suas singularidades na oferta turística, potenciando a homogeneização e a descaracterização de vários destinos. Assim e em alternativa com uma nova oferta turismo, um novo modelo onde em contraposição aos anteriores “S” surge agora os 3 “L” (Landscape, Leisure, Learning) onde se verifica uma alteração significativa no comportamento dos turistas e nas estratégias turísticas (Poon, 1993, p. 20).

---

<sup>4</sup>[http://www.angop.ao/angola/pt\\_pt/noticias/turismo/2016/5/26/Cuanza-Sul-Municipio-Cela-ganha-empreendimento-turistico,b197be96-7645-4a1a-b436-b2fa9790af5b.html](http://www.angop.ao/angola/pt_pt/noticias/turismo/2016/5/26/Cuanza-Sul-Municipio-Cela-ganha-empreendimento-turistico,b197be96-7645-4a1a-b436-b2fa9790af5b.html) acesso 25/10/2016

<sup>5</sup>“Vila da Conda foi fundada a 15 de Agosto de 1918, pelo Português Semião Pinto, dando o início do nascimento do povoado comercial, circunscrito ao concelho de Seles.”  
[http://www.angop.ao/angola/pt\\_pt/noticias/sociedade/2004/7/33/Kwanza-Sul-Conda-podera-contribuir-para-desenvolvimento-provincia,c8dd7fef-eed3-4a29-b83f-d376fccaba25.html](http://www.angop.ao/angola/pt_pt/noticias/sociedade/2004/7/33/Kwanza-Sul-Conda-podera-contribuir-para-desenvolvimento-provincia,c8dd7fef-eed3-4a29-b83f-d376fccaba25.html) acesso a 23/10/2016

O turismo internacional, em 2014, atingiu o número impressionante de 1.135 milhões (mil cento e trinta e cinco milhões) de turistas, 51 milhões a mais que o ano de 2013.

Um aumento de 4,7%, sendo 2014, o quinto ano consecutivo de crescimento acima da média desde a crise económica de 2009. Veja-se:

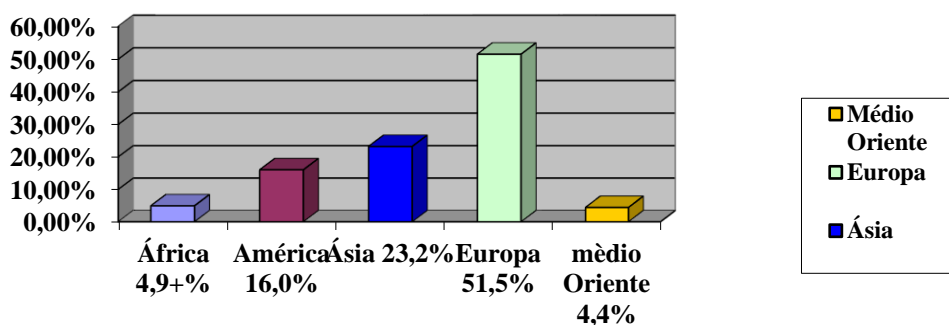
As Américas (7%), Ásia e Pacífico (5%), Europa (4%), Médio Oriente (4%) e África (2%). (Organização Mundial do Turismo, 2014).

**Tabela 1 - Chegada de Turistas internacionais por Regiões em 2014**

Regiões	Chegadas(milhões)
África	56
América	182
Ásia	263
Europa	584
Médio Oriente	50
Total	1.135

Fonte: Organização Mundial do Turismo (OMT 2014)

**Gráfico 4 - Percentagem de Chegadas de Turistas por Regiões em 2014**



Fonte: Anuário de Estatística do Turismo de 2014. Ministério de Hotelaria e Turismo

Olhando a estes resultados, verifica-se que as receitas do turismo internacional aumentaram em USD 48 biliões (quarenta e oito biliões de dólares), em 2014, atingindo um recorde de USD 1.245 biliões (mil duzentos e quarenta e cinco biliões de dólares), gerados por gastos em alojamentos, alimentações e bebidas, entretenimento, compras e aquisição de outros serviços e bens, estimados em USD 1.245 biliões (mil duzentos e

quarenta e cinco bilhões de dólares), cerca de € 937 bilhões (novecentos e trinta e sete bilhões de euros), em 2014, mesmo tendo em conta as fatídicas flutuações da taxa de câmbio e inflação.

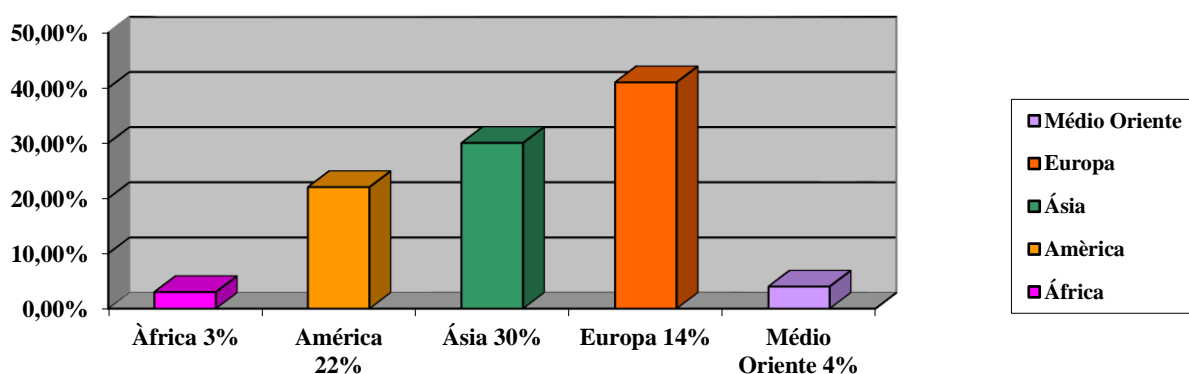
Para além das receitas do turismo internacional, relativamente às viagens na Balança de Pagamento, este também gera receita de exportação através de serviços internacionais de transporte de passageiros não residentes, pelo que hoje em dia, o turismo é visto como uma componente cada vez mais importante no comércio internacional.

**Tabela 2 - Receitas de Turismo Internacional por Regiões em 2014**

Regiões	Receitas ( US\$milhões)
África	36
América	274
Ásia	377
Europa	509
Médio Oriente	49
Total	1.245

Fonte: Organização Mundial do Turismo (OMT)

**Gráfico 5 - Percentagem de chegadas de turistas internacional por Regiões em 2014**



Fonte: Anuário de Estatística do Turismo de 2014. Ministério de Hotelaria e Turismo

Após esta breve nota sobre o turismo internacional em geral, regresse-se à análise da evolução do turismo angolano com o auxílio de indicadores de dados do ano de 2014, através dos métodos enquadrado nos conceitos da OMT (Organização Mundial



de Turismo). De acordo com Ministério da Hotelaria e Turismo<sup>6</sup> do Governo de Angola, o movimento de chegadas de turistas às fronteiras angolanas atingiu os 594 mil (quinhentos e noventa e quatro mil), habitantes, o equivale a um decréscimo de 8% comparando com o ano de 2013. Este abrandamento, em 2014, verificado na região de África, deve-se ao surto do **Ébola** que assolou certos países do Oeste de África e a Ásia, em especial á China ter registado uma redução no turismo de negócio. Assim sendo, o turismo angolano apresentou indicadores bastante positivos.

A Europa teve um aumento de 94mil (noventa e quatro mil), turistas em 2014, número para cerca de 273 mil o qual contribuíram Portugal, Reino Unido e Itália, com cerca de 84% de proveniências, isto é 273 mil (duzentos e setenta e três mil entradas).

A região americana atingiu 13%, um aumento de 9 mil (nove mil) turistas, pois as entradas situaram-se em 87 mil (oitenta e sete mil), destacando aqui o Brasil,

Porto Rico, Estados Unidos da América e Cuba com cerca de 87%, 72 mil (setenta e duas mil) chegadas. Assim no biénio 2013 e 2014 o fluxo do turismo em Angola atingiu a cifra de 1.245 mil (mil e duzentos e quarenta e cinco), turistas, um acréscimo de 23%, mais de 25 mil (vinte e cinco mil), em comparação com o período homólogo 2011/2012. Em termos de mercado, verifica-se que a Europa constitui o principal mercado emissor, atingindo os 60%, em 2014, número para cerca de 273 mil o qual contribuíram Portugal, Reino Unido e Itália, com cerca de 84% de proveniências, isto é 273 mil (duzentos e setenta e três mil entradas). A região americana atingiu 13%, um aumento de 9 mil (nove mil) turistas, pois as entradas situaram-se em 87 mil (oitenta e sete mil), destacando aqui o Brasil,

O turismo deve ser utilizado como uma estratégia complementar de reforço ao desenvolvimento do país, com a perspectiva de ajudar na resolução de alguns dos problemas que ainda afectam Angola e, não como um fim, como acontece em certas economias mundiais. O turismo pode e deve desempenhar um papel importante, já que os factores essencialmente económicos não são determinantes sobre os outros factores como acontece com os factores sociais e ambientais por exemplo Semedo (2011). Há que reter que as consequências do turismo, não diferem muito dos países desenvolvidos dos outros países, a diferença está que nos países com problemas de infra-estruturas e pouca experiência turística, os impactes negativos tendem a manifestar-se com maior acutilância.

---

<sup>6</sup> “Anuário de Estatísticas do Turismo de Angola de 2014”, edição 2015, nº 10.

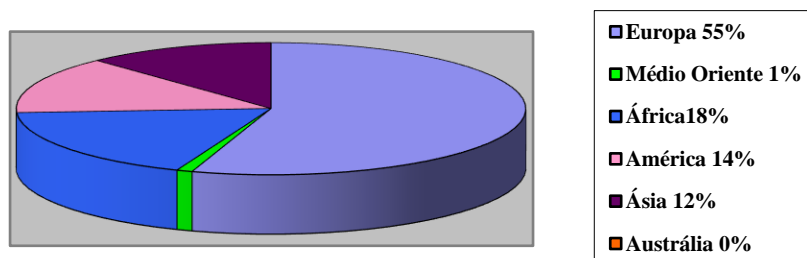
Assim se percebe o motivo pelo qual a adopção da economia do turismo enquanto factor estratégico nem sempre tem correspondido às expectativas das várias economias (Sarmento E. M., 2006, p. 526 )

**Tabela 3- Chegada de Turistas às Fronteiras Angolanas em 2014**

Regiões	Chegadas em mil)
África	107.269
América	83.605
Ásia	72.294
Europa	325.970
Médio Oriente	4.910
Austrália	950
Total	594.998

Fonte: Serviços de Migração e Estrangeiros (SME)

**Gráfico 6- Percentagem de Chegadas de Turistas por Região em 2014**



Fonte: Fonte: Anuário de Estatística do Turismo de 2014. Ministério de Hotelaria e Turismo

**Tabela 4- Variação de Chegadas de Turistas por Região em 2014**

Regiões	Anos		Variação %
	2013	2014	
África	222.830	107 209	-52
América	74.216	83 605	13
Ásia	113.465	72 294	-36
Austrália	2064	950	-54
Europa	23 1266	325 970	41
Médio Oriente	6 192	4910	-21
Total Geral	650 033	594 998	-8

Fonte: Anuário de Estatística do Turismo de 2014. Ministério de Hotelaria e Turismo

O adequado planeamento do que se pretende para o turismo angolano, ou melhor, a visão do futuro próximo ou distante, é certamente determinante para uma melhor realização das tarefas e garante dos objectivos, tanto por parte das pessoas como por parte das organizações (Petrocchi, 2007).

Contudo este deve integrar de forma clara e aberta todos os aspectos sociais, ambientais, históricos e culturais da região, para que a implementação da actividade turística seja constante, sustentável e contribuía para ao PIB (produto interno bruto), como para a criação de emprego, ocupação, renda e na melhoria da qualidade de vida da população angolana. Neste contexto, o planeamento do turismo deverá assegurar que se mantêm intactos os atractivos que constituem a maior motivação para a captação dos turistas.

Neste sentido, Luanda destaca-se na oferta de alojamento, como em relação á arrecadação da maior fatia de receitas, enquanto as províncias do interior têm uma oferta reduzida e consequentemente uma receita reduzida.

Segundo dados oficiais, a rede hoteleira e similar de Angola vem registando resultados positivos desde o ano de 2009. Em 2014 estavam em funcionamento 6.277 unidades hoteleiras, meios complementares de alojamento, restaurantes e similares, agências de viagens e turismo, correspondendo a 8% de crescimento, ou seja, o aparecimento de 511 novas unidades quando comparado com 2013. Este parque

hoteleiro e similares estão distribuídos geograficamente por todas as províncias de Angola, destacando-se:

- Capacidade de alojamento Luanda, 17.755; Benguela-3.689; Huíla – 1.461 e a Província do Kwanza Sul-1.13;
- Rede hoteleira e similar – Luanda-2.203; Benguela-1.553; Huíla-820 e Cuanza Sul-288:

**Tabela5- Rede Hoteleira e Similar em Funcionamento por Província em 2014**

Províncias	Hotéis	Apart hotéis	Alberg	Pensões	Aldeam. Tur	Conj. Tur	Pousadas
Luanda	84	8	40	158	45	0	0
Benguela	20	7		72	2	0	6
Huíla	9	0	0	15	15	0	0
Cuanza Sul	18	0	0	33	0	1	3

Províncias	Hospedaria	Motéis	Estalagem	Rest.Simi	AVT	Total
Luanda	209	0	4	1.531	124	2.203
Benguela	81	0	0	1.365	0	1.553
Huíla	74	0	0	707	0	820
Cuanza Sul	51	0	0	182	0	288

Fonte: Direcções Provinciais do Comércio Hotelaria e Turismo

**Tabela6- Capacidade de Alojamento por Província em 2014**

Províncias	Hotéis		Meios complementares alojamento		Total Hotéis e Meios Complementares de alojamento	
	Quartos	Camas	Quartos	Camas	Quartos	Camas
Luanda	5.525	7.580	6.212	10.175	11.737	17.755
Benguela	1.629	2.128	1.617	1.561	3.246	3.689
Huíla	637	898	621	563	1.258	1.461
Cuanza Sul	657	8731	251	300	908	1.131

Fonte: Direcções Provincial do Comércio Hotelaria e Turismo (2014)

De acordo com a análise do referido período (2014), a capacidade de quartos de hotéis e meios complementares de alojamento foi de 22 mil (vinte e dois mil), uma

variação positiva em relação ao ano homólogo, 2013, em que se destacam os meios complementares de alojamento, 52% contra 48% de hotéis e por províncias, Luanda com 53%, Benguela com 15% e Huíla com 6%, são as províncias que sobressaem.

A capital, a cidade de Luanda, é a cidade com preços mais caros do sector, cerca de 300 (trezentos), dólares com pequeno-almoço incluído, é o valor por noite num hotel de três estrelas, em relação às outras províncias onde é possível encontrar quartos no valor de 150 (cento e cinquenta), dólares na mesma modalidade, num hotel de duas a três estrelas. O Ministério de Hotelaria e Turismo prevê, até 2020, perto de 4,6 milhões de turistas e de acordo com as últimas notícias da Agencia Nacional de Notícias de Angola<sup>7</sup> (ANGOP).

“Angola conta com mais de 200 hotéis licenciados. A informação foi prestada nesta segunda-feira, 1, em Luanda, pelo ministro da Hotelaria e Turismo, Paulino Baptista, durante um encontro com membros da Associação de Hotéis e Resorts de Angola (AHRA). (Associação dos Hotéis e Resorts, 2016).

No encontro, o governante informou estar em construção várias unidades hoteleiras a nível nacional e, dentro desse quadro, destacou o contributo de algumas empresas promotoras de projectos, cujo volume de investimento no sector é considerável.

Das empresas promotoras destaca-se as AAA, com unidades hoteleiras em construção nas 18 províncias do país, perfazendo um total de 6.445 quartos, e as empresas Chicoil, Miamop, Vip e Santos Bikuku que têm projectos em estado avançado nas províncias de Luanda, Malanje e Luanda Sul. (ANGOP, 2016).

Os projectos mencionados, referiu o ministro, perfazem um total de 8.188 novos quartos, o que abre uma nova página para o sector hoteleiro e turístico, além de engrandecer a (AHRA)

“Temos que dinamizar todo o sistema hoteleiro turístico para ultrapassar os desafios do sector, apostar na captação de receitas e na organização do sistema de formação”, concluiu.”

---

<sup>7</sup><https://www.google.pt/webhp?sourceid=chrome-instant&ion=1&espv=2&ie=UTF-8#safe=active&q=O+Minist%C3%A9rio+da+Hotelaria+e+Turismo+tem,+atualmente,+registrados+14+mil+quartos+e+18+mil+camas,+distribu%C3%ADdos+por+185+hot%C3%A9is> in 02-09-2016 09:51 e <http://www.minhotur.gov.ao/> acesso a 10/11/2016

**Tabela 7- Classificação da Rede Hoteleira por Província em 2014**

<b>Províncias</b>	<b>1 Estrela</b>	<b>2 Estrela</b>	<b>3 Estrela</b>	<b>4 Estrela</b>	<b>5 Estrela</b>	<b>Total</b>
<b>Luanda</b>	<b>26</b>	<b>24</b>	<b>24</b>	<b>7</b>	<b>3</b>	<b>84</b>
<b>Benguela</b>	<b>1</b>	<b>10</b>	<b>6</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>20</b>
<b>Huila</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>9</b>
<b>Cuanza Sul</b>	<b>9</b>	<b>2</b>	<b>7</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>18</b>

Fonte: Direcções Provinciais do Comércio Hotelaria e Turismo (2014).

Actualmente, é necessário introduzir medidas de sustentabilidade nas actividades de turismo pelo que é fundamental apostar em modelos e estratégias de turismo sustentável, isto é, estratégias de turismo que compatibilizem o desenvolvimento do turismo com a preservação dos recursos naturais, culturais e sociais e que favoreçam a redução das tensões entre visitantes e as comunidades anfitriãs. É pois necessário que as estratégias para o desenvolvimento do turismo tomem em consideração a manutenção de um equilíbrio entre todos os intervenientes na actividade desde promotores a consumidores. Presentemente, o recurso a produtos massificados como é o Sol e Praia, não é suficiente para garantir a atracção dos turistas, uma vez que as pessoas procuram cada vez mais experiências com contactos com a natureza e com as tradições culturais das populações residentes e, neste sentido, Angola apresenta muitas valências para proporcionar estas experiências aos turistas.

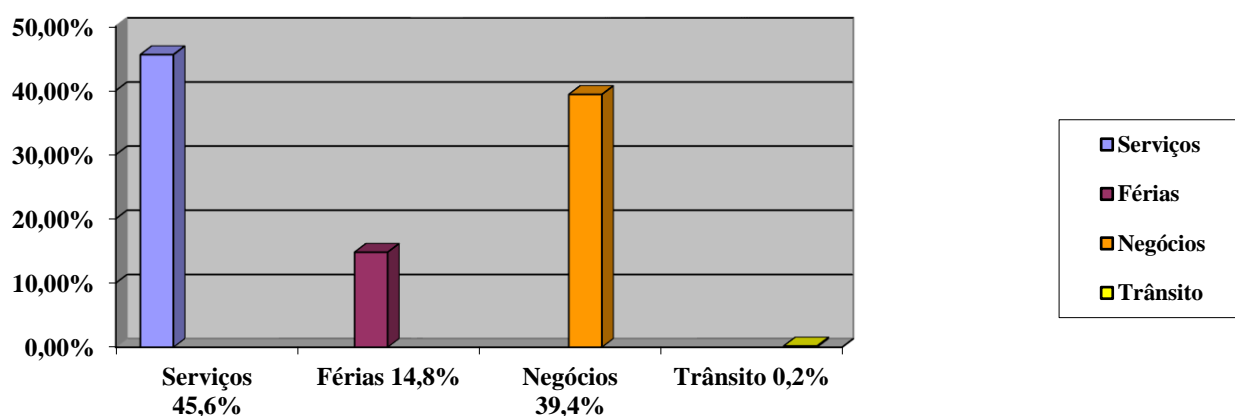
Neste contexto, no desenvolvimento sustentável, aplicam-se medidas Poon, (1993), que (i) sejam duráveis, sendo economicamente viáveis a longo prazo, planificado e bem gerido, que assente na não massificação e num impacto fraco; (ii) Respeitem o meio nomeadamente em termos de capacidade de carga dos espaços naturais e culturais, minimizando os efeitos permanentes; (iii) esteja devidamente integrado e interagindo com a totalidade do território, esteja adaptado à personalidade do sítio e se envolva o tecido empresarial local e (iv) permitam a efectiva participação das populações locais.

Provavelmente, só desta forma se assegura a qualidade para proporcionar uma experiência inesquecível para os visitantes, e simultaneamente preservar o equilíbrio entre a indústria turística e a comunidade local. Desta forma, assegura-se a fundamental cooperação entre visitantes e a comunidade anfitriã, sendo que para tal há que haver cooperação em termos de acessibilidades.

Em termos de acessibilidade, o Ministério de hotelaria Turismo e a empresa de transporte rodoviário Ango Real assinaram um acordo que visa a disponibilização de uma frota de veículos para apoiar o Turismo, sendo a referida empresa contratada para diversas actividades turísticas de agências que tenham parceria com o Ministério de Hotelaria e Turismo. O cartão turista, anunciado há dois anos pelo Instituto de Fomento do Turismo (Infotur) com vista a permitir ao titular beneficiar de descontos em serviços de hotéis, restauração e bilhetes de passagem nas companhias aéreas que aderirem à iniciativa.

De acordo com o órgão<sup>8</sup>, em Angola, o turismo de negócio é mais frequente, totalizando os 39%. De acordo com os valores do mês de Julho de 2014, 13,5% correspondem a viagens turísticas, as de negócios representam 58,4%, seguindo-se os meses de Agosto e Setembro com 13,2% e 11%

**Gráfico 7 - Percentagem dos Motivos de Viagens em 2014**



Fonte: Anuário estatístico do turismo (2014). Ministério de hotelaria e turismo

<sup>8</sup> Anuário de Estatísticas do Turismo de Angola de 2014”, capítulo II, edição 2015, nº 10

**Tabela8 - Chegadas de Turistas por Sexo e Principais Motivos de Viagens em 2014**

Meses	Sexo		Total	Motivos Viagens				Total
	Masculino	Feminino	Sexo	TF	N	S	T	
Janeiro	32.192	6.873	<b>39.065</b>	5.408	8.315	25.330	12	<b>39.065</b>
Fevereiro	29.968	5.757	<b>35.725</b>	4.362	12.834	18.491	38	<b>35.725</b>
Março	27.667	5.488	<b>33.155</b>	3.580	10.908	18.630	37	<b>33.155</b>
Abril	30.453	7.391	<b>37.844</b>	5.171	12.601	20.044	28	<b>37.844</b>
Maio	35.748	10.329	<b>46.077</b>	8.105	15.592	22.349	31	<b>46.077</b>
Junho	41.021	12.172	<b>53.193</b>	10.231	23.211	19.725	26	<b>53.193</b>
Julho	63.469	17.051	<b>80.520</b>	4.040	29.367	47.081	32	<b>80.520</b>
Agosto	59.443	19.663	<b>79.106</b>	7.948	24.287	46.830	41	<b>79.106</b>
Setembro	55.080	10.199	<b>65.279</b>	5.181	35.684	24.373	41	<b>65.279</b>
Outubro	36.534	4.428	<b>40.962</b>	15.632	8.777	16.525	28	<b>40.962</b>
Novembro	21.425	9.645	<b>31.070</b>	11.118	18.352	536	1.064	<b>31.070</b>
Dezembro	34.818	18.184	<b>53.002</b>	7.134	34.720	11.128	20	<b>53.002</b>
<b>Total Geral</b>	<b>467.818</b>	<b>127.180</b>	<b>594.998</b>	<b>87.910</b>	<b>234.648</b>	<b>271.042</b>	<b>1.398</b>	<b>594.998</b>

Fonte: Serviços de Migração e Estrangeiros de Angola (2014)

Obs. TF-Turismo de férias; N-Negócios;S-Serviços; T-Trânsito

Em certos países, a sustentabilidade no Turismo não tem alcançado as expectativas económicas, porque por vezes há uma sobreposição de outros factores, provocando a deterioração de recursos, resultado de um pensamento a curto ou médio prazo. Ora, Angola dispõe de meios e condições ideais para evitar cometer esses erros.

A aposta no turismo por parte das autoridades angolanas, não será neutra em termos dos seus impactes. Caso este processo não seja devidamente implementado, corre-se o risco de poderem surgir diversos impactes que inevitavelmente provocarão mudanças sociais e culturais na sociedade, bem como no sistema de valores. Pois sabe-se que não é fácil separar o social e o cultural, pela sua relação e complexidade, (Mathieson & Wall, 1982, p. 208).

Os aspectos sociais compreendem as relações interpessoais, enquanto os aspectos culturais estão de acordo com as formas culturais, materiais e imateriais. Assim, e de acordo com os autores:



Relativamente aos impactes sociais, de acordo com Mathieson e Wall (1982) podemos agrupar oito categorias possíveis: (i) ressentimento local devido ao choque de culturas; (ii) transformação da estrutura de trabalho<sup>9</sup>; (iii) saturação das infra-estruturas, instalações e equipamentos<sup>10</sup>; (iv) transformação dos valores e condutas morais<sup>11</sup>; (v) modificação nos padrões de consumo; (vi) problemas de saúde; (vii) manifestações de etnocentrismo<sup>12</sup> e (viii) excesso de padronização. O importante a salientar, é que os países que “ainda” não estejam preparados para receber estes grandes fluxos de turistas, serão mais facilmente influenciáveis a mudanças indesejáveis.

É fácil perceber-se que essas mudanças começam a acontecer na Gastronomia, no vestuário, nas manifestações folclóricas, no próprio idioma, nos hábitos e costumes, entre outras. Essas mudanças, se não forem acauteladas, podem levar à perda da sua própria identidade e a uma transformação da sociedade numa “mistura” de modas e costumes importadas de outros países. (Sarmiento E. M., 2006, p. 533)

Funções da Entidade Regional de Turismo de Luanda Organizadas Segundo o processo de Planeamento:

Identificar e gerir os principais produtos turísticos regionais,

Elaboração de planos turísticos/marketing,

Promover a realização de estudos de caracterização das respectivas áreas geográficas, sob o ponto de vista turístico, e proceder à identificação e dinamização dos recursos turísticos existentes nas regiões de turismo,

---

<sup>9</sup> O turismo, ao disponibilizar muitas oportunidades de trabalho, pode contribuir decididamente para aumentar o bem-estar das populações, sobretudo as franjas mais carenciadas: os mais desqualificados, os que estão à procura do primeiro emprego e as mulheres (Sarmiento, 2006). Em contrapartida pode gerar alguns problemas decorrentes da inevitável sazonalidade, do facto dos níveis salariais serem reduzidos, tendo em conta outras funções administrativas noutros sectores da economia.

<sup>10</sup> A pressão para o uso das infra-estruturas pode contribuir para a especulação dos preços dos terrenos. Poderá aumentar o nível de congestionamento do trânsito. Finalmente, há conflitos no uso dos recursos locais (água, por exemplo), aumento das taxas; na deterioração do património cultural, que estão sujeitos, muitas vezes, a actos de vandalismo, acumulação de lixo, roubos de bens que são considerados herança cultural da comunidade; surgem conflitos relacionados com o uso tradicional da terra na área de intensiva exploração de indústrias, que afecta a beleza da paisagem, das praias ou ilhas; a construção de hotéis ou resorts nas zonas costeiras, entre outros.

<sup>11</sup> O desenvolvimento do turismo poderá potenciar a mudança nos valores sociais assumidos pelas comunidades receptoras, provocando colisões com os códigos morais locais, como acontece por exemplo com a prostituição, as apostas ilegais e a criminalidade. A exploração do trabalho infantil pode surgir como consequência da desigualdade social em muitas localidades turísticas onde as crianças são levadas para o sector informal para melhorar o salário das famílias, aproveitando os períodos turísticos de época alta.

Promover a realização de estudos e de projectos de investigação que contribuam para a caracterização e a afirmação do sector turístico regional; Definir e implementar uma estratégia turística para a área regional de turismo; Colaborar com os órgãos centrais e locais com vista à prossecução dos objectivos da política nacional que for definida para o turismo; Participar na elaboração de todos os instrumentos de gestão territorial que se relacionem com a actividade turística; Elaborar e executar planos de dinamização e gestão para os principais produtos turísticos;

Definir e executar uma estratégia regional de promoção turística dirigida ao mercado interno; Definir e implementar uma estratégia regional de comunicação e marketing turístico; Criar e gerir postos de turismo na área regional de turismo, de forma autónoma ou em parceria com os municípios; Apoiar e organizar eventos com conteúdo turístico; Participar na definição da estratégia nacional de promoção interna; Participar na execução da estratégia nacional de promoção externa, através de entidades em que participe e que sejam reconhecidas pelo Turismo de Angola,

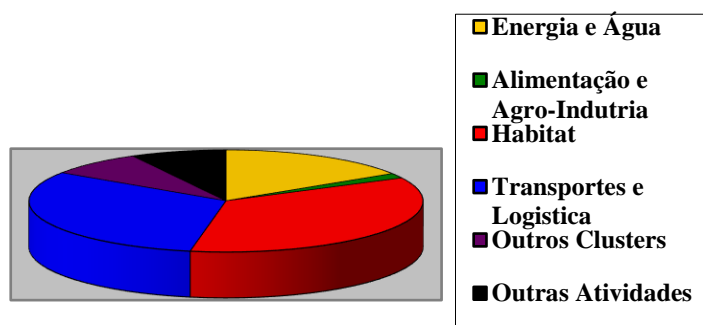
Criar e gerir um observatório da actividade turística, visando acompanhar a implementação da estratégia turística regional e avaliar o desempenho do sector turístico regional<sup>13</sup>

Muitos programas e projectos enquadrados no Plano Nacional de Desenvolvimento do Turismo estão ‘encravados’ por falta de financiamento. Mas outros mereceram prioridade. Os que estão em execução passam pela criação de infra-estruturas, reparação de estradas, linhas férreas, aumento das rotas aéreas, promoção do turismo interno, expansão da rede hoteleira, exploração do projecto Okavango-Zambeze (KAZA), das ‘Sete Maravilhas’ e dos pólos de desenvolvimento turístico por parte dos investidores privados (Ministério do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial, 2012, pp. 158,165)

---

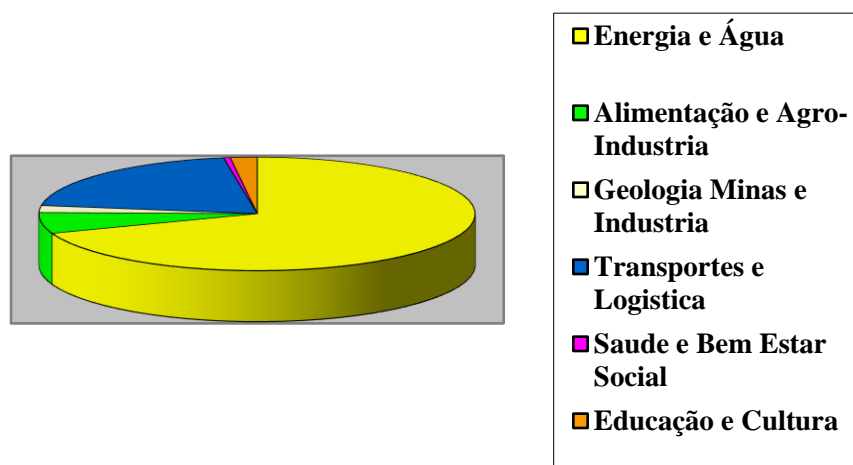
<sup>13</sup> Estatuto orgânico do instituto de fomento turístico de Angola (Infotur), citado em diário da República i série – n.º 39, 23 de Março de 2015

**Gráfico 8 - Luanda % Investimento por Clusters e Outras Actividade**



Fonte: Plano nacional de Desenvolvimento 2013 -2017 pags 158 e 165, República de Angola Ministério do Planeamento e do Desenvolvimento territorial

**Gráfico 9- Kwanza Sul % Investimento por Clusters e Outras Actividades**



Fonte: Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017, pags 158 e 165, República de Angola Ministério do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial

## **Capítulo. 2- Planeamento Turístico**

### **2.1. Abordagem teórica e conceptual do Planeamento turístico**

Mundialmente, o Turismo é conhecido como uma das maiores actividades económicas do planeta por ser uma actividade com importância significativa para o desenvolvimento socioeconómico dos locais, regiões e países dado que gera benefícios como divisas, cria emprego directo e indirecto e contribui para a melhoria das infra-estruturas. Contudo, é preciso também tomar em consideração que o turismo, enquanto actividade económica, pode provocar efeitos nocivos quer em termos ambientais quer em termos sociais se o seu crescimento ocorrer de forma desordenada. É por esta razão que a actividade turística deve ser cuidadosamente planeada com o propósito de maximizar os benefícios socioeconómicos e minimizar os custos visando o bem-estar da comunidade receptora e a rentabilidade dos empreendimentos do sector. Neste sentido, o planeamento turístico constitui um processo que se destina a produzir um ou mais futuros desejados, para o que é necessário definir políticas e processos de implementação de equipamento e actividades e respectivos prazos. (UNWTO, 1996).

De acordo com Castro Ferrari (2003) Estudante de Turismo e Meio Ambiente na Universidade Estadual do Paraná, planeamento turístico é fundamental para economia pois a partir dele são traçadas as estratégias para que o turismo gere o máximo benefício para as localidades em que é promovido e desenvolvido. Sem planeamento turístico, a sustentabilidade da actividade turística pode ficar comprometida produzindo impactos negativos para o ambiente, a economia e até para a cultura dos territórios e comunidades locais uma vez que tanto a natureza como o património cultural constituem recursos muito relevantes e únicos para a criação e promoção de produtos turísticos e, consequentemente, para a sua sustentabilidade. O planeamento da actividade turística é um processo lógico de pensamento através do qual a comunidade humana analisa a realidade à sua volta e estabelece os meios que lhe permite transformar, de forma sustentada, essa realidade de acordo com suas intenções e aspirações.

Uma das questões mais relevantes para um planeamento turístico eficaz está relacionada com aceitação e a participação da comunidade local nesse planeamento de forma a que o turismo não seja apenas uma fonte de renda temporária mas que, como acontece em muitas cidades, se transforme numa actividade com base em um novo conceito de economia, cultura, lazer e progresso para os territórios locais. É neste

perspectiva que entra a interpretação do património aliada ao processo preservação, resgate e enquadramento da formação superior em turismo em Angola. A província de Luanda tem, desde 2014, uma nova Escola Superior de Hotelaria e Turismo localizada na cidade do Kilamba (ESHOTUR)<sup>14</sup> que fica nos arredores da cidade de Luanda e que foi criada no âmbito da Universidade Agostinho Neto (UAN). Na sua fase inicial, a Escola com 60 vagas para alunos, começou a funcionar em instalações provisórias cedidas pelo Ministério da Educação até o empreendimento definitivo estar concluído.

É importante referir que o turismo é uma actividade económica, mas acima de tudo é também social por isso, o planeamento turístico deve contemplar os interesses e a participação de toda comunidade e não apenas uma parte da população.

Existe um grande reconhecimento nos domínios empresarial e governamental acerca dos benefícios do planeamento para o aumento da competitividade, sustentabilidade e alcance dos objectivos institucionais. O que há anos atrás era considerado um “luxo” das grandes organizações, hoje representa uma necessidade para enfrentar o cada vez mais complexo, competitivo e exigente mercado. Planear deixa de ser luxo e passa a ser factor-chave para atingir objectivos e metas e, em muitos casos para manter-se ou mesmo sobreviver no mercado, Na realidade, o principal fim do planeamento deve ser assegurar que o produto atenda às necessidades sociais das comunidades e esteja em concordância com o potencial turístico da região(Nogueira, 1987, p. 40).

Considerando as crises financeiras e sociais (envolvendo desde questões políticas e religiosas a questões ligadas ao terrorismo ou pandemias de gripe) que afectam fortemente a economia mundial, tem-se vindo a verificar um declínio económico que, inevitavelmente, tem impactos negativos na actividade turística. Apesar de representar um sector sólido e, até hoje, crescente, o turismo é igualmente um sector muito competitivo. O que fazer para quem pretende manter-se no mercado, perante este cenário? É coisa certa que, além de outras medidas, é necessário planear. Como o objectivo desta Dissertação é analisar e compreender a relevância da formação superior em turismo para o planeamento turístico a nível dos territórios locais em Angola com destaque para os aspectos relacionados com a função do planeador, é importante

---

<sup>14</sup> Decreto Presidencial nº 395/15 (Ministério de Ensino Superior) a deliberação do Senado da Universidade Agostinho Neto que aprova o Estatuto Orgânico da Escola Superior de Hotelaria e Turismo, designado abreviado por ESHOTUR. 13/11/2015

compreender a actividade do planeamento turístico de forma global e os aspectos que tocam a formação em turismo. (Ruschman, 2008, p. 9)

Na parte inicial do ponto seguinte deste capítulo é discutido o conceito e a importância do desenvolvimento local como um dos principais objectivos do planeamento turístico. Para além disso, procurou-se também analisar e debater como o turismo pode contribuir para o alcance desse mesmo desenvolvimento, sustentando que se trata de uma condição almejada pelas comunidades locais. Nesse contexto, os modelos de desenvolvimento e os aspectos relacionados com a competitividade dos destinos configuram-se como ferramentas-chave para delinear as formas de gestão do turismo, resultando em apostas particulares de uma actividade turística que possibilita a promoção do desenvolvimento.

Justifica-se, portanto, perceber a ligação do planeamento com o território, a sua definição e importância no contexto do turismo, ou seja, no que consiste, em termos práticos, a actividade de planear. Por fim, as definições e teorias apresentadas e discutidas foram usadas como alicerce para a compreensão do que constitui a função de um planeador na perspectiva do turismo. Nesta perspectiva, procurou-se que no final deste capítulo, o planeamento e a gestão turística sejam compreendidos como actividades necessárias para possibilitar a promoção do desenvolvimento deste sector, destacando que o planeamento é, para além do seu aspecto técnico, a “arte” da organizar as actividades e acções, e esclarecer como deve decorrer o processo de planeamento e quais são as funções associadas ao planeamento do turismo. (Ruschman, 2008, p. 9).

Este capítulo tem por base informações recolhidas em documentos científicos e documentos publicados por organismos oficiais, recolhidos no âmbito nacional e internacional. A discussão destes conteúdos permitiu que, no capítulo posterior, fossem apresentados e analisados a gestão e o planeamento do turismo em Angola, contribuindo, de forma significativa, para o alcance do objectivo geral desta Dissertação, que, recordamos, é o de analisar e compreender a relevância da formação superior em turismo para a execução eficaz do planeamento turístico nos territórios locais de Angola.

Com enorme crescimento nos últimos anos, o turismo tornou-se uma das actividades económicas que mais emprego tem criado. Contudo, dado o seu crescimento desordenado em alguns locais, é necessário que se planeiem e implementem intervenções adequadas para recuperar locais degradados e para manter e preservar todos os locais onde se desenvolvem actividades turísticas. Ou seja, é necessário

promover o que se designa por desenvolvimento turístico sustentável. Nesta perspectiva, na lógica de sustentabilidade e competitividade, o planeamento turístico assume-se como uma actividade fundamental para os destinos turísticos quer em termos de gestão do produto (para os turistas) quer em termos de promoção do desenvolvimento local (para os residentes e empresas locais). A contribuição do planeamento para a sustentabilidade dos destinos turísticos explica-se na medida em que envolve a reflexão sobre a utilização dos espaços e das dinâmicas locais, o que resulta em ambientes mais harmoniosos, que permitem uma articulação otimizada dos factores socioeconómicos, ambientais, políticos e culturais. Por exercer grande impacto na economia, o sector do turismo não pode funcionar sem a presença das empresas, das populações e de diversas organizações não-governamentais assim como das agências do próprio Estado que desempenham papel preponderante na gestão e planeamento dos atracções, infra-estruturas e meios de transporte. (Nogueira, 1987, p. 38).

“O turismo tem uma inquestionável relação com o território. De maneira primária, o relacionamento destes conceitos pode ser feito apelando ao facto de que a concretização de uma experiência turística exige uma deslocação e esta acção ocorre no contexto territorial. Para além desta tão óbvia ligação é no território que ocorrem as mudanças, os impactos físicos e a própria experiência turística” (Barbosa, 2005, pp. 110-111).

Neste sentido, o conceito de destino turístico, longe de constituir um sinónimo de cidade, estado ou país, é perfeitamente aplicável a um ou mais lugares, a uma ou mais cidades, a uma região ou a um ou mais Países. O conceito é pois mais amplo e flexível do que a definição de uma cidade e tem mais relação com a estrutura dos produtos turísticos do que com a estrutura político-administrativa da unidade geográfica, embora a capacidade de gestão e planeamento seja um factor relevante. Quando a cidade assume a capacidade de manter os seus próprios habitantes e, além disso, de atrair turistas, são criados os alicerces para a constituição de um destino turístico. Compreende-se, portanto, que a definição de cidade é complexa, porque envolve diversos critérios, sejam objectivos, como o número de habitantes, sejam subjectivos, como o tipo e a intensidade das relações humanas existentes. No que concerne ao destino turístico, conclui-se que os parâmetros de definição são ainda mais subjectivos e incluem uma abordagem da condição estrutural que possibilite uma experiência turística, independente da sua dimensão ou organização política e social.

## **2.2.Os novos paradigmas da Gestão e planeamento do turismo**

De acordo com MASON (2003) e VIEIRA (2007), citado em Marujo & Carvalho, 2010, planeamento pode ser usado em diferentes contextos geográficos (urbano e rural), bem como ser aplicado em diversas escalas (local, regional e nacional). Neste sentido, o planeamento é sempre um:

“Instrumento do poder pois quem planeia antevê o futuro, quantifica-o e orienta-o. A amplitude e diversidade dos conceitos de planeamento fazem com que seja difícil definir esta actividade com exactidão. De uma forma geral, o planeamento pode ser entendido como um conjunto de actividades que envolve a intenção de estabelecer condições favoráveis para alcançar objectivos propostos. Ele tem por objectivo o aprovisionamento de facilidades e serviços para que uma comunidade atenda aos seus desejos e necessidades”(Marujo & Carvalho, 2010, p. 5).

O planeamento pode também ser percebido como o processo que visa estabelecer uma visão estratégica para uma área que reflecte os objectivos da comunidade e de o implementar através da identificação de padrões preferenciais do uso do território e de estilos apropriados de desenvolvimento ou ainda encarado do ponto de vista governamental como “um processo que estabelece objectivos, define de acção e planos detalhados para atingi-los, e determina os recursos necessários da sua consecução DREDGE (1999). Cit. Em (Marujo & Carvalho, 2010, p. 151).

Este autor DREDGE (1999), acrescenta ainda que o planeamento consiste num processo contínuo, permanente e dinâmico. No campo do turismo, o planeamento possui diversos conceitos. É caracterizado por uma gama de significados, aplicações e usos (e estudado de acordo com as diferentes visões dos investigadores. Enquanto alguns autores centram a sua definição nos objectivos, outros dão ênfase à leitura da realidade social, às etapas ou processos ou, então, ao desenvolvimento integrado.

Para GETZ 1986, e HALL2004, o planeamento do turismo é entendido como um processo baseado na análise e avaliação, que visa otimizar o potencial da contribuição da actividade turística para a qualidade ambiental e o bem-estar humano. Numa outra visão, o planeamento turístico pode ser entendido numa escala regional como “um esforço que visa atingir o melhor padrão espacial possível de desenvolvimento (Marujo & Carvalho, 2010).

TOSUN e JENKIS, Henriques (2003), ressaltam que o planeamento turístico “tende a ser uma amálgama de considerações económicas, sociais e ambientais que reflectem a diversidade de factores que influenciam o desenvolvimento do sector”. (Marujo & Carvolho, s.d, p. 5). Como um campo geral de pesquisa, o planeamento



turístico tem espelhado tendências mais amplas dentro das tradições de planeamento urbano e regional principalmente porque se focalizou no planeamento de destinos em vez do planeamento de negócio do turismo individual. Tendo em vista acompanhar as novas exigências da actividade turística, o foco e os métodos do planeamento turístico têm vindo a sofrer alterações ao longo do tempo.

O planeamento turístico é realizado de várias formas em função das componentes que toma em consideração como sejam o desenvolvimento do território e das infra-estruturas, o uso do solo e dos recursos locais, a organização das actividades e utilização dos recursos humanos, a divulgação e o marketing das actividades turísticas e ainda as estruturas organizativas em que se baseia (agências públicas e/ou organizações não-governamentais outro lado, o planeamento turístico assume também formas diferentes em função do nível de território em que é executado (local, regional, nacional, internacional) e em função das diferentes escalas temporais (mensal, trimestral, semestral, anual e plurianual) que são definidas de acordo com os objectivos pretendidos como sejam desenvolvimento sustentável do território e/ou implementação e avaliação das actividades turísticas.(Costa Maciel Nova & da Silva, 2010, pp. 12-14).

Actualmente, os responsáveis governamentais responsáveis pelo planeamento admitem que o turismo pode ser utilizado como uma actividade revitalizadora para as economias locais e regionais, e que pode incentivar o desenvolvimento socioeconómico e a promoção de benefícios para a população de uma localidade ou região (Marujo & Carvalho, 2010, p. 6).

O planeamento não é uma actividade recente, pois é possível encontrar formas notáveis de planeamento em todas as civilizações e períodos históricos Marujo & Carvalho (2010, p.7), Segundo este autor, e no que diz respeito ao planeamento do turismo, a sua origem e expansão estão ligadas à Revolução Industrial e ao consequente desenvolvimento económico, urbano e social desse período. O autor frisa ainda que o aparecimento de um campo identificável e personalizado do planeamento turístico pode ser observado somente após 1920, com a publicação sistemática na Inglaterra de legislação especificamente relacionada com o turismo. No entanto, o planeamento do turismo só ganhou importância a partir da década de 80, especialmente marcada pelo acelerar de um processo de mudança, amadurecimento e de autonomia do planeamento turístico (HENRIQUES, 2003). Neste período, (Getz, 1986, pp. 23,24) deu um contributo marcante para o planeamento do turismo através da revisão da literatura sobre 150 modelos do planeamento turístico tendo concluído que “o planeamento do

turismo era predominantemente orientado para o desenvolvimento do projecto, com base em processos de planeamento para a resolução de problemas”. Esta é uma definição restrita que carece de abrangência” ( (Getz, 1986, p. 31).

Em 1987, o autor GETZ, identificou no domínio do planeamento turístico quatro abordagens:

Fomento, Abordagem económica, Abordagem físico-espacial, Abordagem orientada para o bem-estar da comunidade.

**a)Fomento:** utilizado no desenvolvimento e planeamento turístico desde que se iniciou o turismo de massa;

**b) Abordagem económica orientada para a indústria:** o planeamento turístico deve centrar as suas atenções nos factores económicos, impulsionadores do incremento do lucro que passa a ser visto como prioritário em relação aos problemas sociais e ecológicos;

**c)Abordagem física-espacial:** teve origem no trabalho dos geógrafos, planeadores do uso do solo urbano e regional e conservacionistas que defendem uma abordagem racional para o planeamento dos recursos naturais;

**d) Abordagem orientada para o bem-estar da comunidade.** Defende o máximo de envolvimento da comunidade local no processo de planeamento (Getz, 1986, p. 31).

De acordo com (Williams (2009), cit. Em Marujo & Carvalho (2010, p.152), O planeamento é uma condição necessária para a viabilidade, a organização e a sustentabilidade da própria actividade., O planeamento do turismo é realizado tendo em vista os seguintes objectivos:

1) Promoção de uma disposição estruturada de equipamentos turísticos e infra-estruturas associadas ao longo de grandes áreas geográficas;

2) Coordenação das actividades turísticas que muitas vezes se apresentam de forma fragmentada, principalmente em relação aos transportes, alojamento, marketing e recursos humanos;

3) Intervenção na conservação dos recursos e a maximização dos benefícios para a comunidade local;

Distribuição e redistribuição dos investimentos relacionados com o turismo e os benefícios económicos. A integração do turismo em sistemas de planeamento dá à indústria um significado político uma vez que a maior parte dos sistemas de planeamento são sujeitos a influências e controle político. Além disso, essa integração

fornece uma medida do estatuto e legitimidade para uma actividade que nem sempre foi considerada seriamente como uma força para a mudança económica e social.

HALL, (2004, p. 54). Considera que, apesar do planeamento turístico comunitário se apresentar na literatura como algo atractivo, existem factores que dificultam a sua aplicação em termos práticos. Logo para HALL (2004,p.54) uma das maiores dificuldades na implementação de uma abordagem comunitária no planeamento turístico está sobretudo na natureza política do processo do planeamento. Assim sendo, HALL (2004,p. 56), defende que uma abordagem comunitária no planeamento turístico “implica a necessidade de parceria ou controle do processo de desenvolvimento turístico”. HALL (2004,p. 56).No entanto, ressalta que essa abordagem comunitária não tem sido geralmente adoptada pelas autoridades governamentais, especialmente por causa dos protestos de grupos de interesse comercial sobre o impacto económico resultante da demora nas tomadas de decisões causadas principalmente pelas exigências legais para a participação. Por outro lado HALL (2004,p. 56) argumenta também que para muitos membros do governo, o controle da comunidade pode ser visto como uma perda do seu poder e controle sobre o processo de planeamento.

Assim sendo, “HALL (2004) refere que o planeamento não sendo uma panaceia para todo problema, pode minimizar impactos potencialmente negativos, maximizar retornos económicos nos destinos, estimular uma resposta objectiva por parte da comunidade anfitriã em relação ao turismo no longo prazo.” Se o planeamento se preocupa com a:

“Antecipação e a regulamentação das mudanças no sistema, em promover de forma ordenada o desenvolvimento com o objectivo de aumentar os benefícios económicos, ambientais e sociais resultantes do processo de desenvolvimento” (MURPHY, 1985, p. 156) ” Cit. Em Marujo & Carvalho, (2010, p.155), então o planeamento deve ser “considerado um factor crítico para se acautelar o desenvolvimento sustentável de longo prazo dos destinos turísticos”. O desenvolvimento turístico (HALL, 2004, p. 29).

O planeamento do turismo é uma tarefa complexa, uma vez que envolve aspectos relacionados com a ocupação do território, a economia, a cultura dos núcleos receptores, as características dos destinos emissores e a consequente heterogeneidade dos turistas no turismo. Logo, Andrade Silva (2006, p.13), argumenta que o planeamento em Turismo consiste em ordenar as acções do homem sobre o território e ocupa-se em direccionar a construção de equipamentos e facilidades de forma adequada evitando, desta forma, os efeitos negativos nos recursos, que os destroem ou reduzem a sua atractividade. (Petrocchi, 2007).

O desenvolvimento territorial apresenta-se perante uma nova realidade que exige respostas mais eficazes por parte dos instrumentos de planeamento vigentes, a fim de que sejam assegurados o desenvolvimento económico e social sustentado. Os autores defendem a reformulação do conceito do planeamento convencional, utilizando uma visão estratégica capaz de responder às complexidades dos fenómenos indutores de incertezas e de mutações aceleradas. (Pereira da & Ramos, 2006)

O turismo é composto por três tipos de processo: operacional, suporte, dimensão estrutural.

- 1) A dimensão operacional, que envolve a prestação dos serviços;
- 2) A dimensão de suporte, que sustenta a operacional e se constitui através de processos intermediários entre estes e os estruturais;
- 3) A dimensão estrutural, que afecta as decisões estratégicas, envolvendo as direcções e o conjunto da organização. No caso dos destinos, são processos estruturais relativos ao consenso e às decisões estratégicas em matéria de marketing, de recursos humanos, de tecnologias, de logística, de construção, de planeamento dos recursos financeiros, etc. (Valls J. F., 2006, p. 100).

Para Carvalho Jr. (2002), Cit. Em Amorim Almeida, (2006, p. 21 e 22) o processo de planeamento possui três dimensões, que variam de acordo com a óptica abordada, seja ela: (Técnica, **Financeira**, **Política**)

**Técnica:** que visa o acesso a informação e conhecimentos multidisciplinar para que a elaboração do diagnostico e prognostico, formulação e implementação de planos e programas; as funções de planeamento são ligadas ao desenvolvimento e promoção de produtos turísticos e articulando os recursos locais e desenvolvimento de dinamização do turismo local;

**Financeira:** De ordem financeira, para que sejam definidas as fontes de financiamento para que seja garantida a execução do que foi programado. No âmbito governamental, a ordem financeira é muito importante porque, entre outras coisas, é necessário seguir regras, normas e leis de controlo e orientação desses gastos. Além das fontes dos recursos financeiros, é preciso realizar análises de custo e benefício, e de taxas de retorno, como subsídios ao planeamento.

**Política:** De ordem política, que considera a mais importante, já que planear é um acto de tomar decisões sobre acções presentes e futuras, portanto um acto político que envolve escolha de alternativas, pessoas, grupos de interesse, partidos políticos, relações sociais, disputas de espaço e mercado, entre outras questões. A execução do

planeamento é função que depende da habilidade dos executores do planeamento no trato das relações humanas, além de depender de uma boa avaliação da situação social, económica e política em que será implementado.

Neste sentido, o planeamento não é, portanto, uma mera elaboração de planos. As informações relativas ao passado e ao presente são os alicerces para o planeamento (pensar para o futuro), já que este processo tem bases racionais. Reflectir sobre acontecimentos futuros envolve incertezas e, consequentemente, riscos, pelo que quanto mais informações seguras forem reunidas e analisadas, menor risco envolverá o processo. As instituições de investigação surgem, assim, como importante fonte de informação e apoio à tomada de decisão, fornecendo dados estatísticos, indicadores, índices, textos analíticos, fundamentais para a elaboração de diagnósticos, prognósticos e montagem de cenários Carvalho Jr., 2002: 3. (SILVA, 2015, pp. 37-38).

A implementação do planeamento começa com a aprovação formal das alternativas escolhidas pelos envolvidos, definindo e agrupando as actividades que serão executadas pelo projecto, planeamento, e a concretização de uma visão sustentável. O destino turístico deve contar com uma série de facilitadores, entre os quais:

- i) Um coordenador da estrutura organizacional;
- ii) O observatório de turismo, para levantamento de informações que suportarão a tomada de decisão;
- iii) A imagem da marca, para identificação do destino entre os stakeholders, assim como entre os seus clientes e concorrência;
- iv) O painel de controlo integral, para acompanhar o processo estratégico (Ferreira, Planeamento Estratégico de Destinos Turísticos, 2009, p. 13).

O papel do coordenador do destino estabelece-se em dois níveis:

1) **Estratégico**, que consiste na iniciativa de planeamento; e 2) **operacional**, nos domínios das políticas e estratégias.

Na dimensão estratégica deverão ser tomadas decisões relativamente ao modelo de desenvolvimento a ser seguido, às bases de cooperação e aos valores. Por outro lado, na dimensão operacional, as funções envolvem a implementação do modelo de desenvolvimento.

O seu papel operacional é compreendido por quatro áreas de acção:

O planeamento dos recursos económico-financeiros;

A criação de produto;

Comercialização e gestão da marca;

O fomento das demais políticas.

A visão estratégica do planeamento do desenvolvimento turístico permite (Jorge & Amorim, 2010, p. 6), Orientar o destino turístico para alcançar a sua missão e objectivos estratégicos;

Apoiar a gestão estratégica;

Promover a reflexão estratégica sobre o destino turístico e a sua envolvente e as alterações que no decurso do tempo se vão verificando;

Promover uma abordagem sistémica dos vários planos estratégicos, unificando as decisões e o esforço da organização;

Mobilizar a estrutura administrativa para a missão e a visão de uma forma proactiva;

Envolver toda a estrutura no mesmo processo e com os mesmos objectivos;

Proporcionar meios de controlo e avaliação permanente da evolução dos vários planos estratégicos (marketing, formação, etc.), definir objectivos estratégicos, financeiros ou outros, sempre temporizados e quantificados de forma a possibilitarem a avaliação do seu cumprimento e do desempenho dos responsáveis por esse cumprimento;

Definir uma estratégia de diferenciação abrangente (mais do que apenas a diferenciação do produto turístico compósito) e dos padrões de acção que a definem quanto ao posicionamento no mercado, no confronto com a concorrência, no relacionamento com os clientes e os fornecedores, e sobre a expansão de produtos e serviços.

Apesar da reconhecida relevância do planeamento estratégico para a actividade turística, verifica-se que, à escala mundial, apenas 56% dos projectos e planos estratégicos elaborados chegam a ser implementado (Valls J. F., 2006, p. 62).

Este facto deve-se fundamentalmente ao elevado custo do processo de planeamento estratégico, à dificuldade de harmonização das vantagens de todos os actores envolvidos e à percepção subjectiva dos objectivos de desenvolvimento por parte dos envolvidos. Para além destas questões, também as condições particulares de cada destino e de cada empresa, que muitas vezes distorcem os critérios de planeamento e o comodismo do não planeamento dificultam o planeamento e a implementação dos projectos e planos. Outra dificuldade a que o planeamento estratégico está sujeito diz respeito à necessidade de harmonizar a dimensão política com a questão técnica. Isto porque, muitas vezes soluções e abordagens técnicas podem não contemplar as

necessidades das diferentes perspectivas dos actores envolvidos. Por outro lado, embora um plano de carácter essencialmente político possa agradar aos diferentes actores envolvidos, a sua realização pode, em termos técnicos, não viabilizar que os objectivos de desenvolvimento possam vir a ser atingidos. (Rezende, 2009, p. 176).

O planeamento tem evoluído de uma perspectiva mais ou menos estática e fragmentada para uma dimensão estratégica, processual e sistémica, acrescentando valor à competitividade e sustentabilidade dos destinos, tem surgido a necessidade de compreender em que medida a formação dos técnicos em turismo tem acompanhado as exigências inerentes ao novo paradigma do planeamento turístico. Gunn, (1988). Cit., Em (Umbilino & Amorim, 2010, p. 44).

### **2.3. A Importância do planeamento turístico**

A consciência crescente em relação aos impactes de longo prazo do turismo no destino e sobre a natureza compósita do produto turístico espacial, leva alguns autores à sugestão de um planeamento estratégico do destino mais coordenado (KASTENHOLZ, 2006).Cit. Em Adelino (2007). Nesta perspectiva, defende a tese de que o planeamento é um instrumento que se assume como a chave para a resolução de muitos problemas relacionados com a promoção da actividade turística nos territórios locais.

De acordo com Adelino (2007) no contexto de crescente importância do turismo ao nível mundial, o estudo dos produtos/recursos turísticos constitui-se como um passo fundamental na definição de uma estratégia de desenvolvimento integrado do turismo no qual o planeamento deve garantir a sustentabilidade dos modelos territoriais, assegurando a viabilidade económica e financeira da produção de bens e de serviços e a sua adequação à procura, promovendo a participação e o empenho de todos os agentes no processo de (re) construção do território e da sua evolução equilibrada, como pilar de governança num projecto de efectivo desenvolvimento.

Os territórios ganham ou perdem em função da sua articulação e competência e não tanto em função da distância a espaços de decisão político-administrativos. Tem-se assistido em vários casos a consolidação de processos de recomposição social e económica na presença de novos actores (públicos e privados), novos valores (materiais e imateriais), diversas culturas territoriais e diferentes visões e prioridades num contexto cada vez mais segmentado e plural. Por outro lado, a cultura e identidade, dos territórios são cada vez mais percebidos como factores de diferenciação e competitividade constituindo-se como alavanca para o seu desenvolvimento. Contudo, é frequente a

adopção de uma postura conformista, parcialmente vinculada a uma cultura individualista e assistencialista, em detrimento de uma mentalidade produtiva e de cooperação. FERNANDES, (2010. P.2), Cit. Em (Adelino L. A., 2007).

Desta forma, planejar o turismo assume-se como uma estratégia essencial para a sua qualidade e contributo para o território e comunidade onde é oferecido. Para o efeito, é fundamental identificar e perceber quais as potencialidades de um território para este atrair mais turistas e cativar mais divisas. Neste sentido, é necessário fazer um levantamento dos recursos, produtos e equipamentos que um determinado território possui ou deve possuir. Por outro lado, é essencial que se planeiem e ofereçam actividades que se adaptem às especificidades do território e à tipologia do público-alvo. Por outro lado, importa também ter presente que em destinos rurais o turista procura actividades com elevado grau de autenticidade, integradas nas particularidades da vida local. Além disso, e tal como foi anteriormente mencionado, os investimentos não servem apenas os turistas, mas também os habitantes dos locais em que se fazem os investimentos turísticos. Nesta perspectiva, é fundamental garantir a colaboração da população, através da sua participação, numa gestão conjunta e partilhada de forma a valorizar identidades e os recursos existentes, sem permitir a (Adelino L. A., 2007, p. 2) sua destruição, ou seja, sem por em causa a qualidade de vida rural e o equilíbrio ambiental (Adelino L. A., p. 2007).

A utilização desregulada e arbitrária de um recurso turístico sensível pode levantar questões do foro da conservação ambiental, entre outras. Sem uma devida contextualização dos turistas, sensibilizando-os para a salvaguarda e a valorização dos valores naturais em presença, podem surgir actos de negligência, para não dizer de vandalismo, extremamente pernicioso no tocante ao objectivo de promover uma relação saudável entre os turistas e as comunidades locais. Acresce que a actividade turística em ambientes de montanha só tem a beneficiar com uma correcta gestão dos recursos naturais, na exacta medida em que o seu crescimento sustentado dependerá sempre do bom estado de conservação desses mesmos recursos. Fontes 2006, Cit. Em (Adelino L. A., 2007).

De facto, a capacidade de carga nas áreas rurais, em especial as de montanha, apesar de dependerem bastante do turismo, é bastante baixa, pelo que é importante que hajam visitantes, mas também é muito importante que existam regras, restrições. Esta situação terá benefícios importantes, na medida em que, por um lado, permite manter os recursos locais em bom estado e, por outro, evitando a massificação minimiza a



possibilidade de banalização destes espaços, mantendo elevados os valores de mercado. Além destas vantagens que o planeamento poderá trazer, um destino cuidadosamente planeado tem mais probabilidades de se tornar mais rentável para os territórios e para os actores intervenientes. Como acontece em alguns territórios de Portugal,). (Publituris, 2009).

Estudos realizados em Portugal demonstraram que a maioria dos promotores de empreendimentos de Turismo em Espaço Rural possui outras fontes de rendimento, como é o caso dos salários ou das reformas, encarando a actividade como um certo *hobby*, para ganhar mais algum dinheiro. JESUS *et al.* (2008). Cit em Adelino (2007) Além disso, esses empreendedores têm normalmente uma idade avançada pelo que têm menos apetência para se envolverem em projectos mais ambiciosos e de maior envergadura. Adelino (2007) Por outro lado, muitos desses empreendedores não se associam nem procuram complementar a sua oferta com a promoção de animação, deixando esta última a cargo de alguém que tome essa iniciativa. JESUS *et al.* (2008). Cit. Em(Adelino L. A., 2007).

As consequências destas experiências falhadas são, na maior parte dos casos mais graves do que o simples insucesso individual dos investidores devido ao facto de desbaratar fundos financeiros com impacto negativo na comunidade. Estes resultados negativos acontecem devido fundamentalmente ao facto de, com alguma frequência, a lógica do subsídio se sobrepor, à lógica empresarial e comercial FONTES, (2006). Cit em Adelino (2007 Paralelamente, verifica-se que o património, frequentemente, emerge no centro de diversos programas de promoção do desenvolvimento, envolvendo diversos actores no âmbito de uma ampla diversidade de iniciativas como sejam o turismo cultural, o turismo ecológico, os parques temáticos, os museus, entre outras mais ou menos relevantes. Adelino (2007). Tendo por base a informação disponibilizada e/ou publicada pelas instituições com responsabilidade no âmbito dessas iniciativas, parece existir uma desarticulação funcional da maioria desses programas que, conjuntamente com a fragilidade de mecanismos de participação pública dos cidadãos nas diversas fases do processo de planeamento, tornem evidente a necessidade do planeamento das actividades turísticas (Adelino L. A., 2007).

Uma outra razão que reforça a nossa posição sobre a necessidade de planeamento turístico prende-se com a necessidade de conhecer o que procuram os turistas que visitam os locais. A promoção de um turismo de qualidade nos territórios locais requer, para além de necessidade de se inventariar e conhecer o património e

recursos locais, conhecer o perfil dos turistas que visitam esses territórios. Isto é, conhecer quem são os turistas, de onde vêm, o que procuram e se estão satisfeitos com o que encontraram, são aspectos essenciais para planear um turismo de qualidade e com sucesso. Estes aspectos constituem algumas das questões-chave que muitos dos agentes intervenientes nos territórios locais teimam em não fazer. Vários autores de contexto académico têm vindo a dedicar-se a esta questão através da realização de estudos com recurso a inquéritos com o propósito de obter conhecimento científico sobre este domínio. Com base na análise e discussão dos resultados obtidos através dos inquéritos, esses autores chegaram a conclusões muito interessantes que lhes permitiram organizar grupos com tendências e gostos diferenciados, logo, com necessidades diferenciadas. (Adelino L. A., 2007).

“Ora o planeamento nesta fase passa a ser estratégico, porque conhecendo melhor quem visita estas áreas de baixa densidade em ambiente de montanha, será possível fazer os ajustes necessários na oferta turística para responder melhor às suas necessidades.” (Adelino L. A., 2007).

Estes tipos de estudos permitem, naturalmente em função dos resultados, criar num território áreas “adaptadas” aos diferentes grupos de turistas, criando-se assim um mosaico variado, valorizando as características endógenas e promovendo a diferenciação dessas mesmas áreas. Adelino (2007). Para além disso, é também importante que os vários actores que intervêm no território criem mecanismos de cooperação e de comunicação entre si, levando a cabo estratégias coerentes e concertadas de forma a não se verificar a desarticulação dos investimentos. A integração dos vários projectos e a actuação em rede dos vários intervenientes produzem consequências e resultados positivos, protegendo os recursos naturais e o património dos territórios assim como podem dar contributos significativos para o desenvolvimento da comunidade local. Por outro lado, não menos importante num processo de planeamento estratégico, é elaboração e utilização de uma estratégia de marketing que, neste processo, pode ser entendida como uma orientação para a gestão das actividades desenvolvidas por uma empresa ou organização sem fins lucrativos que pretendem promover a satisfação do seu mercado-alvo. Apesar de inicialmente utilizada somente no contexto de produtos turísticos, a estratégia de marketing pode ser utilmente aplicada a destinos turísticos. Aliás, presentemente, verifica-se que muitos destinos turísticos utilizam já, de forma mais ou menos consciente, ferramentas de marketing. Neste contexto, uma boa compreensão do processo de marketing e um melhor aproveitamento

do seu potencial podem contribuir para um planeamento e gestão mais eficazes e eficientes, particularmente numa perspectiva de desenvolvimento sustentável do destino e sobretudo quando os recursos disponíveis são escassos KASTENHOLZ, (2006). Cit. Em (Adelino L. A., 2007, p. 3).

De acordo com KASTENHOLZ, (2006), o marketing poderá contribuir para uma eficaz “gestão da procura” uma vez que pode atrair os turistas em função daquilo que eles mais valorizam no que o destino tem para oferecer. Neste sentido, uma estratégia de marketing adequada às características do local no que diz respeito às suas tradições e identidades culturais e ainda aos produtos turísticos associados, traz benefícios para o destino, não somente em termos financeiros, mas também em termos de custos e impactes resultantes do fluxo de turistas (Adelino L. A., 2007).

Além destes aspectos, de referir que uma estratégia de marketing eficaz pode levar a imagem de um território muito longe, melhorando a percepção das pessoas e captando assim mais potenciais turistas. Neste sentido, associando a estratégia de marketing a uma imagem de marca do território, pode dizer-se que uma estratégia de marketing eficaz promove o designado empoderamento (*empowerment*) territorial, na medida em que, deste modo, o território local ganha um lugar entre os destinos turísticos conhecidos. Por exemplo, de acordo com Adelino (2007) os territórios de baixa densidade deverão seleccionar o tipo de turista a atrair, para evitar a massificação e a concentração de turistas, assegurando desta forma a prioridade da preservação do património.

Nesta perspectiva, o marketing dos destinos turísticos fica naturalmente dependente da adequada definição do mercado-alvo KASTENHOLZ, (2006). Cit. Em (Adelino L. A., p. 2007).

Embora as autoridades públicas a nível local, regional ou central realcem fundamentalmente os benefícios económicos positivos da actividade do turismo e, naturalmente do planeamento e do marketing territorial e do turismo, é necessário também reconhecer os potenciais custos a nível social e ambiental e, consequentemente, reconhecer a necessidade de realizar estudos rigorosos sobre os efeitos de natureza não económica. Nesta perspectiva, considera-se fundamental o reconhecimento da necessidade de realização de planeamento estratégico em turismo e da intervenção das autoridades públicas no processo de desenvolvimento local e regional que constituem as respostas mais adequadas para tomar em consideração os efeitos não desejados do

desenvolvimento em turismo, particularmente a nível local. (Fazenda, da Silva, & Costa, 2008, pp. 84 -85).

O planeamento estratégico, no sentido amplo de um processo orientado, deve ser realizado no sentido de minimizar os potenciais impactes negativos, maximizar os retornos económicos do destino turístico e de encorajar uma resposta positiva da comunidade local relativamente ao turismo, em termos de longo prazo. Murphy (1985, p. 156) Cit. Em (ferreira, 2009, p.1520).

Nesta linha de pensamento, o planeamento das actividades turísticas deve incluir a preocupação com a antecipação e a regulamentação das mudanças no sistema, em promover ordenadamente o desenvolvimento dos territórios, assim como em incrementar os benefícios ambientais, sociais e económicos resultantes do processo de desenvolvimento. Ferreira, (2009, p.1520). Neste sentido, o planeamento das actividades turísticas deve ser visto como um instrumento único e relevante para garantir, a longo prazo, o desenvolvimento sustentado do território em termos gerais e, naturalmente, em termos de destino turístico. Não existe dúvida sobre o facto de que destinos cuidadosamente planeados e geridos têm maior probabilidade de obter sucesso a longo prazo do que os não planeados. O planeamento mantém a vitalidade dos recursos e o desenvolvimento responde às expectativas dos residentes e dos mercados pelo que o planeamento turístico deve aplicar-se a qualquer tipo de destino quer seja um território muito ou pouco desenvolvido. Adelino (2007). No entanto, nos destinos pouco desenvolvidos o planeamento das actividades contribui significativamente para a melhoria, a expansão e/ou redireccionamento das ofertas e produtos turísticos com o propósito de obter melhores resultados em termos de oferta e procura. Assim sendo, o planeamento turístico deve constituir um processo contínuo envolvendo, naturalmente, algum nível de experimentação e aprendizagem com base em exemplos de territórios com características semelhantes. Contudo, apesar de relativamente flexível, a abordagem de planeamento deve reflectir os princípios básicos do desenvolvimento sustentável dos territórios em que é executado, especialmente no que diz respeito aos valores culturais e à distribuição dos benefícios económicos. Uma comunidade que tenha elaborado uma estratégia adequada de actividades de turismo para o seu território poderá retirar dessas actividades benefícios significativos uma vez que, para além da maior estabilidade e durabilidade dos produtos turísticos, é criada riqueza e, por esta via, promover o desenvolvimento do território (Adelino L. A., 2007, p. 2007).

Compreender o papel do planeador e conhecer as principais actividades por ele desempenhadas constitui um passo importante para atingir, o objectivo geral desta Dissertação, já que se trata de traçar o perfil do planeador, enumerar as funções para as quais ele deve estar apto e, a partir desta análise, tornar possível a identificação, compreensão e relacionamento entre os conhecimentos, habilidades e competências fundamentais que o planeador deve receber na sua formação. Para assegurar uma formação profissional eficaz é indispensável identificar e analisar o tipo de competências necessárias para um desempenho eficaz para qualquer agente promotor de actividades turísticas em geral e, em particular para aquele que tem a responsabilidade de planear e gerir actividades turísticas. Neste sentido, com o propósito de se elaborar um plano de formação profissional adequado ou até um plano curricular de formação superior em turismo, deve partir-se da identificação e análise das necessidades em termos de competências relacionadas com as actividades diárias laborais relacionadas com o turismo. Embora o objectivo desta dissertação não seja a elaboração de um plano de formação, é importante referir que esta questão é também relevante para a análise e compreensão da relação entre a função de planeamento turístico e a formação superior em turismo existente, em Angola. Como é sabido, para realizar um planeamento eficaz e adequado para atingir os objectivos que as organizações de turismo se propõem atingir, é necessário desempenhar com eficácia e de forma eficiente as funções ligadas ao planeamento e à gestão. E, para que os profissionais de turismo possam desempenhar com eficácia as funções de planeamento e de gestão, necessitam de possuir conhecimentos teóricos e práticos de forma a desenvolverem as suas próprias habilidades e competências no domínio das suas actividades. Neste sentido, é fundamental identificar e compreender as actividades e funções que competem ao profissional de turismo enquanto responsável pelo planeamento turístico.

As actividades turísticas geram, a nível mundial, cerca de 225 milhões de empregos directos e indirectos, o que corresponde entre 6 e 7% da totalidade de empregos OMT, (2010). Deve, contudo, realçar-se que o emprego na actividade de turismo reúne uma série de especificidades que aconselham o delineamento e oferta de formação especializada em turismo. Desempenhar funções no sector de alojamentos, em lazer e entretenimento, agência de viagens, entre outros, significa trabalhar principalmente nos períodos habituais de férias e de descanso. Por outro lado, algumas especificidades podem provocar algum desencanto por esta área de actividade económica, como sejam a sazonalidade, o emprego temporário, a remuneração pouco

atractiva e os horários por turnos, que provocam alta rotatividade nas empresas e dificuldade em manter os padrões de qualidade dos serviços. Neste contexto, a diversidade de oportunidades de emprego a capacidade de criar novos empregos (LADKIN, 2008), assenta essencialmente na formação e desenvolvimento de capital humano especializado nos domínios do turismo o que apela para a necessidade de se analisar a relação entre educação e turismo. (Gusman, Cañizares, & Jesus, 2007).

Nesta perspectiva, o autor acima citado considera que para compreender as carreiras e profissões em turismo é necessário analisar e compreender previamente as características do mercado de trabalho, a natureza do emprego e a dimensão do turismo. Apesar disso, o mesmo autor reconhece a dificuldade em dimensionar e definir o mercado de trabalho no que diz respeito às actividades e funções de natureza turística. (Gusman, Cañizares, & Jesus, 2007)

Esta dificuldade decorre de vários aspectos da actividade turística, designadamente as divergências existentes no que se refere ao próprio conceito de turismo aliadas à diversidade organizacional, à dinâmica do mercado, à diversidade ocupacional, aos baixos salários, ao alto índice de jovens na actividade, e à alta mobilidade no emprego e, muitas vezes, à baixa especificidade de habilidades OMT, (2010). Vários autores compartilham estas ideias resumindo-os indicadores de análise dos recursos humanos internacionais no sector do turismo aos seguintes aspectos: i) tendências demográficas; ii) mercado de trabalho e habilidades profissionais; iii) imagem e percepções do emprego em turismo; iv) remuneração; v) rotatividade no trabalho; vi) atitudes em relação à educação e treinamento; vii) políticas e práticas de recursos humanos. LADKIM (2008) Jones e Haven-Tang (2005 p.8).

Baum,( 1997).Cit. Em Amorim, Umbilino & Costa (2007). Estes autores referem ainda que, embora existam áreas com características comuns nestes aspectos citados, alguns factores, como, por exemplo, as habilidades em sectores operacionais de linha de frente, têm compreensão subjectiva e a percepção de “falta de habilidade” pode diferir quando comparamos um país desenvolvido com um país em desenvolvimento. No âmbito do recrutamento, os mesmos autores destacam que, nos países desenvolvidos, o contraste entre o nível educacional e as necessidades do sector de turismo resulta numa dificuldade derivada do baixo limiar de entrada face ao preparo profissional. Nos países em desenvolvimento, as necessidades educacionais, técnicas e linguísticas do turismo acabam por ser determinantes na (im) possibilidade de ingresso de profissionais. (Almeida, 2006, p. 315).

Para além destes aspectos, é necessário tomar em consideração que o fenómeno da globalização tem vindo, de forma crescente, a influenciar a gestão dos recursos humanos, modificando o mercado de trabalho em turismo. A oferta de trabalho pouco remunerada para as pessoas com baixo nível educacional foi reduzida, ao mesmo tempo que aumentou a oferta de trabalho, também mal remunerada, para as pessoas com níveis educacionais mais elevados, criando uma nova relação entre o trabalho disponível e o perfil da procura existente (PENDER, 2008).

De uma forma genérica, a oferta de emprego na área de turismo é classificada como de baixa remuneração, sendo a procura composta por trabalhos que exigem poucas habilidades, maioritariamente preenchida por mulheres (Baum, 2001); Wood, 1997; Pender e Sharpley, 2005; Ladkin, 2008). Os aspectos negativos estão geralmente focados nas exigências físicas do trabalho, em funções que exigem profissionais pouco qualificados, mas disponíveis para multiplicidades, num alto nível de absentismo, além da componente da sazonalidade e/ou do regime de part-time (Jones e Haven-Tang, 2005; Pender e Sharpley, 2005, Ladkin, 2008). Existe assim uma imagem negativa em termos de mercado de trabalho na indústria turística que se transforma numa barreira ao recrutamento e retenção de uma mão-de-obra com formação e de qualidade (Baum, Amoah & Spivack. 1997). Cit. Em Martins, (2002, p.15) Os profissionais que trabalham em regime de “part-time” tendem a não considerar o emprego em turismo como uma opção para longo prazo e, por conseguinte, não investem no desenvolvimento de habilidades, competências e qualificações nas áreas relacionadas com a sua função. (Martins, 2002, pp. 2-3).

Considerada uma actividade económica tão diversificada e de difícil delimitação, que inclui profissionais do sector de alojamento, restauração, transportes, atracções turísticas, eventos, serviços de informação turística, é importante ressaltar que os empregos em turismo não são somente aqueles em que o profissional está em contacto directo com o turista. Ou seja, o emprego em turismo abrange também funções e actividades desenvolvidas em estabelecimentos de ensino de turismo, ONGs, agências públicas e outras organizações que se dediquem à promoção do turismo. (Silva, 2007).

Este tipo de funções e actividades podem considerar-se como de suporte estrutural onde os profissionais de turismo, embora estando fora da linha operacional, desempenham funções essenciais para a promoção do turismo como é o caso das agências públicas que têm a responsabilidade da promoção e gestão sectorial do turismo de um território local ou região. Nos diferentes níveis territoriais, os profissionais de

turismo possuem responsabilidades diversas, tal como a regulação, o ordenamento e planeamento, a gestão estratégica, a promoção, a formação, a produção e prestação de informação específica. Por estas razões, os profissionais turismo que exercem funções no âmbito da gestão pública possuem um perfil distinto do observado entre os profissionais de turismo, em geral. Normalmente, estes cargos são ocupados com recurso a concursos públicos ou por indicação. Dependendo da condição de ingresso e também de aspectos políticos, é, ainda assim, mais estável e permite desenvolvimento de carreira profissional ou, em outras situações, com prazo previsto e possibilidade de renovação. O Instituto para Qualidade na Formação (IQF, ano 2005), evidencia que há um conjunto de profissionais da administração pública capaz de viabilizar projectos turísticos integrados e sustentáveis de maior valor acrescentado para o desenvolvimento de um turismo de qualidade. Instituto para Qualidade na Formação (2005, p.113). O mesmo Instituto defende que o profissional do sector de turismo, de uma forma geral, deve ser capaz de criar serviços e produtos turísticos integrados com outros recursos onde estão inseridos, para além de ser responsável por actividades como o planeamento, a concepção, o desenvolvimento e a promoção de produtos com interesse turístico, a fim de. Este profissional deve reunir competências para desempenhar o papel de técnico de turismo e ser capaz de: analisar e compreender os mercados, identificando as tendências de evolução do mercado turístico nacional e internacional, novas motivações, novas necessidades, inovações no produto, estudo da viabilidade de investimento em novos pacotes turísticos; definir e operacionalizar estratégias de marketing e promoção de produtos turísticos com reforço das competências em estratégia, marketing e vendas (IQF- Instituto para Qualidade na Formação, 2005, pp. 113- 115).

As actividades laborais envolvem muitas competências nas áreas de gestão e marketing pelo que se compreende que o profissional de planeamento tenha um conjunto de actividades inerentes à sua função de elaborar e implementar um plano de turismo cuja lógica contém uma ideia envolvente do ambiente teórico e desvaloriza um conjunto de actividades que viabilizam a “gestão pensada” e são, de facto, desempenhadas onde se incluem actividades executadas antes do processo formal de elaboração do plano de desenvolvimento turístico e de actividades concretizadas durante e após a fase de implementação do plano. (Lopes, 2011, pp. 14-20-21).



## 2.4. Turismo e desenvolvimento local

O turismo é uma opção económica interessante para a promoção do desenvolvimento dos territórios a nível local Ejarque, (2005;p 145). Contudo, como qualquer outra actividade, o turismo também pode provocar impactos negativos e, nesse sentido, o planeamento é uma importante ferramenta para alcançar, nos destinos turísticos, os resultados positivos esperados das actividades de turismo. Pereira (2017,p.2). De facto, o desenvolvimento local está directamente ligado à qualidade de vida da comunidade local e envolve factores relacionados como o acesso à saúde e à educação, segurança, infra-estruturas e rendimentos. O turismo, sendo uma actividade económica capaz de gerar muitos e diversos empregos e, por conseguinte, gerar rendimento, tem, naturalmente reflexo nos sectores da saúde e da educação. No entanto, é necessário tomar em consideração que o conceito de “qualidade de vida” de uma comunidade local é bastante abrangente. Se, por um lado, significa que, ao existir qualidade de vida num território local, as pessoas vivem com boas condições e os objectivos do planeamento regional e municipal (urbano e/ou rural) são alcançados, por outro lado, pode também dizer-se que, com qualidade de vida, os habitantes os de um território têm acesso a alternativas de emprego, serviços médicos e educacionais, serviços públicos essenciais e de um conjunto significativo de opções comerciais, culturais e de recreio.

“O conceito de qualidade de vida indica o nível das condições básicas e suplementares do ser humano. Estas condições envolvem desde o bem-estar físico, mental psicológico nocional, os relacionamentos sociais como família e amigos e também a saúde, a educação.” (Massola, 1948, p. 2).

Como acima já foi referenciado, o entendimento das diferenças entre destino turístico e cidade, assim como a definição de destino turístico, possibilitará uma discussão mais clara e objectiva acerca do planeamento turístico nos destinos. O turismo tem uma inquestionável relação com o território local. De uma forma primária, o relacionamento destes conceitos pode ser feito apelando ao facto de que a concretização de uma experiência turística exige uma deslocação e esta acção ocorre no contexto de um dado território. Para além desta tão óbvia ligação, é no território que ocorrem as mudanças. Por outro lado, a cidade pode ser definida como: “Meio geográfico e social caracterizado por uma forte concentração populacional que cria uma rede orgânica de troca de serviços, ou seja, **cidade é uma área densamente povoada** onde se agrupam

zonas residenciais, comerciais e industriais e administrativas de natureza profissional, educacional, de saúde e cultural. (Nunes, 2014, p. 8).

As cidades constituem-se como importantes centros de um País já que, por exemplo, no ano de 2011, cerca de 41% da população europeia vivia em ambientes urbanos (Eurostat, 2012). Esta realidade conduz a que os olhares dos responsáveis pelo turismo e pelo desenvolvimento local devam estar atentos às cidades, sobretudo quando o assunto é planeamento de destinos turísticos. Embora exista alguma procura pela paisagem natural e cultural dos espaços de natureza rural, o ambiente urbano é o que mais atrai turistas e, por consequência, para além dos impactos positivos designadamente em termos económicos, as cidades sofrem também com os efeitos negativos do turismo. Não há uma definição consensual de cidade, a começar por divergências quantitativas quanto ao número de habitantes e densidade populacional e serviços disponíveis.

Estima-se que em 2030 aproximadamente 61% da população mundial residirá em centros urbanos Henriques, (2003). No entanto, são vários os problemas observados nas cidades que têm suscitado inúmeros debates e o envolvimento de académicos, de políticos, de organizações e de cidadãos em geral. Na perspectiva da Comissão Europeia a cidade é “uma aglomeração mais ou menos regular de edifícios e vias públicas, onde as pessoas podem viver e trabalhar, e também onde há muitas actividades sociais, culturais, e tem, pelo menos, 10000 residentes” (Gomes E. C., 2014, p. 14).

Esta autora, para além de deixar implícita a confluência de várias dinâmicas no espaço, nomeadamente a económica, social, cultural e política, destaca ainda que esta proposta de definição engloba critérios como número de habitantes, nível de concentração das suas habitações, tipo de actividades desenvolvidas por esses mesmos habitantes com indicação do peso relativo de indivíduos que se dedicam às actividades de comércio e indústria, em oposição aos que se dedicam à agricultura. (Gomes E. C., 2014, p. 20).

No alinhamento desta discussão, (Gomes E. C., 2014) caracteriza os centros urbanos e salienta a diferença entre estes e a próprio conceito de cidade, afirmando que as áreas/centros urbanos podem apresentar várias dimensões, desde grandes cidades a pequenos centros que dificilmente podem ser chamados de cidade. Os perímetros fixados às áreas/centros urbanos raramente coincidem com a cidade geográfica – entendida enquanto forma de ocupação dos solos e entidade individualizada com certa dimensão e densidade – onde se desenrola um conjunto expressivo e diversificado de

actividades várias indissociáveis do modo de vida dos habitantes. Os perímetros são, regra geral, menores que os limites administrativos ou de planeamento, embora em áreas/centros urbanos de grande vitalidade económica e demográfica a cidade geográfica ultrapasse os limites fixados pela divisão administrativa ou política. Balsas, (2002).cit. Em Gomes E.C.(,2014, p.30) A autora complementa ainda que a cidade ultrapassa a perspectiva geográfica, económica, sociológica ou histórica, uma vez que nasce da interacção entre os indivíduos. Ou seja, etimologicamente, Geografia significa "descrição da Terra" mas, desde a antiguidade, teve duas orientações diferentes: i) alguns geógrafos, mais preocupados com a localização exacta dos lugares e com a sua representação em mapas seguiram uma linha mais matemática; ii) outros geógrafos, mais preocupados com as particularidades dos lugares, seguiram uma linha mais descritiva. A autora (Gomes E. C., 2014, p. 30).

Chama a atenção para o facto de as variações territoriais dentro do sistema turístico apresentarem diferenças, a saber:

Espaço Turístico, definido como o lugar geográfico onde assenta a oferta turística e onde pode ser encontrado o espaço de atracção (área onde se concentram os elementos e atractivos que motivam a viagem);

o espaço complementar (onde estão localizadas as empresas turísticas);

o espaço residencial (onde reside a população local);

Município Turístico, espaço delimitado por questões administrativas, o que acaba por definir as competências dos agentes públicos locais no que tange às políticas do turismo; apesar disso, na prática, o turismo não compreende estas delimitações espaciais, podendo ir além dos limites municipais ou, ao contrário, referenciar-se num âmbito inferior;

Destino Turístico, definido como um território para o qual o turista se desloca ou, ainda, a concentração de instalações e serviços disponíveis para satisfazer as necessidades dos turistas.

É importante destacar que a actividade de planeamento e gestão é de tamanha importância para a competitividade, qualidade e sustentabilidade do destino turístico que está contemplada na sua própria definição. Outro ponto para o qual se deve tomar a atenção é o risco de tornar o turismo demasiado aproximado do campo económico e desprezar os factores interdisciplinares e multidisciplinares (sociológicos, ambientais, culturais, etc.) que devem estar presentes, inclusive, quando são tratados os conceitos. O destino turístico, antes de constituir-se como tal, é composto por aspectos económicos,

mas também de aspectos sociais, ambientais, históricos. Definir destino turístico apegando-se, essencialmente, ao local que foi estruturado como produto pode não levar em conta as outras dimensões que têm substancial importância. Para Buhalis (2000), existe uma combinação de produtos turísticos que, quando complementados formam diferentes ofertas. Estas ofertas diferenciadas, podem ser direccionadas a diferentes consumidores, podendo dar origem a um destino. (Gomes D. P., 2002, p. 32).

Por outro lado, o planeamento turístico tem de tomar em consideração três aspectos essenciais: i) A especialização do território; ii) A procedência do turista e iii) A principal motivação genérica do turista. A especialização do território, refere-se ao tipo de actividade turística como, por exemplo, agro-turismo, turismo de neve, caça e pesca, turismo de saúde, turismo cultural, entre outros. A procedência do turista pode ser local, regional, nacional e internacional. Principal. A motivação genérica do turista pode assentar no sol e praia, no rural incluindo património e cultura, no desporto, no descanso e lazer, na saúde e cuidados corporais, no relacionamento com outras pessoas, em negócios e/ou evento, em acções de formação e informação e ainda descobrimento e aventura. A utilização do território enquanto destino único pode referir-se a vários aspectos: i) meta de viagem, ii) destino base, iii) ponto de partida para excursões e visitas, iv) destino que constitui parte de um circuito que não requer unidade temática; v) destino de percurso temático, que tem a sua razão de ser por fazer parte de uma unidade temática particular Ejarque,( 2005). Cit. Em (Farinãs, 2011, p. 8).

Longe de constituir um sinónimo de cidade, estado ou país, o conceito de destino turístico é, como foi dito anteriormente, perfeitamente aplicável a um lugar, uma ou mais cidades, estados ou países. O conceito é mais amplo e flexível do que a definição de cidade e tem mais relação com a estrutura dos produtos turísticos do que com a estrutura político-administrativa da unidade geográfica, embora a capacidade de gestão e planeamento seja um factor relevante. Quando se fala de turistas e habitantes locais, fala-se de dois grupos importantes para o desenvolvimento da actividade turística e para o desenvolvimento do território local. Entretanto, a relação entre turistas e habitantes locais é muitas vezes encarada como uma relação conturbada face ao facto de uns estarem interessados no lazer e em desfrutar do local, e os outros estarem preocupados com os seus negócios e com o facto de verem a sua cidade a transformar-se em função do fluxo de turistas (Baldissera & Bahl, 2012, p. 2).

Há necessidade de ressaltar estas distinções, visto que, apesar de o planeamento turístico aqui tratado se referir ao planeamento político e submetido à ordem

administrativa das cidades, regiões e países, é igualmente necessário perceber a existência de outros níveis de planeamento, que se interpõem e reflectem no desenvolvimento do destino, e não somente aqueles institucionalizados nas escalas geográficas mais tradicionais.

Compreende-se, portanto, que a definição de cidade seja complexa, porque envolve diversos critérios, sejam objectivos, como o número de habitantes, sejam subjectivos, como o tipo e a intensidade das relações humanas existentes. No que concerne ao destino turístico, conclui-se que os parâmetros de definição são ainda mais subjectivos e incluem uma abordagem da condição estrutural que possibilite uma experiência turística, independente da sua dimensão ou organização política e social.

## **2.5. Modelo de Desenvolvimento, Qualidade e Competitividade do Turismo**

O desenvolvimento do turismo pode ser promovido segundo diferentes modelos que, em algumas situações, podem ser não apenas distintos, mas divergentes. Nesta perspectiva é importante analisar as questões da competitividade e sustentabilidade dos destinos turísticos, uma vez que são aspectos que estão directamente relacionados com os tipos de desenvolvimento.

Competitividade do turismo é a capacidade dos agentes de interferir nas actividades do turismo num determinado país, região ou zona turística, para atingir suas metas acima da média do sector de forma sustentada e sustentável. Isto pode ser alcançado por concessões lucrativamente financiadas acima da média do sector, e por ganhos sociais e ambientais como consequência de intervenções de organizações e instituições públicas, além de obter a máxima satisfação do turista. Assim, o objectivo último da competitividade é atender da melhor forma possível às expectativas de todos os agentes que participam na actividade de turismo (Cunha & Cunha, 2005, p. 7).

Contudo, quando se fala em competitividade em turismo, a ideia mais presente é de competição e concorrência entre empresas, sendo que o estudo da competitividade entre destinos turísticos surge da aplicação das teorias dos contextos industriais e empresariais. No campo da competitividade empresarial, há um conjunto de características que determinam uma maior vantagem de uma unidade em relação a outra, e o turismo não é exceção. Por outro lado, os agentes turísticos devem estar comprometidos com a sustentabilidade (Tabela 6).

**Tabela 9- Compromissos dos agentes turísticos com a sustentabilidade**

Acções que os Governos devem realizar a favor do Desenvolvimento Turístico Sustentável
Trabalhar conjuntamente com os empresários no estabelecimento de políticas sustentáveis; Proporcionar uma política de incentivos que favoreça o crescimento equilibrado; <ul style="list-style-type: none"><li>• Elaborar um programa de avaliação de impactos sobre os destinos turísticos;</li><li>• Controlar a capacidade de carga dos destinos turísticos</li></ul> ;• Criar auditorias de qualidade ambiental; <ul style="list-style-type: none"><li>• Incluir o turismo nos planos de governo</li></ul>
Papel das Comunidades Locais no Desenvolvimento Sustentável
Proporcionar interacções culturais entre a comunidade local / visitantes Proporcionar serviços ao visitante; <ul style="list-style-type: none"><li>• Potencializar os produtos locais</li></ul> ;• Tomar decisões acerca das elaborações dos projectos; <ul style="list-style-type: none"><li>• Tomar iniciativas a respeito das acções;</li><li>• Proteger normas culturais</li></ul>
O que deve fazer a Indústria Turística
Escolher destinos com responsabilidades ambientais; Integrar-se nas comunidades locais <ul style="list-style-type: none"><li>• Realizar actividades que causem baixo impacto ao destino</li><li>• Apoiar as actividades de conservação do meio ambiente.</li></ul>
O que podem fazer as ONGs
Participar dos Comités de controlo ambiental; Criar acções de apoio ao desenvolvimento sustentável <ul style="list-style-type: none"><li>• Controlar os impactos das comunidades locais.</li></ul>

Fonte: Quintana, 2006

Segundo fonte do Ministério da Hotelaria e Turismo de Angola, a taxa de empregabilidade no sector da hotelaria e turismo está a crescer e, de acordo com os dados estatísticos<sup>15</sup>, trabalham no sector hoteleiro e turístico, segundo os operadores, em 2014,

<sup>15</sup> “Anuário de Estatísticas do Turismo de Angola de 2014”, capítulo VI, edição 2015,nº 1.

## **Capítulo 3 - Turismo em Angola**

### **3.1.Contextualização do turismo em Angola e nas Regiões Angolanas**

As Regiões provinciais atraem e encantam pela riqueza da sua flora e fauna e pelas crescentes condições de acesso e alojamento. O Namibe, por exemplo, tem sido um dos pontos turísticos em ascensão devido à sua conjugação única de mar, deserto e savana. Nesta região de intensa beleza natural o viajante pode descobrir o Parque Nacional do Iona, onde pode imergir numa impressionante viagem ao mundo selvagem.

Indústria do turismo em Angola é baseada na beleza natural do país, incluindo seus rios, cachoeiras e litoral cénico. A indústria do turismo em Angola é relativamente nova, como grande parte do país foi destruído durante o período pós-colonial guerra civil que terminou em 2002. Localizada na região ocidental de África Austral, Angola estende-se de Cabinda ao Cunene numa costa de mil e seiscentos quilómetros. O seu território encontra-se administrativamente dividido em 18 províncias, subdivididas em municípios e estes em bairros. O português é a língua oficial, no entanto, não se espante o visitante se escutar algo diferente, pois o umbundu, o kimbundu, o kikongo, o tchokwe, kwanyama e o mbunda estão também entre as principais línguas do país, sendo que as duas primeiras são faladas por mais de 60% da população. Luanda é a grande capital, concebida desde a criação, há mais de 400 anos, para uma população de cerca de quinhentos mil habitantes. Contudo, neste momento, estima-se. Que esta metrópole acolha no seu seio mais de quatro milhões! Este tem vindo a ser identificado como uma das mais discutidas questões sociopolíticas da actualidade nacional, devido às problemáticas de planeamento e de criação de infra-estruturas que levanta. Neste sentido, a rede escolar, hospitalar e viária têm sido as grandes apostas do governo de José Eduardo dos Santos, que encara a cooperação internacional como uma aposta salutar na resolução destas. Questões, atraindo, desta forma, empresas estrangeiras dentro dos mais variados sectores, para investir no desenvolvimento das áreas carenciadas, tanto na capital, de forma a suprir as necessidades verificadas como nas áreas onde se verifica menor densidade população. (CPLP, 2011, p. 28).

Incentiva-se o incremento local e controla-se o êxodo até aos grandes centros urbanos. Com a sua eficaz reconstrução após a guerra, o turismo é um dos sectores que mais se viu beneficiado. Para responder ao crescente desenvolvimento deste sector, com forte incidência na capital que atrai investidores a nível internacional, Luanda viu

surgirem uma série de hotéis de renome, requinte e qualidade que não ficam atrás de nenhum cinco estrelas europeu. Bons restaurantes e uma agitada vida nocturna contribuem igualmente para o atracção. No entanto, é a sua aclamada baía um dos principais cartões – de visita da cidade.

Como metrópole que se constituiu não deixou de parte a cultura e alberga no seu centro museus de prestígio e salas de espectáculo, entre os quais o Museu de Antropologia, o Museu da Escravidão, Museu da história Natural e Museu das Forças Armadas, e ainda o Centro Cultural Elinga, o Centro Cultural e Recreativo Kilamba, o Auditório Nzinga Mbandi e o Salão da LAASP. (CPLP, 2011, p. 29).

O Parque Nacional do Kissama, na província do Bengo, é outro local de exuberante manifestação natural que mereceu por parte do governo especial atenção, reflectida num substancial investimento com vista a importação de diversas espécies animais da África do Sul para seu repovoamento. Ainda no âmbito do investimento governamental na reactivação desse Parque, foram criadas e recuperadas infra-estruturas hoteleiras que permitem um confortável acolhimento dos visitantes enquanto desfrutam da genuinidade da natureza envolvente.(CPLP, 2011, pp. 29-50-51).

A província do Malanje, uma das maiores do país, destaca-se igualmente no universo turístico de Angola, tanto pela riqueza do seu artesanato, nomeadamente nos Municípios de Marimba, Quirima e Massango, como e especialmente pelas extraordinárias quedas de água de Kalandula que contam com mais de 105 metros de altura. Mas os atractivos da região não se esgotam nesta impressionante queda pois a 116 quilómetros da capital de Malanje podem encontrar-se as misteriosas Pedras Negras de Pungo Andongo, que surgem e cobrem o terreno plano da região de Cacuso. Estas pedras despertam o interesse e o imaginário dos historiadores pela crença de que há séculos atrás, no meio das misteriosas pedras, fora erguido um coliseu de torturas e festins amorosos pertencentes à Rainha Ginga, sobre o qual se contam atribuladas peripécias. (CPLP, 2011, p. 30).

Outra região que tem vindo a reivindicar o seu lugar no turismo Angolano é a região marítima do Lobito. Esta região desperta a atenção dos seus visitantes tanto pela paz e tranquilidade que a sua vista sobre o mar proporciona como pelasapalaçadas moradias que ladeiam as suas largas avenidas, a escolha ideal para um retiro em família. (CPLP, 2011, p. 30).

Outra atracção, a floresta de Mayombe situada na província de Cabinda que conquistou o epíteto de “mar vegetal” devido à sua extensão natural, é o destino ideal



para os amantes de natureza onde, para além da exuberante flora tropical, se podem observar raríssimos exemplares de borboletas e insectos. (CPLP, 2011, pp. 29-50).

Debruçados sobre a beleza natural deste país que nos oferece uma vasta gama de cores, relevos e contrastes, e que oscila entre a industrialização crescente e a preservação das riquezas naturais, lembremos ainda a Ilha do Mussulo, a sul de Luanda, uma restinga abraçada por uma série de pequenas ilhas banhadas por águas cristalinas que deixam adivinhar o fundo do mar. Este destino é ideal para quem se desloca à capital em negócios e tem a oportunidade de relaxar no embalo da ondulação cristalina enquanto desfruta de um serviço de qualidade num dos vários aldeamentos turísticos da região. Um país em franca expansão e desenvolvimento, onde o crescimento e as oportunidades estão latentes e onde a abrangência e diversidade de uma intensa fauna e flora são características únicas para os turistas. (CPLP, 2011, p. 50).

É nossa convicção de que o turismo a promover nos territórios locais em Angola deve estar enquadrado pela estratégia de desenvolvimento do território local em que se pretende implementar e assumir o papel complementar a outras actividades das economias locais com o propósito de reforçar o desenvolvimento do País. Isto é, a actividade turística deve ser orientada para a busca da resolução de alguns dos problemas que persistem nos territórios locais de Angola e, não ser promovido como um fim em si mesmo, como acontece em muitos locais do mundo. O turismo deve assim ser planeado e implementado com o propósito de desempenhar papel relevante para o desenvolvimento das comunidades locais já que os aspectos essencialmente económicos, embora importantes, não devem assumir papel determinante sobre as dimensões social e ambiental, por exemplo (Sarmiento M. E., 2006, p. 10).

As consequências e impactos das actividades de turismo não diferem muito entre o que acontece nos países desenvolvidos e nos países em desenvolvimento. Contudo, nos países com problemas de infra-estruturas e pouca experiência turística, os impactes negativos tendem a manifestar-se com maior acutilância razão pela qual se compreende o motivo pelo qual a adopção do turismo enquanto factor estratégico nem sempre tem correspondido às expectativas das várias economias Murphy (1985, p.165) cit. Em (de Oliveira & Salazar, 2011, p. 745).

Tendo em atenção os desafios sociais, ambientais e, de certa forma, os económicos que ainda persistem em Angola, as estratégias de desenvolvimento propostas com base na questão da sustentabilidade, colocam à sociedade, em geral, e às

comunidades locais, em particular, desafios complexos na reconstrução e desenvolvimento dos territórios. No entanto, Angola possui condições ímpares para adoptar com sucesso uma estratégia de desenvolvimento sustentável num sentido mais amplo do que o tradicional Sarmiento M.E., (2006, p.527). Mas, para se obter sucesso com as estratégias de desenvolvimento sustentável para os territórios locais, é fundamental que sejam, desde o início, definidas as responsabilidades dos vários actores quanto à definição das estratégias e do mecanismo para se atingir a sustentabilidade. Para este efeito, é essencial o envolvimento dos agentes principais que permitam assegurar: (i) uma visão de estado; (ii) uma visão comunitária e (iii) uma visão de mercado (Benetti, 2006). Contudo, a experiência de outros países mostra que o envolvimento dos actores principais no sentido promover aquelas três visões não constitui um processo fácil e requer a implementação de práticas inovadoras em termos de gestão. Nesta perspectiva, o planeamento das actividades de turismo nos territórios locais desempenha papel preponderante para o sucesso de uma estratégia de desenvolvimento de turismo sustentável.

Neste sentido, o adequado planeamento do que se pretende para o sector do turismo desempenha papel determinante para uma melhor realização das tarefas e actividades turísticas e garante dos objectivos, tanto por parte das pessoas como por parte das organizações Petrocchi, (2007). Citado por Sarmiento M.E. (2006, p.12). O planeamento turístico deverá, por isso, integrar de forma clara todos os aspectos sociais, ambientais, históricos e culturais do território (região e/ou local), para assim poder implementar uma actividade turística verdadeiramente sustentável. Neste contexto, o planeamento do turismo deverá assegurar que se mantêm intactos os atractivos do território que constituem a maior motivação para a captação dos turistas.

Considerando a realidade de dispersão, sobreposição de poder e desorganização do sector, foi proposta e implementada uma nova estrutura organizacional do turismo, com base na já existente divisão administrativa do território.

### **3.2. Resenha histórica da Indústria do Turismo em Angola**

Em pleno tempo colonial era reconhecido as potencialidades turísticas de Angola, mas o seu desenvolvimento não se concretizou devido a pouca atenção dada a este sector económico importante (Embaixada de Angola em Portugal, 2016).

Em 1972 o dispositivo hoteleiro de Angola era: 57 unidades, dos quais Luanda, Huambo, Lubango e Lobito cobriam 54,4%, e o total de camas eram 3.934, no qual

somente Luanda possuía 1.140. Mais de 90% das unidades hoteleiras e similares do País foram abandonadas pelos seus antigos proprietários. Em 1975 com a criação do primeiro Governo do Estado Angolano na sequência da proclamação da independência, ocorre a instituição da Secretaria de Estado do Comércio e Turismo que, a partir de então, personificou a Administração Turística Angolana a par de outros sectores da actividade sócio económica.

Na base do Decreto n.º. 26/75 as unidades hoteleiras e turísticas foram intervencionadas tendo-se criado paralelamente o Centro de Controlo e Gestão dos Estabelecimentos de Hotelaria, Restaurantes e Similares da Província de Luanda, nos dois anos subsequentes assistiu-se à utilização irracional e consequente degradação das infra-estruturas hoteleiras, restaurantes e similares, bem como das unidades complementares.

Em Maio de 1977 o Governo promulgou o Decreto n.º. 42/77, que cria o Ministério do comércio Interno e aprova o Estatuto Orgânico, onde se insere a Direcção Nacional do Turismo e Hotelaria.

Em 1978 iniciou-se o processo de criação de empresas hoteleiras de âmbito provincial (as Emprotéis), totalizando em 1983, 19 empresas do género. Em Luanda foi criado a ANGHOTEL- U.E.E. de princípio de âmbito local, mas depois alargou-se a área de acção abrangendo Cabinda, Huambo, Huíla; Malange e Benguela. Neste período desenvolveu-se as seguintes actividades:

- Reabilitação e ampliação da Pousada das Quedas de Kalandula, não concluída;
- Reabilitação dos hotéis Mombaka e Congresso em 1983;
- Reabilitação e recuperação integral do Hotel Presidente em 1984, assim como os hotéis;
- Alameda, Turismo, Costa do Sol e Panorama em Luanda;
- Construção de um hotel com 50 quartos em Luanda (Complexo da Vila Alice);
- Recuperação de pequenos estabelecimentos similares hoteleiros e construção de alguns Centros Recreativos.

- Formação de quadros do sector hoteleiro;

Por intermédio do Decreto Executivo n.º.42/81 de 19 de Novembro do MINCI, os bares, cafés, casas de chá, cervejarias, restaurantes e estalagens foram alugados a privados, para cessão de exploração. Mesmo assim a rede hoteleira continuou e degradar-se.

Em 1988 em consequência do Programa de Saneamento Económico e Financeiro, iniciaram-se os contactos com a OMT. Assim começou o despertar do turismo em Angola. Em 1988 cria-se a primeira empresa angolana de turismo ANGOTUR, LDA.

Negociação com Bureau do Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento com vista a integrar Angola no Projecto Regional sobre o Desenvolvimento do Turismo na África Austral e Oriental. Inicia processo de adesão de Angola à OMT.

Em 1989, Angola adere à Organização Mundial do Turismo no decorrer da 8ª Assembleia Geral da OMT realizada em Paris nos finais do mês de Setembro e Principio do mês de Outubro. Iniciou-se as primeiras comemorações do Dia Mundial do Turismo em Angola. Em 1990, durante as comemorações do Dia Mundial do Turismo, promoveu-se a primeira conferência verdadeiramente multisectorial e as recomendações delas resultantes continuam a orientar os trabalhos do sector.

A adesão de Angola à OMT trouxe vantagens palpáveis e o benefício imediato traduziu-se na implementação do projecto “REFORÇO Institucional do Estado Angolano no Domínio do Turismo”, projecto financiado pelo PNUD e executado pela OMT, consubstanciado nas seguintes acções:

Criação de um sistema de recolha, tratamento, análise e publicação de estatística do turismo;

Elaboração de propostas de Legislação Turística;

Incentivo à criação de empresas e agências de viagens e turismo, assim como à construção de associações profissionais privadas do sector como a HORESIL, AAVOTA e ADHA;

A organização de Administração Turística Nacional culmina com a criação em Julho de 1996 do Ministério de Hotelaria e Turismo que tem como política;

A recuperação, reabilitação e construção de infra-estruturas hoteleiras e turísticas

O ordenamento e planeamento turístico;

A formação dos quadros do sector;

A contribuição para a preservação e fortalecimento da identidade nacional, a paz integração e cooperação internacional;

A promoção da imagem de Angola como potencial destino turístico;

A contribuição para a protecção, preservação e valorização dos recursos naturais, socioculturais e tradicionais do País;

Desenvolvimento harmonioso e sustentável da actividade turística nacional, logrando sempre que os seus benefícios no desenvolvimento socioeconómico para a melhoria da qualidade de vida da população angolana; (Embaixada de Angola em Portugal, 2016).

## **Capítulo 4. Formação Superior em Turismo em Angola**

### **4.1 Educação e Formação em Turismo**

Historicamente, a educação para o trabalho moldou, desde a Revolução Industrial, os indivíduos a partir da infância, facilitando o seu comprometimento com uma profissão básica e a geração de capacidade crítica. (da Silva & Gasparn, 2005, pp. 10-11). Contudo, a tendência para a universalização de técnicas básicas entre as indústrias de ramos diferentes foi exigindo a necessidade do domínio de conhecimentos e destrezas específicas para que os trabalhadores se pudessem inserir em qualquer profissão. Desta forma, as escolas passaram a assumir não somente a transmissão do saber técnico como também o papel de socialização remetendo para as escolas não apenas o papel de disciplinar, mas também o de transmitir o domínio de um ofício (Pacheco, 2005; Maranhão, 2001; Ladkin, 2008; Ramos, 2002; Zarifian, 2003). O ato de se qualificar estava assim relacionado com os métodos de análise ocupacional com o propósito de se definir, com base na relação entre as características do posto de trabalho e o perfil ocupacional do trabalhador, o tipo de qualificação que o indivíduo deveria ter para ocupar aquele cargo. Neste processo, na óptica do posto de trabalho, a qualificação estava assim relacionada com o saber e experiência acumulada expressas através da execução das tarefas relacionadas com esse saber e experiência. Contudo, na óptica do trabalhador, as qualificações e competências adequadas ao posto de trabalho poderiam ser obtidas através de cursos de formação profissional cujos conteúdos eram definidos com base na identificação e análise das necessidades em competências ocupacionais. (da Silva & Gasparn, 2005, pp. 13-14).

Um país dito subdesenvolvido ou em vias de desenvolvimento<sup>16</sup> é caracterizado por ter uma economia fraca e, frequentemente, por aspectos negativos de natureza social dentro dos quais se destaca o elevado grau de analfabetismo. Neste contexto, o investimento na educação da sociedade em geral e, na alfabetização dos adultos, em particular, desempenha papel relevante na ampliação do mercado consumidor. Como

---

<sup>16</sup> Kofi Annan, antigo Secretário da Nações Unidas definiu um país desenvolvido como segue: "Um país desenvolvido é aquele que permite que todos os cidadãos desfrutem de uma vida livre e saudável em um ambiente seguro. Mas de acordo com a Divisão Estatística das Nações Unidas

Não existe um consenso, ao longo do tempo e entre as várias escolas de pensamento económico, sobre a definição de desenvolvimento de um país, Mas é comum o estabelecimento do grau de desenvolvimento de um país através da comparação de estatísticas como o PIB per capita que é equivocado, expectativa de vida, grau de alfabetização etc.

está amplamente demonstrado, a educação constitui o alicerce do desenvolvimento económico e social de qualquer local, região ou País e, neste sentido, a educação desempenha também papel preponderante no sector turístico. Por outro lado, o turismo, sendo uma actividade de prestação de serviços, lida directamente com consumidores e, neste sentido, deve primar pela qualidade dos serviços prestados, aspecto que, naturalmente, requer educação como suporte uma vez que a qualidade depende da competência dos recursos humanos. (Cordeiro, Alcoforada, & Ferreira, 2011, p. 308).

O novo contexto profissional e as novas exigências do mercado de trabalho a grandes dificuldades no ambiente económico e , aliados financeiro, têm, nos últimos anos, vindo a estimular reflexões e discussões acerca das estratégias propostas para a formação superior em turismo. Se, por um lado, há quem defenda que os profissionais devem ter uma formação superior mais voltada para o mercado de trabalho, o que implica mais concentração nas competências profissionais e maior capacitação para o desenvolvimento do seu ofício, por outro lado, há quem defenda que a melhor formação superior em turismo é aquela que dá autonomia ao profissional. Neste sentido, a formação mais adequada seria aquela que fosse orientada para o desenvolvimento das competências sociais e pessoais e, ao mesmo tempo, promovesse indirectamente a formação profissional. (Gondim, 2002, pp. 302-305).

O imediatismo na operação dos negócios e o amadorismo no sector do turismo têm vindo, naturalmente, a perder espaço. Isto porque o turismo de qualidade requer profissionais competentes não só pela questão da prestação de serviços de qualidade como pela necessidade de planeamento adequado por parte quer dos agentes públicos como das empresas e outras organizações dedicadas ao sector do turismo. Assim sendo, o sector do turismo pode beneficiar bastante com a criação de novas escolas de turismo que ofereçam formação especializada em termos não só de planeamento e gestão de actividades turísticas como de qualificação dos profissionais para o relacionamento diário com os turistas. Naturalmente que profissionais com formação técnica especializada de nível superior ficarão melhor capacitados para um melhor desempenho e, desta forma, aumentar a produtividade do sector, OMT (1997). Cit. Em (Fernandes, 2005, p. 24).

Contudo, é necessário tomar em consideração que o sistema de ensino está, presentemente, sujeito a uma mudança acelerada sobretudo, na formação de nível superior. Como é natural, um ambiente socioeconómico com mais dinamismo e competitividade influenciará o ambiente educacional levando os actores educativos a

reflectir sobre as estratégias educativas em curso. Por outro lado, embora os profissionais com formação superior em turismo estejam melhor habilitados para um desempenho profissional, o facto de possuírem um curso superior não lhes garante emprego como acontecia há poucas décadas atrás. Presentemente, o profissional em turismo que procura emprego necessita, para além do diploma, de “algo mais” para obter um emprego e alcançar a sua realização profissional. Isto significa que, no âmbito do plano curricular, o processo de ensino/aprendizagem inclua estágios curriculares e profissionais. Por outro lado, face ao ritmo de inovação tecnológica a que presentemente o sector está sujeito, é indispensável que, para além da formação inicial em turismo, as escolas de turismo ofereçam programas de formação contínua com o propósito de manter os profissionais qualificados com novas competências de forma a que fiquem habilitados para dar resposta aos novos desafios e necessidades que vão surgindo. OMT (1997). Cit. Em (Fernandes, 2005).

Como é sabido o fenómeno da globalização tem vindo a influenciar o ensino superior quer em termos de estratégias de ensino/aprendizagem quer em termos de conteúdos levando à reestruturação dos cursos face a novas necessidades. Por exemplo, na União Europeia existe uma pressão para o ajustamento da educação no espaço comum Europeu com o propósito de garantir a mobilidade dos estudantes e dos professores e dos próprios profissionais. Nos outros Países é também sentida uma pressão para reformulação dos cursos devido fundamentalmente à necessidade de comparabilidade para facilitar a mobilidade e a empregabilidade das pessoas diplomadas. Neste sentido e no contexto da globalização é natural que os países e regiões sintam a necessidade de adaptação de aspectos importantes do ambiente social dos locais visitados e ainda dos locais de onde provêm os turistas como forma de preparar os profissionais para um desempenho mais eficaz e competente no âmbito das suas funções. Isto é muito relevante para viabilizar e promover a empregabilidade dos diplomados que, face a uma maior competitividade no mercado global, exige que a formação em turismo introduza uma série de adaptações por parte dos países e regiões onde o ensino de turismo se processa. (Colucci, Costa, & Silva, 2015, pp. 5-6).

**A falta de qualificação** da mão-de-obra é muito significativa em Angola, sendo, dentro de uma política de médio e longo prazo, muito importante uma aposta plena na formação de quadros locais, em contrapartida de expatriados que, pelos seus elevadíssimos custos e estadias muitas vezes no curto ou médio prazo, não garantem, por si sós, a



sustentabilidade dos projectos, devendo os expatriados ser utilizados apenas quando não existe alternativa da mesma qualidade e especialização no País. (Ministério do Planeamento e do Desenvolvimento, 2012, pp. 102-102).

O turismo apresenta-se como um sector estratégico para economia angolana contribuindo para a balança de pagamento enquanto actividade geradora de riqueza sendo por isso um forte impulsionador na criação de novos empregos. Trata-se pois de uma actividade económica de referência que tem assumido um papel cada vez mais significativo e preponderante para as economias locais de Angola. Nesta perspectiva, a educação e formação profissional, consequentemente, a criação de infra-estruturas para a qualificação e formação de recursos humanos em turismo desempenha papel relevante para a promoção e inovação da actividade turística. A evolução da qualificação e formação em Turismo em Angola tem acompanhado as exigências do mercado especialmente no que diz respeito a procura de novos e melhores profissionais. Esta procura do mercado tem-se reflectido na oferta de diferentes níveis de ensino Profissional e técnico em turismo com cursos de natureza mais académica desenvolvida por entidades de ensino superior e outros de natureza mais prática orientados para o desenvolvimento de competências específicas do posto de trabalho oferecidos por escolas profissionais. (Ministério do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial, 2012, pp. 101-102).

O sector do turismo apresenta uma complexidade e características muito próprias que abarcam uma diversidade de subsectores muito específicos. É, pois, um sector de actividade económica que se pode descrever como um verdadeiro “*market basket*” de produtos e serviços com uma forte componente ao nível do relacionamento humano. Face a estas características, a formação em turismo implica uma especialização em áreas distintas que se complementam, tais como hotelaria, restauração, agências de viagens e transportes. Assim, um profissional que enverede pelo percurso da formação em turismo depara-se com conteúdos programáticos bastante distintos, com especificidades próprias e de natureza multidisciplinar. Por outro lado, é ainda relevante referir que, em termos de estratégias de ensino/aprendizagem, para além da formação presencial em sala de aula, existem actualmente ferramentas de formação não-presencial (*e-learning e b-learning*) que permitem aumentar a participação designadamente de pessoas que, por diversas razões, não têm possibilidade de se deslocar aos locais da formação.

A formação em turismo é actualmente considerada como um factor fundamental para desenvolvimento do planeamento turístico em Angola. De facto, a formação em turismo permite a qualificação dos recursos humanos sobre as diferentes funções dos profissionais de turismo e promove uma cultura de qualidade de serviço aspecto fundamental para a promoção dos destinos turísticos. Pode, pois, afirmar-se que a formação dos recursos humanos é fundamental para promover a competitividade dos territórios locais através do aumento da produtividade e da qualidade das actividades turísticas. A qualificação dos profissionais de turismo, sendo essencial para o aperfeiçoamento na qualidade dos serviços oferecidos aos turistas, comporta-se assim como factor decisivo para a procura turística nos territórios locais de Angola devido ao contributo que poderá dar à diferenciação da actividade turística desses locais no mercado internacional promovendo a atracção de visitantes a esses locais. O serviço ao turista (cliente) será, naturalmente, tanto mais eficaz quanto mais competentes forem os profissionais de turismo que estiverem ao serviço das empresas e organizações públicas e privadas de turismo que actuarem nesses locais e regiões. OCEDEFOP<sup>17</sup> (1991).

#### **4.2 O turismo como disciplina científica**

Apesar dos grandes avanços na área de turismo, os debates em torno da legitimidade do turismo como disciplina científica são ainda intensos. Estes debates desenvolvem-se fundamentalmente em torno das questões da interdisciplinaridade e multidisciplinaridade, o que dá margem a muitas das divergências. Grandes acontecimentos mundiais que afectaram a indústria do turismo também o evidenciaram, no início do século XXI, ocasionando o que muitos autores nomeiam de consciência ou interesse público (Jafari, 2005:1; Hall, Williams e Lew, 2004, OMT, 2002). Na década de sessenta do século passado, por exemplo, o turismo vivenciou um crescimento enquanto objecto de estudo autónomo no âmbito do ensino superior e da pesquisa social aspecto que foi impulsionado pelo aumento do número de turistas ao nível global a partir do final da Segunda Guerra Mundial e pelo aumento da oferta turística que ocasionou a expansão de companhias aéreas, de redes hoteleiras e de agências

---

<sup>17</sup> Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional desenvolveu em 1991, um estudo comparativo entre os estados membros da União Europeia com o objectivo de avaliar as competências dos profissionais do sector, de analisar as principais funções exercidas no âmbito do turismo e as respectivas necessidades em termos de conhecimentos e capacidades para cada actividade. Para cada subsector do turismo foram identificadas funções específicas, competências para executar essas funções, assim como, as necessidades de formação para cada função, com o apoio das entidades empregadoras.

operadoras de viagem com especialização em voos comerciais (Airey e Tribe, 2005). A indústria do turismo tem vindo, desde o início da segunda metade do século XX, a registar um enorme progresso apresentando-se hoje como uma das principais indústrias a nível mundial. O rápido desenvolvimento da indústria do turismo aliado à enorme importância económica que o sector assume actualmente a nível global, impulsionou a criação de um corpo doutrinal interdisciplinar no âmbito do qual o turismo é analisado, para além das suas dimensões de natureza social, cultural e económica, nas suas vertentes de planeamento edesenvolvimento sustentável a nível local, regional, nacional e internacional.

As características de multidisciplinaridade e interdisciplinaridade do turismo têm marcado fortemente a forma como os cursos de turismo são estruturados, a natureza da pesquisa sobre a actividade turística, as características dos professores, e os perfis profissionais. É muito comum, por exemplo, a estruturação de cursos de turismo com perspectivas muito amplasoferecendo diversas opções em termos de saída profissional.Embora esta característica constitua uma vantagem em termos de obtenção de emprego por parte dos diplomados, apresenta, por outro lado, uma desvantagem relacionada com o facto de essas opções curriculares diminuírem o foco da formação, Jafari, (1994 OMT, 1995 e Liper, 1981). Cit. Em(Fernandes, 2005, pp. 10-11).

O rápido crescimento da oferta de cursos de turismo despertou o interesse académico nesta área. Assim, investigadores de diferentes disciplinas nos domínios das ciências sociais começaram a interessar-se pela área do turismo aplicando os seus conhecimentos e metodologias no estudo do turismo consubstanciando desta forma a característica de multidisciplinaridade da actividade do turismo. Para além disso, a natureza da actividade turística tem estimulado os académicos que se dedicam ao estudo do turismo a recorrer a mais de uma disciplina de base, aspecto que determina a condição de interdisciplinaridade (Fernandes, 2005, p. 13).

A província de Luanda tem, desde 2014, uma nova Escola Superior de Hotelaria e Turismo localizada na cidade do Kilamba e criada no âmbito da Universidade Agostinho Neto (UAN). Na sua fase inicial, com 60 vagas disponíveis, a escola foi instalada e começou a funcionar em instalações provisórias cedidas pelo Ministério da Educação até o empreendimento definitivo estar concluído.

A tendência, nos anos mais recentes, tem ido no sentido de uma maior aproximação entre os cursos superiores e o mercado de trabalho. No caso do turismo, essa aproximação tem-se dado de diversas formas e apresentando vantagens tanto do

lado académico (docentes, discentes e os próprios cursos), como do lado do mercado (empresas, instituições públicas, privadas, turistas e comunidade). Um estudo desenvolvido por um investigador brasileiro com base na actividade turística da cidade de Curitiba, analisou a relação entre a formação superior em turismo com a eficácia e eficiência do planeamento da actividade turística. Para o efeito, o autor investigou o contexto dos cursos de turismo, focando as disciplinas relacionadas com o planeamento do turismo, com o propósito de definir um perfil dos docentes, dos cursos e das metodologias utilizadas, bem como conhecer a importância do profissional de turismo no contexto das actividades do planeamento (Silveira, 2007).

## Capítulo 5. Abordagem Metodológica do estudo

### 5.1. Delineamento Geral e calendarização

Uma investigação bem estruturada exige um planeamento adequado dos passos metodológicos no âmbito das opções disponíveis para o investigador. Como é sabido, no domínio dos processos de investigação social não existe apenas uma abordagem metodológica assim como também não há apenas uma prática ou técnica de recolha de informação. Assim, qualquer estudo científico deve descrever e fundamentar o caminho metodológico que utilizou para permitir a aferição da sua validade por outros investigadores. Neste sentido, o presente capítulo tem como principal objectivo descrever os procedimentos metodológicos que orientaram o processo de investigação neste estudo.

Para a selecção da abordagem metodológica deve não só tomar-se em consideração a natureza do objecto em estudo como ainda os **objectivos** que se pretendem atingir com a **investigação**. Assim, tomando em consideração que o presente estudo teve como objectivo central analisar e compreender a relevância da formação superior em turismo para um eficaz planeamento das actividades de turismo nos territórios locais em Angola.

**Optou-se** por uma abordagem não experimental de natureza essencialmente qualitativa (estudo de caso) complementada com medições quantitativas (inquérito por questionário e uso de estratégias estatísticas) para melhor compreender as relações existentes entre as diferentes **variáveis**. Os estudos de caso são apropriados quando se pretende estudar fenómenos que estão intimamente ligados com o seu contexto (**Yin, 2003**).

No caso desta investigação, a problemática da definição do objecto de estudo limitou-se ao domínio territorial de aplicação, isto é, à escolha de apenas duas regiões (Luanda, e Kwanza Sul) devido a limitação de tempo e recursos financeiros.

Esta abordagem foi considerada como a mais adequada uma vez que se pretendeu analisar a percepção de um grupo específico de indivíduos sem pretensão de generalização para o universo a que pertencem (professores e profissionais de turismo). Por outro lado, o estudo tinha em vista identificar e analisar um conjunto de variáveis e suas relações sobre as quais o investigador não tinha qualquer controlo. De entre a diversidade de métodos de investigação de natureza qualitativa sem a preocupação de

generalização, o *estudo de caso* surge assim como a abordagem metodológica mais adequada para o desenvolvimento de estudos que envolvam organizações (Sarmiento, 1997)..

5.2 Procedimento e Calendarização	Ano lectivo2014/2015							Ano lectivo2015/2016							Ano lectivo2016/2017						
Ano lectivo 2014/015 - 2015/ 2016	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev
Pesquisa bibliográfica	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X						
Seleccção informação preliminar					X	X	X	X													
Realização das entrevistas				X					X	X	X										
Tratamento, análise e interpretação dos resultados das entrevistas												X	X	X							
Construção e aplicação de questionários				X	X	X															
Aplicação do pré-questionário								X													
Aplicação do questionário junto da comunidade local									X	X	X	X	X	X							
Tratamento, análise e interpretação dos resultados dos questionários															X	X	X	X			
Elaboração escrita da dissertação (resultados, conclusões e recomendações)														X	X	X	X	X	X	X	X

## **5.2. População alvo e Amostragem**

A população-alvo de um estudo é o conjunto de todos os elementos de um grupo com características comuns e sobre o qual a investigação é focada (Fortin, 1999). Neste sentido, a população-alvo, ou melhor, as duas populações-alvo que serviram de base ao presente estudo são constituídas, a primeira, pelo conjunto de indivíduos responsáveis por ensino superior em turismo e, a segunda, pelo conjunto de indivíduos Responsáveis pela Gestão e Planeamento do turismo nas Administrações Municipais. Complementarmente, foram entrevistados três informantes-chave designadamente a Directora Nacional da Formação em Turismo (Ministério de Hotelaria e Turismo), o Director Nacional do Ordenamento do Território (Ministério de Hotelaria e Turismo) e a Coordenadora do Curso Superior de Turismo da Universidade Agostinho Neto.

No que diz respeito à selecção dos indivíduos a incluir na amostra de elementos a quem foi administrado o questionário, seguiu-se o método não-probabilístico uma vez que, para além de ser reduzido o número de elementos de cada uma das populações-alvo, era reduzida a disponibilidade de tempo para a recolha de informação.

## **5.3. Definição conceptual das variáveis**

As variáveis são “atributos que reflectem ou expressam um conceito ou constructo e pode assumir diferentes valores, opondo-se ao conceito de ‘constante’” (Coutinho, 2011: 67). Nessa perspectiva dos atributos, no caso desta investigação, as variáveis consideradas são: o “Planeamento Turístico”, variável que pode ser vista como dependente uma vez que se pretende analisar a relevância da formação superior em turismo para o planeamento das actividades de turismo. Neste sentido, a “Formação Superior em Turismo”, pode ser entendida como variável independente. Como acima referido, pretende-se conhecer a relação entre a “Formação Superior em Turismo” e o “Planeamento Turístico”, ou seja, relacionar aspectos da formação em Turismo com as funções de planeamento nas Câmaras Municipais. Isto é, pretendeu-se relacionar a variável dependente, o “Planeamento Turístico”, com a variável independente, a “Formação Superior em Turismo”, a fim de conhecer o grau de interacção entre elas. Cada uma das variáveis foi medida através de um conjunto de indicadores configurados em escalas de múltiplos itens a cada um dos quais foi agregado uma escala numérica de 5 pontos (escala tipo Likert).



#### **5.4. Instrumentação**

Qualquer estudo necessita de utilizar instrumentos de recolha e medição de dados adequados ao objecto e objectivos do estudo, à questão de investigação e à população-alvo sobre a qual o estudo incide. O instrumento de recolha de dados deve pois ser seleccionado em função dos objectivos e da natureza do objecto de estudo de cada investigação. Entre os principais instrumentos de recolha de dados nas Ciências Sociais encontram-se (Fortin, 2003; Silvestre e Araújo, 2012; Dencker, 2000): i) a entrevista, ii) o questionário, e iii) a matriz de observação. Assim, nesta investigação, tomando em consideração a natureza e objectivos do estudo, optou-se pelas técnicas de recolha de dados por entrevista e por questionário.

A entrevista consiste num processo de interacção onde uma ou mais pessoas assumem o papel de entrevistador (lendo as perguntas) e uma, ou mais pessoas, assumem o papel de entrevistados, dando as respostas às perguntas e, em certas situações, acrescentando comentários sobre as questões em análise. As perguntas, tendo por base os objectivos do estudo, foram previamente estruturadas e configuradas em um documento designado por guião de entrevista (anexo) que serviu, exactamente, para guiar o entrevistador no sentido de obter, a partir dos entrevistados, as informações relevantes para a pesquisa. As entrevistas foram conduzidas face a face com as três pessoas consideradas informantes-chave.

O questionário é um instrumento de recolha e medição de dados formulado com base nos objectivos de um estudo e em variáveis (indicadores) mensuráveis. O questionário consiste assim num documento no qual estão estruturados e sistematizadas um conjunto de perguntas formuladas com base nos objectivos do estudo e em indicadores seleccionados para medir as diferentes variáveis do estudo. Neste estudo, as questões foram formuladas em duas configurações: i) perguntas abertas sobre as características dos respondentes; e ii) perguntas de resposta fechada com base em uma escala múltipla de itens, a cada um dos quais foi agregada uma escala numérica, tipo Likert, para medição do grau de importância que os respondentes atribuíam a cada item (indicador). Para este efeito, a cada um dos itens estava agregada a seguinte escala de importância: 1- Nada Importante; 2 – Pouco Importante; 3 – Importante; 4 – Bastante Importante; e 5 – Importantíssimo.

Os dois questionários utilizados nesta investigação foram especificamente desenvolvidos para o estudo e foram estruturados em dois módulos adaptados à respectiva população-alvo: 1) Características dos respondentes; 2) Aspectos relacionados com questões profissionais. O questionário aplicado aos responsáveis municipais pelo planeamento turístico (anexo 1) foi estruturado em dois subconjuntos de questões: i) Características pessoais; e 2)

Aspectos da actividade profissional. O questionário aplicado aos responsáveis pelo curso de turismo (anexo 2) foi também estruturado em dois subconjuntos: i) Características pessoais; e ii) Questões relacionadas com o ensino de turismo. O instrumento foi aplicado directamente, isto é, os respondentes responderam directamente às questões sem qualquer intermediário. De forma a testar a validade e a fiabilidade do questionário foi realizado um pré-teste. O pré-teste constitui uma estratégia para verificar se o instrumento está formulado de forma clara e se solicita o tipo de informação que se pretende e necessita para atingir os objectivos do estudo.

### **5.5 Análise de dados**

A análise dos dados foi conduzida e realizada tomando fundamentalmente em consideração o objecto e os objectivos de estudo. Assim, tendo em conta a pergunta de partida e os objectivos traçados considerou-se pertinente a utilização de estratégias estatísticas de natureza descritiva e relacional através fundamentalmente de testes não-paramétricos. Após a conclusão da recolha de dados foram construídas duas bases de dados com o apoio do programa SPSS cujas funcionalidades foram usadas para efectuar o respectivo tratamento estatístico.

O tratamento descritivo foi efectuado com base nas medidas de tendência central e de dispersão para cada uma das variáveis assim como das respectivas frequências, designadamente para a caracterização dos grupos-alvo. Nos casos em que se pretendeu estimar a importância relativa dos indicadores utilizou-se o teste não paramétrico Friedman que é uma estratégia estatística adequada para hierarquizar um conjunto de indicadores medidos por uma escala ordinal.

Para a análise das entrevistas foi utilizada a técnica da análise de conteúdo

## **Capítulo 6 - Análise de discussão dos resultados**

Este capítulo tem o propósito de analisar e apresentar os resultados do estudo que serviu de base para a presente dissertação. Inicialmente será apresentada a caracterização dos dois grupos alvo do estudo, designadamente docentes do ensino superior e responsáveis por planeamento turístico, e em seguida apresentam-se os resultados em função dos objectivos do estudo.

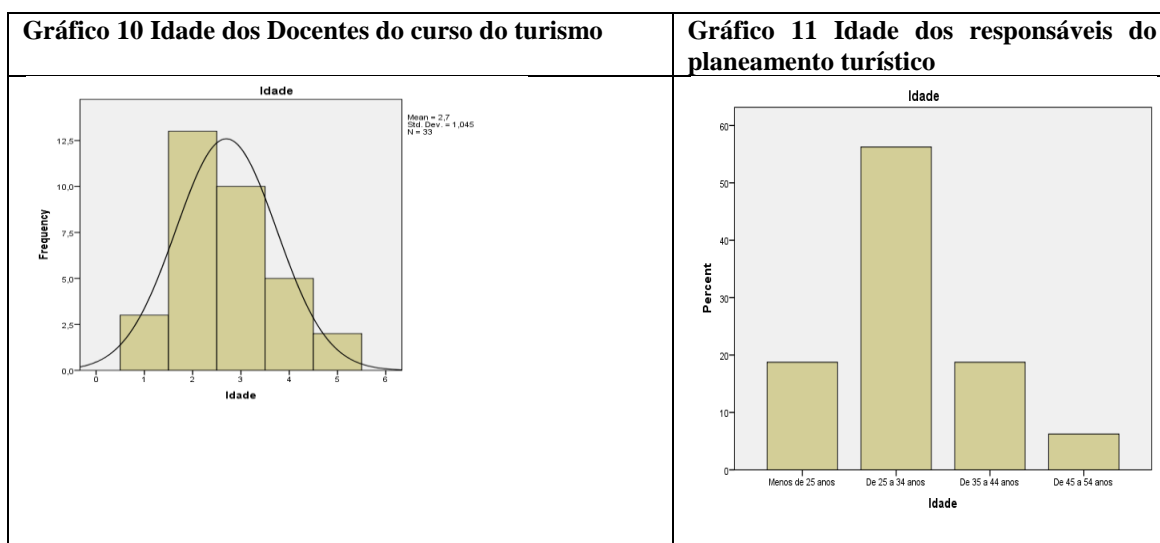
Os dados apresentados resultam da aplicação de dois questionários conduzidos junto dos docentes do ensino superior em turismo e os responsáveis de planeamento turístico que trabalham nas províncias de Luanda e do Kwanza Sul, da Republica Popular de Angola. Aceitaram responder ao questionário, 34 docentes do ensino superior e 18 responsáveis do planeamento turístico o que representa cerca de 69,4% e 51,4% do grupo total de docentes e do grupo total de responsáveis, seleccionados para o estudo, respectivamente. A partir dos dados capturados através dos questionários especificamente desenvolvidos para este estudo, apresentam-se e discutem-se os resultados com o propósito não só de analisar e caracterizar os grupos alvo bem como, conhecer em profundidade a problemática relacionada entre o ensino superior em turismo e o planeamento turístico e dar resposta às questões e objectivos que nortearam esta investigação. Para melhor responder e estruturar a resposta aos objectivos delineados optou-se por dividir o presente capítulo de análise e discussão dos resultados em função dos objectivos definidos para investigação.

### **6.1. Caracterização dos grupos alvos**

Os grupos alvos do presente estudo são descritos com base nas variáveis de caracterização sócio-demográfica dos docentes do ensino superior em turismo e dos responsáveis em planeamento turístico, designadamente idade, género, grau académico e experiência profissional. Assim, com base nas características referidas o perfil dos grupos-alvo deste estudo pode sumarizar-se da forma a seguir apresentada.

Em termos de idade (Gráficos 1e 2) a maioria do grupo de docentes (69,7%) e do grupo de responsáveis (75,1%) situa-se na faixa etária entre 25 e 45 anos.

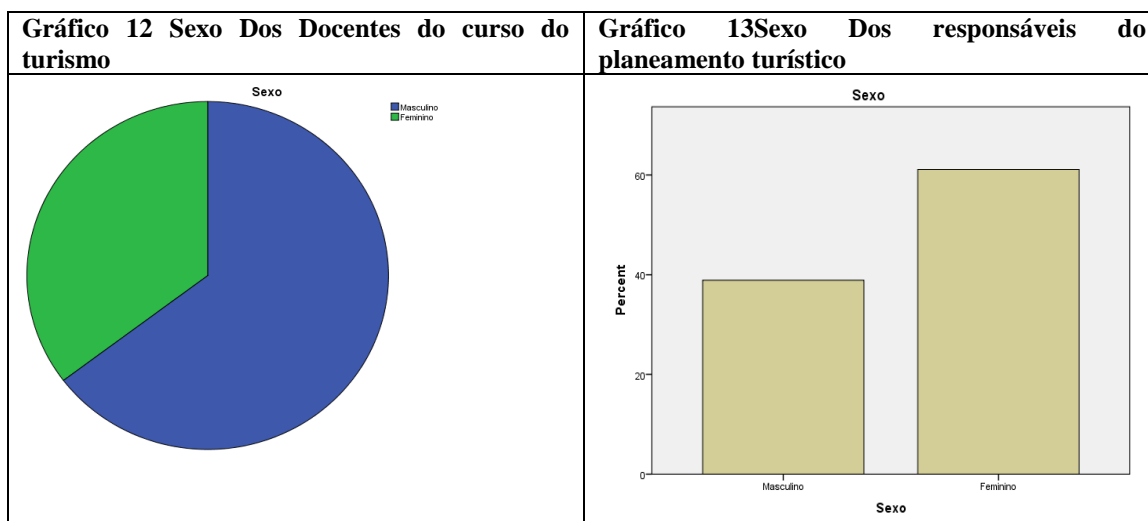
**Gráfico nº 10 e 11 Idade**



Fonte: Questionário de pesquisa (2016)

No que diz respeito ao género, o Grupo-alvo de docentes é na maioria (64,7%) do género masculino como se pode verificar no gráfico abaixo representado (Gráfico nº11) Relativamente ao grupo alvo dos responsáveis a maioria dos respondentes é do género feminino (61,1%) como se pode observar pelo Gráfico nº 12

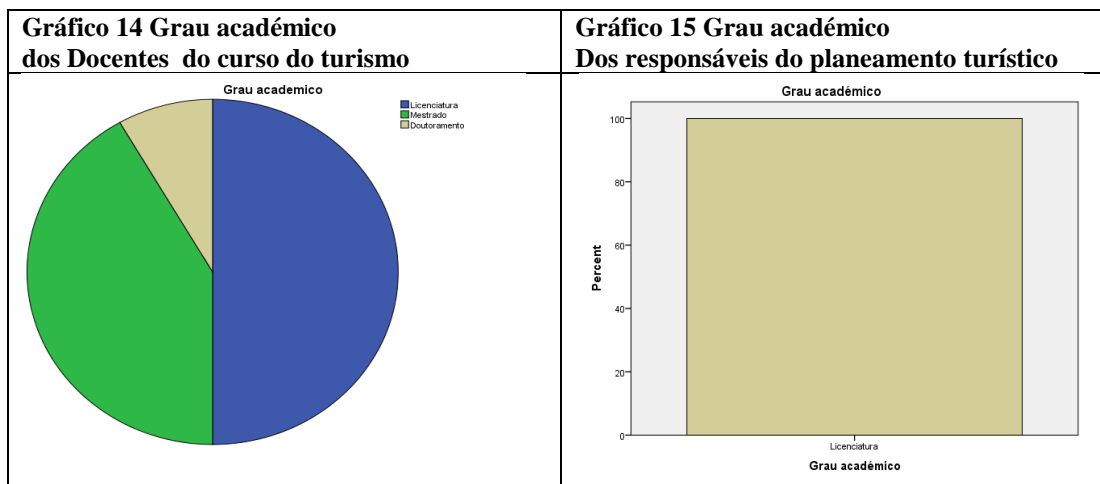
**Gráfico nº 12 e 13 Sexo**



Fonte: Questionário de pesquisa (2016)

Relativamente ao grau académico tanto o grupo de docentes (Gráfico nº12) como o de responsáveis pelo planeamento turístico (Gráfico nº13) tem na maioria formação a nível de Licenciatura. Contudo o grupo de docentes tem também uma percentagem (41,7%) significativa com formação a nível de mestrado.

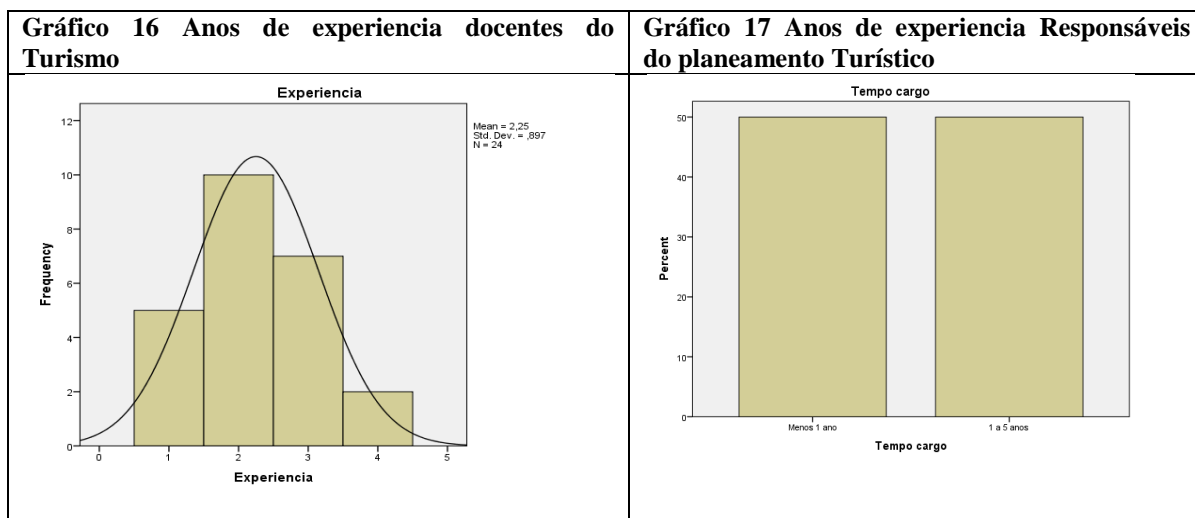
### Gráfico nº 14 e 15 Grau académico



Fonte: Questionário de pesquisa (2016)

No que diz respeito a experiência a maioria (70,9%) do grupo de docentes tem uma experiência entre 1e 10 anos enquanto a totalidade (100%) do grupo de responsáveis do planeamento turístico tem menos de 5 anos.

### Gráfico nº 16 e 17 Anos de experiencia



Fonte: Questionário de pesquisa (2016)

Em síntese pode dizer-se que o grupo de docentes estudado, é maioritariamente constituído por jovens de meia-idade do género masculino com uma formação a nível de Licenciatura e com 6 anos em média de experiência. Relativamente aos responsáveis pelo planeamento turístico, o grupo é maioritariamente constituído por jovens de meia-idade do género feminino com uma formação a nível de Licenciatura e com menos de 5 anos de experiência

## **6.2 A importância da formação superior em turismo para a promoção da actividade turística**

A importância do planeamento turístico para a promoção da actividade turística é assumida pelas pessoas entrevistadas designadamente a Directora nacional de formação turística, a coordenadora do curso superior de turismo da Universidade Agostinho Neto e pelo Director Nacional de ordenamento do território.

De acordo com as suas afirmações pode concluir-se que a promoção do turismo nos territórios Angolano deverá assentar na existência de um plano estratégico Nacional de turismo e ainda com a formação superior em turismo, devido fundamentalmente ao facto de que para promover o turismo é necessário mão-de-obra especializada.

É por estes motivos que é muito importante criar oportunidade de estágios para os alunos do curso superior em turismo, estas oportunidades permitem não só a efectividade de uma aprendizagem de natureza mas prática por parte dos estudantes como ainda reforça a cooperação entre ensino e actividade turística. Para esta cooperação desempenha um papel muito relevante o Instituto de Fomento turístico dado a sua capacidade para promover e realizar grandes eventos de natureza turística.

Para este efeito assume também relevância o enquadramento jurídico sobre o ordenamento turístico em Angola como o caso da Lei do ordenamento do território e urbanismo.

## **6.3 A importância da disciplina de planeamento Turístico**

Com o propósito de compreender a importância da existência de uma disciplina de planeamento turístico no plano curricular do ensino superior do turismo solicitou-se ao grupo de docentes a sua perspectiva sobre a importância do planeamento turístico para o ensino superior do turismo em termos gerais e em relação a natureza prática e teórica do ensino e ainda no que diz respeito a os conteúdos ministrados. De acordo com os resultados obtidos pode dizer-se que em termos gerais a maioria dos docentes (94,1%) considera importante ou muito importante a existência de uma disciplina de planeamento turístico no plano curricular do ensino superior do turismo. No que se refere aos conteúdos da disciplina de planeamento os docentes consideram que a natureza destes conteúdos deve ser equilibradamente teóricos e práticos e devem incluir fundamentalmente as problemáticas da política ambiental, do desenvolvimento sustentável, do marketing turístico e comunicação assim como incluir questões de natureza etnográfica e históricas relacionadas com o território. Estas conclusões

foram retiradas com base no teste Friedman (Quadro nº1) que é uma estratégia estatística adequada para hierarquizar um conjunto de indicadores medidos por uma escala ordinal.

**Quadro 1 - Importância dos conteúdos da disciplina do planeamento turístico**

<b>Quadro 1 – Importância dos conteúdos da disciplina do planeamento turístico</b>		<b>Test Statistics<sup>a</sup></b>	
<b>(Teste Friedman)</b>		<b>Test Statistics<sup>a</sup></b>	
	MeanRank		
Plan. Turístico	12,69	N	8
Teoria = prática	7,50	Chi-Square	35,991
Mais teoria	8,69	df	22
Mais prática	7,50	Asymp. Sig.	, 030
Economia_ Local	12,25	a. FriedmanTest	
<b>Pol_ Ambiental</b>	<b>13,44</b>		
Ord_ Território	13,06		
<b>Des_ sustentável</b>	<b>13,44</b>		
Marketing_ Territorial	12,25		
<b>Marketing_ Turístico</b>	<b>13,44</b>		
<b>Etnografia</b>	<b>14,31</b>		
<b>História</b>	<b>13,44</b>		
Cultura_ património	12,25		
Gastronomia_ artesanato	12,19		
Gestão_ projectos	13,06		
Gestão_ procura	12,19		
Promoção_ Turística	11,00		
Parcerias	12,19		
Negociação	11,00		
<b>Comunicação</b>	<b>13,44</b>		
Contextualização	11,00		
<b>Tipos_ Turismo</b>	<b>13,44</b>		
Produtos turísticos	12,25		

Fonte: Questionário da pesquisa (2016)

Percepção idêntica é tida pelos responsáveis do planeamento turístico a nível local uma vez que consideram muito importante as actividades relacionadas com identidade histórica, artística e cultural dos locais e a obrigatoriedade de se elaborar plano regional de desenvolvimento turístico assim como incluir questões de actividades turísticas nos planos directores dos municípios (Quadro nº2).

**Quadro 2 - Friedman Test**

FriedmanTest Quadro nº 2		Test Statistics <sup>a</sup>	
Ranks		Test Statistics <sup>a</sup>	
	MeanRank	N	18
Obrigatoriedade de plan.Reg. Turístico (7.1)	5,83	Chi-Square	77,950
Escudos reg. Turístico (7.2)	6,00	df	7
Plan director municipal (7.3)	5,19	Asymp. Sig.	,000
Identidade histórica, artística e cultural (7.4)	6,61	a. FriedmanTest	
Formação técnica em turismo(7.5)	3,50		
Promação consciencialização turística ambiental (7.6)	2,86		
Incentivar políticas ambiental e do turismo (7.7)	1,78		
Elaboração plano turístico no espaço rural(7.8)	4,22		

Fonte: Questionário da pesquisa (2016).

#### 6.4 A relevância dos conteúdos no planeamento turístico

Com o propósito de estimar a relevância dos conteúdos na disciplina do planeamento turístico submeteram-se ao grupo de docentes um conjunto de indicadores relacionados com diferentes conteúdos solicitando a sua valoração em termos da importância para a disciplina de planeamento turístico. Para o efeito, estimou-se, com o recurso ao teste estatístico de Friedman, (quadro nº 3) a importância relativa a cada dos indicadores atribuída pelos docentes. De acordo com os resultados verifica-se que os docentes valorizam como mais relevantes para a disciplina de planeamento turístico os conteúdos que incluem as questões etnográficas e históricas, das políticas ambiental e de desenvolvimento sustentável assim como os conteúdos de marketing turístico comunicação e os tipos de turismo.

Esta ideia está em linha com a percepção dos responsáveis do planeamento turístico uma vez que consideram muito importante a existência dos planos de desenvolvimento turístico regional e municipal (Quadronº2), no que diz respeito ao planeamento dos objectivos e conteúdos do planeamento turístico no ensino superior.



**Quadro 3 - FriedmanTest**

<b>FriedmanTest Quadro nº 3</b>			
<b>Ranks</b>		<b>TestStatistics<sup>a</sup></b>	
	MeanRank	N	8
Economia_ Local	9,75	Chi-Square	16,477
Pol Ambiental	10,75	df	18
Ord_Território	10,31	Asymp. Sig.	,559
Des _sustentável	10,75	a. FriedmanTest	
Marketing _Territorial	9,75		
Marketing _Turístico	10,75		
Etnografia	11,50		
História	10,75		
Cultura _ património	9,75		
Gastronomia _ artesanato	9,56		
Gestão _ projectos	10,31		
Gestão _procura	9,56		
Promoção _Turistica	8,56		
Parcerias	9,56		
Negociação	8,56		
Comunicação	10,75		
Contextualização	8,56		
Tipos _Turismo	10,75		
Produtos _Turisticos	9,75		

## 6.5 Relevância e o papel das parcerias no planeamento turístico

Com o propósito de estimar a relevância e o papel das parcerias no planeamento turístico solicitou-se ao de grupo de docentes que indicasse que tipo de entidades deveria o curso superior de turismo estabelecer parcerias com o propósito de criar oportunidades de estágio para os alunos. Para o efeito, analisou-se a frequência das respostas dadas pelos docentes (Quadro nº5) e com base nos resultados pode dizer-se que os docentes consideram mais relevante para o planeamento turístico estabelecer parcerias principalmente com agências de viagem e com o Instituto de Fomento Turístico. Curiosamente os docentes não consideram ser relevante estabelecer parcerias com associações de desenvolvimento turístico, com operadores Turísticos, com entidade regional do turismo e com empresas de consultoria e animação turística. Confrontados com esta percepção através de entrevistas verificou-se que o motivo pelo qual os docentes não consideram estas entidades relevantes para o planeamento turístico centra-se no facto da actividade destas entidades ser pouco visível.

Criar oportunidade de estágios para os alunos do curso superior em turismo, estas oportunidade permitem não só a efectivação de uma aprendizagem de natureza mais prática por parte dos estudantes como ainda reforça a cooperação entre e acção da actividade turística.

#### Quadro 4- Statistics

Quadro nº5 Statistics									
Statistics									
		Ass. Des. Turístico	Actividades c/comunidade local	Agência de viagem	Operadores turísticos	InFoTur	Entidade regional turismo	Empresas consultoria	Empresas animação turística
N	Valid	34	34	34	34	34	34	34	34
	Missing	0	0	0	0	0	0	0	0
	Mode	1	1	2	1	2	1	1	1
Freq	Não	64,7	73,5	38,2	52,9	14,7	82,4	82,4	76,5
	Sim	35,3	26,5	61,8	47,1	85,3	17,6	17,6	23,5

Fonte: Questionário de pesquisa (2016)

#### 6.6. Síntese dos resultados

A percepção dos docentes do ensino superior do turismo e dos responsáveis pelo planeamento do turismo indica claramente que a formação superior em turismo tem um efeito positivo no planeamento da actividade turística dos territórios locais. Este efeito positivo decorre fundamentalmente da existência de uma disciplina de planeamento turístico de natureza teórica/prática e com conteúdos relacionado fundamentalmente com problemáticas da política ambiental, do desenvolvimento sustentável, do marketing turístico e comunicação assim como questões de natureza etnográfica e histórica relacionadas com o território.

## **Capítulo 7 - Considerações finais**

### **7.1. Notas conclusivas**

A presente dissertação é composta pelos objectivos gerais e específicos da investigação, pela revisão da literatura que possibilitou a conceptualização e a fundamentação teórica, pela metodologia científica utilizada com especificações acerca dos processos de observação e de análise utilizados.

O planeamento é uma actividade essencial para que seja possível promover e optimizar o desenvolvimento através do turismo. Somente através da gestão racional é possível proporcionar uma actividade turística responsável e sustentável, melhorando os benefícios por ela gerada

As mudanças ocorrem a uma velocidade vertiginosa originando a rápida obsolescência dos saberes científicos, obtidos na formação inicial. Para além disso, actualmente, o alargamento do tempo efectivo de trabalho decorrente do aumento da esperança média de vida criou novas necessidades de formação/aprendizagem nos indivíduos adultos activos. É assim necessário compreender o papel do sistema de formação Superior em turismo no processo de desenvolvimento do planeamento turístico.

De facto, a formação superior em turismo, inicial e contínua, é actualmente um requisito para o permanente estado de competência dos técnicos dos mais variados campos de actividade profissional e assume-se como única estratégia para manter adequada e eficaz a sua actividade profissional e, como tal, essencial para a promoção do desenvolvimento local. Neste sentido, considera-se pertinente analisar a eficácia dos cursos superior em turismo/ das disciplinas dos cursos superior em turismo na actualização das competências profissionais tendo em vista resolver de forma adequada as necessidades das populações e dos territórios em que vivem. Assim sendo, perante estas evidências, é relevante estudar o papel e a importância que as instituições de ensino superior em turismo desempenham no processo de desenvolvimento das economias locais.

Em termos de objectivo geral este trabalho propôs-se a analisar a relação entre a formação superior em Turismo e planeamento local em Angola como é que contribuem para reforçar a atractividade de Angola como destino turístico.

Ao nível do objectivo específico, contextualizaram-se os conceitos operacionais relacionados com o sistema educação superior em Turismo e o planeamento turístico. Logo a seguir relacionou-se a actividade turística com o planeamento local, realçando entre outros

aspectos, os impactos da actividade, o planeamento e desenvolvimento turístico bem como a questão da sustentabilidade do turismo

A competitividade dos destinos turísticos passa, necessariamente pela melhoria de planeamento e gestão e ferramentas de avaliação para tomada de decisão. A existência de atractivos turísticos não se representa por si só, mas ao instalarem-se com garantia suficiente para o sucesso e perenidade de um destino turístico, estão a caminhar para a longevidade com qualidade.

Em função dos resultados, pode-se dizer que tanto os docentes como os responsáveis do planeamento turístico, permitem perceber que o turismo pode ser considerado um instrumento capaz de trazer melhorias nas condições básicas do país com reflexo na melhoria da qualidade socioeconómica da vida dos residentes.

Os dados apresentados resultam da aplicação de dois questionários conduzidos junto dos docentes do ensino superior e responsáveis de planeamento turístico que trabalham nas províncias de Luanda e do Kwanza Sul, da Republica de Angola. Aceitaram responder ao questionário, 34 docentes do ensino superior e 18 responsáveis do planeamento turístico o que representa cerca de 69,4% e 51,4% do grupo total de docentes e do grupo total de responsáveis, seleccionados para o estudo, respectivamente. A partir dos dados capturados através dos questionários especificamente desenvolvidos para este estudo, apresentam-se e discutem-se os resultados com o propósito não só de analisar e caracterizar os grupos alvo bem como, conhecer em profundidade a problemática relacionada entre o ensino superior em turismo e o planeamento turístico e dar resposta às questões e objectivos que nortearam esta investigação. Para melhor responder e estruturar a resposta aos objectivos delineados optou-se por dividir o presente capítulo de análise e discussão dos resultados em função dos objectivos definidos para investigação.

Em consonância com resultados de outros estudos que apontam a relevância das competências profissionais para o desenvolvimento do território.

Em síntese, da análise dos resultados, pode retirar-se as seguintes conclusões:

A educação superior em turismo, que o potencial do turismo não está bem aproveitado e que para haver melhorias ao nível de competitividade, capacidade de atrair turistas e de fideliza-los, é preciso haver mais formação, em todas as áreas do turismo e uma definição clara das estratégias, com planeamento integrado de todo o sector público e privado

O que se pode aperceber é que o turismo em Angola não tem a real percepção do valor que uma oferta de turismo Sustentável pode representar em termos de receitas, empregos,

amenização da sazonalidade, revitalização cultural e urbanístico representando desta forma uma grande dinâmica socioeconómica.

- 1- Verificou-se que a manutenção dos níveis de turismo massificados não é nem será praticável dada a crescente deterioração do meio ambiente, o esgotamento de recursos naturais não renováveis e as alterações da sociedade. O facto de em muitos países as políticas de turismo visarem unicamente o lucro imediato não só destroem o destino do ponto de vista ambiental, a identidade local, assim como leva a uma menor qualidade de vida da população local. Outro desafio importante, passa pelo combate à inevitável uniformização, é fundamental que as populações mantenham as suas características que sempre as distinguiram e que levam os turistas a deslocar-se para conhecer as suas particularidades
- 2- A globalização é um facto consumado, não será mais reversível, contudo é de suma importância a preservação da identidade cultural. Para que o destino não sofra com as consequências desse processo, torna-se fundamental a invenção ou reinvenção da tradição pela comunidade que nele habita, estabelecendo prioridades que levem em consideração as necessidades dos moradores e que a imagem preparada realmente corresponda as características históricas, culturais e sociais construídas no decorrer do tempo visando beneficiar aqueles que realmente vivem o lugar. É igualmente importante ter atenção que os diversos impactes económicos, ambientais, socioculturais não ocorrem de forma isolada, pelo contrário estão intimamente relacionados
- 3- A disciplina de planeamento turístico deve ser um dos objectivos do conteúdos da formação desenvolvidos pelos cursos superior de turismo é relevante para as suas estratégias formativas e, naturalmente, para adequar de forma mais eficaz a formação que oferecem às necessidades de competências profissionais para o desenvolvimento do território,
- 4- As Instituições de ensino superior em turismo oferecem aos indivíduos que os frequentam competências para áreas profissionais relevantes para a economia local pelo que podem ser vistos como uma alavanca para o desenvolvimento do território.
- 5- As estratégias de avaliação das aprendizagens seguidas pelos nas instituições de ensino superior em turismo reflectem de modo fidedigno as competências adquiridas na formação e, por outro lado, as disciplinas que integram o plano curricular tomam em consideração a progressividade da aprendizagem.

- 6- As Instituições de ensino superior em turismo, transmitem aos seus formandos a capacidade para identificar ambientes de trabalho propícios ao uso de novos conhecimentos e de novas competências permitindo-lhes adquirir autonomia para o uso de novos conhecimentos, novas competências e novas atitudes no trabalho.

Para além deste constrangimento, a recolha de informações pautou-se por outras dificuldades tais como o facto do país ainda não possuir massa crítica a ponto de haver interesse por estudos do género. O turismo é uma actividade que requer um bom planeamento e uma rigorosa gestão, caso contrário poderá produzir efeitos contrários aos desejáveis, poderão ser irreversíveis, levando a um recrudescimento das desigualdades, á destruição de valores e costumes estabelecidos. Um planeamento consciente e uma gestão

Um outro problema sentido durante a pesquisa foi o facto de as pessoas não estarem habituadas a colaborar no preenchimento de inquéritos. Na maior parte das vezes por se sentirem que não têm conhecimento suficiente para os responder, em outras ocasiões, porque não querem. Estão, em certos casos, conscientes que as coisas carecem de melhorias, mas preferem manter o “silêncio”.

Mesmo perante estes obstáculos, as respostas obtidas tanto nas entrevistas como nos inquéritos com os Docentes do curso superior de turismo, como dos responsáveis do planeamento turístico demonstram que o turismo é aceite e assumido como o principal veículo de desenvolvimento do país. Mas que é necessário o desenvolvimento de pensamento estratégico e de planeamento para o sector em geral e para o turismo em particular. Os eventos só serão viáveis se enquadrados dentro da estratégia global de desenvolvimento turístico do país, contribuindo a diversificação da oferta.

O estudo mostra que para potenciar a área de deve-se dar mais atenção à formação dos recursos humanos na área do turismo, criar serviços ligados à produção de eventos, requalificar os equipamentos existentes, trabalhar melhor a promoção do destino para o segmento de eventos, bem como aumentar os voos e melhorar as tarifas. Ou seja, no fundo, planear e criar um produto estruturado.

Caso esta actividade seja correctamente planeada, poderá contribuir para o aumento da capacidade humana de compreender e conviver com as diferenças, aprofundando as relações culturais, contribuindo assim para uma paz mundial e para uma melhor qualidade de vida das populações. Existe um ditado que diz “o turismo é como o fogo, pode cozinhar a sua comida ou destruir-lhe a casa” (Butler, 1995). Eis o grande desafio que se coloca às entidades de Angola: conseguir gerir e cozinhar de forma eficiente o prato turístico, sem destruir o seu

património tão vasto e rico, principalmente pelo mais importante, o seu povo, a sua história e a sua cultura tão diversificada, tão autêntica, simples, humilde, mas imponente e ancestral

A aposta no turismo, em concreto no ecoturismo, na zona do Cuanza Sul, por parte das autoridades angolanas não será neutra em termos dos seus impactos, veja-se a entrevista do Administrador Municipal, Fernando Barbosa Fonseca, cedida à ANGOP, durante as comemorações dos 97 anos de existência da vila da Conda.

«O administrador municipal, referiu serem vários os ganhos alcançados e, realçou que a jornada comemorativa dos 97 anos reflecte a união dos naturais e amigos da Conda, mas também permite fazer o balanço do que foi feito e perspectivar o futuro do município.

A Conda vai conhecendo melhorias, com as obras de requalificação dos edifícios, passeios, lancis e do sistema de iluminação pública na sede e arredores. Outras acções que visam conferir a imagem digna da Conda estão a decorrer nas áreas de ordenamento urbano, com o cadastramento dos edifícios degradados para o seu aproveitamento, bem como a construção de novos empreendimentos hoteleiros.

Para terminar, é importante salientar que as dificuldades para a realização desta dissertação foram várias, desde estar em Angola e ter acompanhamento à distância, aos constrangimentos do trabalho de campo, bem como à dificuldade de encontrar material bibliográfico relacionado com turismo em Angola. No entanto, apesar de tudo parece ter sido um caminho árduo, mas que chegou ao fim graças à persistência e capacidade para enfrentar desafios, que felizmente não faltaram.

Espero que esta dissertação venha a ser um contributo importante ao nível académico e para a sociedade em geral, na criação de uma massa crítica capaz de lidar com o planeamento e desenvolvimento do turismo bem como fazer diagnósticos e definir políticas capazes de corresponder aos anseios de tornar realística a actividade turística, nela incluindo o planeamento turístico, como o motor de desenvolvimento de Angola.

## **7.2. Recomendações**

Tomando em consideração as principais conclusões retiradas do presente estudo acima descritas, considera-se adequado fazer algumas recomendações no sentido de melhorar as estratégias da formação superior em turismo e do planeamento turístico, com o propósito de terem papel relevante nos processos de desenvolvimento local dos territórios e comunidades em que estão inseridos. Assim, sugerem-se as seguintes recomendações:

1 - As Instituições de ensino superior em turismo devem investir cada vez mais em planos e estratégias formativas que tomem em consideração as necessidades inscritas nos diagnósticos efectuados para os Planos de Desenvolvimento do Território;

2 – As Instituições de ensino superior em turismo, devem planear os objectivos e conteúdos da formação com base nos diagnósticos de necessidades tendo em vista a que os planos de formação dêem resposta eficaz às necessidades de competências profissionais para o desenvolvimento do território.

3 As Instituições de ensino superior em turismo, devem adoptar estratégias de avaliação das aprendizagens adequadas e eficazes e que tomem em consideração a progressividade da aprendizagem.

4 – As estratégias formativas oferecidas pelas Instituições de ensino superior em turismo, devem privilegiar a aquisição por parte dos formandos da capacidade para identificar ambientes de trabalho propícios ao uso de novos conhecimentos para que, uma vez no mercado de trabalho, tenham autonomia para o uso de novos conhecimentos, novas competências e novas atitudes no trabalho,



## Bibliografia

- Adelino, L. D. (S/d de S/d de 2007). *Planeamento turístico em Miranda do Corvo contributo de uma análise geográfica*. Obtido em 21 de Maio de 2017, de eumed.net enciclopedia virtual: [http://www.eumed.net/libros-gratis/2012b/1192/a\\_importancia\\_do\\_planeamento\\_turistico.html](http://www.eumed.net/libros-gratis/2012b/1192/a_importancia_do_planeamento_turistico.html)
- Almeida, E. M. (s/d de s/d de 2006). *Planeamento Turístico – Proposta Metodológica para Municípios Brasileiros de Pequena e Média Dimensão*. Obtido em 18 de Maio de 2016, de Universidade de Aveiro: <https://ria.ua.pt/bitstream/10773/1521/1/2008000361.pdf>
- Almeida, E. M. (2006). *Planeamento Turístico – Proposta Metodológica para Municípios Brasileiros de Pequena e Média Dimensão*. Obtido em 5 de Maio de 2017, de Universidade de Aveiro: <https://ria.ua.pt/bitstream/10773/1521/1/2008000361.pdf>
- Amorim, E., Umbelino, J., & Costa, C. (5 de Março de 2012). *Reflexões sobre a Relação entre a Formação Superior em Turismo com a Função de Gestão e Planeamento dos Destinos Turísticos*. Obtido em 16 de Dezembro de 2016, de ANPTUR, Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo: [http://www.anptur.org.br/novo\\_portal/anais\\_anptur/anais\\_2011/pdf/48-120-1-SP.pdf](http://www.anptur.org.br/novo_portal/anais_anptur/anais_2011/pdf/48-120-1-SP.pdf)
- Andrade Silva, E. M. (20 de Julho de 2006). *Planeamento estratégico para desenvolvimento do turismo : o caso de Vila Franca do Campo*. Obtido em 17 de Maio de 2017, de UNIVERSIDADE DOS AÇORES: <https://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/3880/4/DissertMestradoElisabeteMariaAndradeSilva2016VF.pdf>
- Angola, I. N. (31 de Maio de 20014). *.embajadadeangola.com*. Obtido em 11 de Maio de 2017, de Publicacao Resultados Preliminares Censo 2014\_FINAL.13.10.14.pdf: [http://www.embajadadeangola.com/pdf/Publicacao%20Resultados%20Preliminares%20%20Censo%202014\\_FINAL.13.10.14.pdf](http://www.embajadadeangola.com/pdf/Publicacao%20Resultados%20Preliminares%20%20Censo%202014_FINAL.13.10.14.pdf)
- ANGOP. (Dezembro de 2016). *Hotelaria caracteriza-se pela aposta no turismo interno*. Obtido em 5 de junho de 2017, de [http://m.portalangop.co.ao/angola/pt\\_pt/mobile/noticias/economia/2016/11/52/Retrosp](http://m.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/mobile/noticias/economia/2016/11/52/Retrosp)

ectiva2016-Hotelaria-caracteriza-pela-aposta-turismo-interno,0e00a04f-e20d-4021-a8b2-db763b0a8e2e.html?version=mobile

Associação dos Hotéis e Resorts. (5 de Fevereiro de 2016). *AHRA - Associação dos Hotéis e Resorts de Angola*. Obtido em 5 de junho de 2017, de AHRA: <http://ahra.co.ao/2016/02/05/fundada-associacao-dos-hoteis-e-resorts/>

Barbosa, F. F. (S.d de Fevereiro de 2005). *turismo-e-desenv-local-e-regional*. Obtido em 29 de Abril de 2016, de Universidade federal de Letras - Ufta: <http://www.luzimarteixeira.com.br/wp-content/uploads/2011/04/turismo-e-desenv-local-e-regional.pdf>

Castro Ferrari, A. L. (Junho de 2003). *Turismo e Meio Ambiente: Profissão de Futuro*. Obtido em 28 de Abril de 2016, de REVISTA TURISNO: <http://www.revistaturismo.com.br/artigos/profissaofuturo.html>

Colucci, E., Costa, A. S., & Silva, R. (s/d de Abril de 2015). *Estratégia de Internacionalização na Europa e no Brasil o Impacto do programa Ciência sem Fronteira*. Obtido em 31 de Maio de 2016, de Alisios Erasmus Mundus: <http://www.uc.pt/iii/iniciativas/alisos/doc2>

Competitividade e sustentabilidade de um cluster de turismo: uma proposta de modelo sistêmico de medida do impacto do turismo no desenvolvimento local2005*Revista de Administração Contemporânea* 7

Cordeiro, A., Alcoforada, L., & Ferreira, A. G. (Desembro de 2011). *Projeto Educativo Local. Um processo associado a estratégias de desenvolvimento integrado e sustentável*. Obtido em 30 de Maio de 2017, de Departamento de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. CEIS 20 e CEGOT.: [http://www.uc.pt/fluc/depgeo/Cadernos\\_Geografia/Numeros\\_publicados/CadGeo30\\_31/Eixo3\\_6](http://www.uc.pt/fluc/depgeo/Cadernos_Geografia/Numeros_publicados/CadGeo30_31/Eixo3_6)

Costa Maciel Nova, C. B., & da Silva, C. T. (s,d de Janeiro de 2010). *Planejamento e Organização do Turismo*. Obtido em 16 de Maio de 2017, de 061112\_planej\_org\_tur.pdf: [http://redeetec.mec.gov.br/images/stories/pdf/eixo\\_hosp\\_lazer/061112\\_planej\\_org\\_tur.pdf](http://redeetec.mec.gov.br/images/stories/pdf/eixo_hosp_lazer/061112_planej_org_tur.pdf)

CPLP. (Setembro de 2011). *Um olhar sobre o Turismo Angolano*. Obtido em 28 de Maio de 2017, de CPLP Revista Zero.

da Silva, M. C., & Gasparn, J. L. (2005). *A segunda revolução industrial e suas influências sobre a educação escolar brasileira*. Obtido em 29 de Maio de 2017, de Universidade Estadual de Maringá - Pr :  
[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer\\_histedbr/seminario/seminario7/TRABALHOS/M/Marcia%20CA%20Silva%20e%20%20Joao%20L%20Gasparin2.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario7/TRABALHOS/M/Marcia%20CA%20Silva%20e%20%20Joao%20L%20Gasparin2.pdf)

de Oliveira, M. d., & Salazar, A. M. (s/d de s/d de 2011). *Os impactos do turismo: o caso da viagem medieval de santa maria da feira*. Obtido em 31 de maio de 2016, de book of proceedings vol. I – international conference on tourism & management studies – algarve:  
<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:iBOsl33eieYJ:tmstudies.net/index.php/ectms/article/download/240/351+&cd=2&hl=pt-PT&ct=clnk&gl=p>

Dum, J. E. (s.d de Julho de 2014). *Mercados informais do município sumbe da província do kuanza sul: uma evidência empírica*. Obtido em 27 de Abril de 2016, de Instituto Politécnico de Bragança:  
<https://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/10311/1/Jo%C3%A3o%20Ernesto%20Eduardo%20Dum.pdf>

Embaixada de Angola em Portugal. (Dezembro de 2016). *Informação Geral*. Obtido em 22 de Dezembro de 2016, de [embaixadadeangola.pt](http://www.embaixadadeangola.pt):  
<http://www.embaixadadeangola.pt/viagens-e-turismo/>

Embassy of Angola South Africa. (s/d de Maio de 2017). *Turismo & Atracções*. Obtido em 29 de Maio de 2017, de <http://www.angolanembassy.org/turismo.html>

ENE), I. N. (2014). Censo., *Censo*; , p. 1. *Estrutura organizacional do processo de planeamento turístico uma perspectiva teórica*

Farinãs, M. R. (s/d de s/d de 2011). *Destinos turísticos. Realidad y concepto*. Obtido em 29 de Maio de 2017, de Revista de Investigación em Turismo y Desarrollo Local:  
<http://www.eumed.net/rev/turydes/11/rrf.pdf>

- Fazenda, N., da Silva, F. N., & Costa, C. (2008). *política e planeamento turístico à escala regional o caso da agenda regional de turismo para o norte de portugal*. Obtido em 25 de Maio de 2017, de estudos regionais | nº 18: <http://www.apdr.pt/siteRPER/numeros/RPER18/18.4.pdf>
- FERNANDES. (2010). *A importância do planeamento turístico*. Obtido em Dezembro de 2016 de 2016, de eumed. net enciclopedia Virtual: [http://www.eumed.net/libros-gratis/2012b/1192/a\\_importancia\\_do\\_planeamento\\_turistico.html](http://www.eumed.net/libros-gratis/2012b/1192/a_importancia_do_planeamento_turistico.html)
- Fernandes, M. R. (s/d de s/d de 2005). *Educação e Formação em Turismo* . Obtido em 30 de Maio de 2017, de Universidade de Aveiro Departamento de Economia, Gestão e Engenharia: <http://ria.ua.pt/bitstream/10773/4788/1/2007001203.pdf>
- Ferreira, L. (s/d de s/d de 2009). *Planeamento Estratégico de Destinos Turísticos*. Obtido em 25 de Maio de 2017, de ISCET – Instituto Superior de Ciências Empresariais e do Turismo: <http://www.apdr.pt/congresso/2009/pdf/Sess%C3%A3o%202015/178A.pdf>
- Getz, D. (1986). *Models Turism Planing*. Obtido em 16 de Maio de 2017, de University of Calgary, Canada: <http://www3.tjcu.edu.cn/wangshangketang/lyxgl/yuedu/23.pdf>
- Gondim, S. M. (2 de Julho de 2002). *Perfil profissional e mercado de trabalho: relação com a formação académica pela perspectiva de estudantes universitários*. Obtido em 30 de Maio de 2017, de Universidade Federal da Bahia: <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v7n2/a11v07n2.pdf>
- Governo da Província de Luanda. (21 de Setembro de 2014). *Plano de Desenvolvimento Provincial 2013/2017 - Luanda*. Obtido em 21 de Abril de 2016, de Governo da Província de Luanda: <http://sipangola.org/gis/documents/Plano%20de%20Desenvolviemto%20Provincial%20de%20Luanda%202013-2017.pdf>
- Governo da Província do Kuanza Sul. (2015). *Atribuições*. Obtido em 2017 de Abril de 2016, de Governo Provincial do Kwanza-Sul: <http://www.kwanzasul.gov.ao/Institucionais/Atribuicoes.aspx>

- Gusman, T., Cañizares, S., & Jesus, M. (s/d de Março de 2007). *Satisfação laboral na actividade hoteleira no Algarve e na Andaluzia*. Obtido em 24 de Maio de 2017, de SeiELO Portugal: [http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1645-44642009000200003](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-44642009000200003)
- HALL, C. M. (2004). *Planejamento Turístico Políticas, Processos e Relacionamentos*. Obtido em 17 de Maio de 2017, de CADERNO VIRTUAL DE TURISMO: [www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/download/50/46](http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/download/50/46)
- INE.Luanda,Angola. (Setembo de 2014). *Resultados preliminares de recenseamento Geral da Populaçã e Habitação de angola*. Obtido em 21 de Abril de 2017, de Instituto Nacional de estatística: <https://unstats.un.org/unsd/demographic/sources/census/wphc/Angola/Angola%202014%20Census.pdf>
- Instituto Nacional de Estatística. (13 de 10 de 2014). *Publicacao Resultados Preliminares Censo 2014\_*. Obtido em 27 de Aabril de 2016, de Censo 2014: [http://www.embajadadeangola.com/pdf/Publicacao%20Resultados%20Preliminares%20%20Censo%202014\\_FINAL.13.10.14.pdf](http://www.embajadadeangola.com/pdf/Publicacao%20Resultados%20Preliminares%20%20Censo%202014_FINAL.13.10.14.pdf)
- IQF- Instituto para Qualidade na Formação. (Setemmbro de 2005). *Evolução das qualificações e diagnóstico das necessidades de formação*. Obtido em 26 de Maio de 2017, de O TURISMO em Portugal.
- Kanhango, Z. (13 de Janeiro de 2009). *Intensa paixão, tristeza profunda, sagrada esperança*. Obtido em 27 de Abrill de 2016, de Sumbe Angola profunda: <http://bimbe.blogs.sapo.pt/222178.html>
- KASTENHOLZ. (2006). *Planeamento turístico em miranda do corvo contributo de uma análise geográfica*. Obtido em 20 de Dezembro de 2016, de eumed.nete inciclopedia virtual: [http://www.eumed.net/libros-gratis/2012b/1192/a\\_importancia\\_do\\_planeamento\\_turistico.html](http://www.eumed.net/libros-gratis/2012b/1192/a_importancia_do_planeamento_turistico.html)
- L. D. (2015). *Turismo e economia no município de Alagoa Grande-PB*. Obtido em 4 de Maio de 2016, de uepb Universidade Estadual da Paraíba: <http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/11447/1/PDF%20-%20Levi%20da%20Silva.pdf>

- Lopes, M. (s/d de s/d de 2011). *Marketing no Turismo Estruturação de um Plano de Marketing*. Obtido em 28 de Maio de 2017, de Universidade de Coimbra: [https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/15388/1/Relat%C3%B3rio%20de%20Est%C3%A1gio\\_Marlene%20Lopes.pdf](https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/15388/1/Relat%C3%B3rio%20de%20Est%C3%A1gio_Marlene%20Lopes.pdf)
- LUANDA, D. A. (2016). *Mapa Província de Luanda*. Obtido em Dezembro de 2016, de <http://www.mpla.ao/imprensa.52/noticias.55/luanda-militantes-do-icolo-e-bengo-e-da-quicama-integrados-no-cpp.a763.html>
- M. A., & W. G. (s/d de s/d de 1982). *Impacto turístico, económico, físico e social*. Obtido em 18 de Maio de 2017, de CABI: <https://www.cabdirect.org/cabdirect/abstract/19831895928>
- Martins, C. A. (2002). *A gestão de recursos humanos e as especificidades do mercado de trabalho no sector hoteleiro. A região norte de portugal*. Obtido em 21 de Dezembro de 2016, de Instituto politecnico de Bragança: <https://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/2840/1/GRH%20Sector%20Hoteleiro.pdf>
- Marujo, M. N., & Carvalho, P. (Outubro de 2010). *Turismo, planeamento e desenvolvimento sustentável Tourism, planning and sustainable development*. Obtido em Dezembro de 2016, de Universidade de Cuimbra: <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/14392/1/Turismo%2C%20planeamento%20e%20desenvolvimento%20sustent%C3%A1vel.pdf>
- Massola, R. (1948). *Significado de Qualidade de Vida*. Obtido em 26 de Maio de 2016, de O M S: <http://www.ricardomassola.com.br/o-que-e-qualidade-de-vida-podemos-medi-la>
- Ministério do Planeamento e do Desenvolvimento. (s.d de Dezembro de 2012). *Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017*. Obtido em 27 de Abril de 2017, de Ministério do Planeamento e do Desenvolvimento: <https://www.google.pt/search?q=Plano+Nacional+de+Desenvolvimento+2013-2017%2C+pags+158+e+165%2C+República+de+Angola+Ministério+do+Planeament+o+e+do+Dese>

- Nogueira, M. G. (Abril/Jun. de 1987). *O papel do turismo no desenvolvimento*. Obtido em 29 de Abril de 2016, de Revista de Administração Pública: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/9772/8795>
- Nunes, S. I. (s/d de s/d de 2014). *Espaço público municipal: do projeto à obra – o caso de estudo do Município de Estremoz*. Obtido em 28 de Maio de 2016, de Instituto Politecnico de Portalegre: <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/17219/1/Tese%20de%20Mestrado.pdf>
- OMT. (s/d de s/d de 2010). *Panorama OMT del turismo internacional*. Obtido em 23 de Maio de 2017, de O M T: <http://www.e-unwto.org/doi/pdf/10.18111/9789284413867>
- Organização Mundial do Turismo. (30 de 12 de 2014). *Turismo encerra 2014 com recordes em todo o Mundo*. Obtido em 28 de Abril de 2016, de Organização Mundial do Turismo: <https://www.dinheirovivo.pt/invalidos/turismo-encerra-2014-com-recordes-em-todo-o-mundo/>
- P. E. (2008). *Reflexões sobre a Relação entre a Formação Superior em Turismo com a Função de Gestão e Planeamento dos Destinos Turísticos*. Obtido em 20 de Dezembro de 2016, de [http://www.anptur.org.br/novo\\_portal/anais\\_anptur/anais\\_2011/pdf/48-120-1-SP.pdf](http://www.anptur.org.br/novo_portal/anais_anptur/anais_2011/pdf/48-120-1-SP.pdf)
- Palacio, A. B., & Santana, y. J. (2002). *El proceso de formación de la imagen de los destinos turísticos: una revisión teórica*. Obtido em 19 de Dezembro de 20016, de Instituto de Turismo de Espanha: <http://estadisticas.tourspain.es/img-iet/revistas/ret-154-2002-pag5-32-89481.pdf>
- Pereira da, F. F., & R. R. (s/d de s/d de 2006). *O planeamento estratégico de marketing territorial como instrumento fundamental para o aumento da competitividade e afirmação territorial : o caso de Almeida*. Obtido em 17 de Maio de 2017, de Universidade do Minho: <http://hdl.handle.net/1822/7184>
- Pereira, P. J. (s/d de s/d de 2017). *A actividade turistica e a sustentabilidade das regiões de destino*. Obtido em 26 de Maio de 2017, de [apgeo.pt: http://www.apgeo.pt/files/docs/CD\\_X\\_Coloquio\\_Iberico\\_Geografia/pdfs/017.pdf](http://www.apgeo.pt/files/docs/CD_X_Coloquio_Iberico_Geografia/pdfs/017.pdf)

- Petrocchi, M. (s.d de s.d de 2007). *Turismo Planeamento e Gestão*. Obtido em 23 de Dezembro de 2016, de Estante virtual: <https://www.estantevirtual.com.br/b/mario-petrocchi/turismo-planejamento-e-gestao/2085530463>
- Poon, A. (1993). *Tourism, technology and competitive strategies*. Obtido em 28 de Abril de 2016, de A CABI International Publicacion: [https://books.google.be/books?id=6aIPnwEACAAJ&hl=nl&source=gbs\\_book\\_oth](https://books.google.be/books?id=6aIPnwEACAAJ&hl=nl&source=gbs_book_oth)
- Porto Editora. (s.d de s.d de 2003). *Kwanza Sul in Artigos de apoio Infopédia*. Obtido em 27 de Abril de 2017, de Porto Editora: [https://www.infopedia.pt/\\$kwanza-sul](https://www.infopedia.pt/$kwanza-sul)
- Publituris. (6 de Maio de 2009). *Capacidade de carga:um dos instrumentos fundamentais na planificação do território turístico*. Obtido em 22 de Maio de 2017, de <http://www.publituris.pt/2009/05/06/capacidade-de-carga-um-dos-instrumentos-fundamentais-na-planificacao-do-territorio-turistico/>
- Publituris. (17 de Agosto de 2016). *Resort' de luxo em Luanda*. Obtido em 28 de Abril de 2017, de Publituris: <http://www.publituris.pt/2016/08/17/resort-luxo-luanda-preve-1-600-postos-trabalho-investimento-49me>
- RA.LAZER. (21 de 4 de 2016). *Águas quentes de Conda*. Obtido em 2017 de Abril de 2016, de RA.LAZER: <http://www.redeangola.info/roteiros/aguas-quentes-de-conda/>
- Revitalização urbana e turismo o caso do centro histórico de Chaves*
- Rezende, D. A. (24 de Junho de 2009). *Planejamento estratégico municipal: projeto de planejamento e de política pública de um município brasileiro*. Obtido em 18 de Maio de 2017, de Denis.indd: <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/15/282>
- Ruschman, D. V. (s,d de s,d de 2008). *Turismo e planejamento Sustentável Proteção do Meio Ambiente*. Obtido em 15 de Maio de 2017, de Papirus Editora: [https://books.google.com.br/books?id=kvK5ujzbZdIC&printsec=frontcover&dq=inauthor:"Doris+van+de+Meene+Ruschmann"&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwji0peYoPLTAhU](https://books.google.com.br/books?id=kvK5ujzbZdIC&printsec=frontcover&dq=inauthor:)
- Sarmiento, E. M. (s.d de 2006). *Uma perspectiva socioeconómica sobre a potencialidade do turismo na economia angolana*. Obtido em 1 de Maio de 2017, de



ELA\_turismo\_desenvolvimento\_01.pdf:

[http://www.ela.uevora.pt/download/ELA\\_turismo\\_desenvolvimento\\_01.pdf](http://www.ela.uevora.pt/download/ELA_turismo_desenvolvimento_01.pdf)

Semedo, C. A. (2011). *Recil Repositório Científico Lusofona*. Obtido em 28 de Abril de 2016, de O turismo como estratégia de redução da pobreza em Cabo Verde: <http://recil.grupolusofona.pt/handle/10437/5561>

Silva, J. A. (Outubro de 2007). *O turismo como atividade econômica: enfoque de demanda versus enfoque de oferta*. Obtido em 25 de Maio de 2017, de TURyDES: <http://www.eumed.net/rev/turydes/01/jass.htm>

SILVA, L. (2015). *Turismo e Economia no Município de Alagoa Grande - PB*. Obtido em Dezembro de 2016, de uepb Universidade Estadual da Paraíba: <http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/11447/1/PDF%20-%20Levi%20da%20Silva.pdf>

*Turismo, planeamento e desenvolvimento sustentável Tourism, planning and sustainable developments.d*

*Turistas e moradores locais: Uma reflexão teórica dessa relação*

Umbilino, J., & Amorim, E. (27 de Junho de 2010). *Estrutura organizacional do processo de planeamento turístico uma perspectiva teórica*. Obtido em 21 de Maio de 2017, de Cuitur Revista de Cultura e Turismo: [http://www.uesc.br/revistas/culturaeturismo/ano4-edicao2/artigo\\_3.pdf](http://www.uesc.br/revistas/culturaeturismo/ano4-edicao2/artigo_3.pdf)

UNWTO. (1996). *Organização Mundial do Turismo (UNWTO/ OMT)*. Obtido em 1 de Junho de 2017, de AJONU: <https://ajonu.org/2012/10/17/organizacao-mundial-do-turismo-omt/>

Valls, J. F. (2006). *Gestão integral de destinos turísticos sustentável*. Rio de Janeiro: FGV.

Valls, J. F. (2006). *Gestão intrgral de destinos turísticos sustentáveis*. Rio de Janeiro: FGV.

wikipedias.d*Mapa de Angola resaltando a provincia*

Yin, R. (s/d de s/d de 2003). *Estudos de casos - metodologia baseada em Yin* . Obtido em 31 de Maio de 2017, de Universidade Presbiteriana Mackenzie:

[https://www.researchgate.net/publication/280938344\\_Estudos\\_de\\_casos\\_-\\_metodologia\\_baseada\\_em\\_Yin\\_2003\\_-\\_2011](https://www.researchgate.net/publication/280938344_Estudos_de_casos_-_metodologia_baseada_em_Yin_2003_-_2011)

## ANEXO

### **Anexos I - Questionário aplicado aos Responsáveis pela Gestão e Planeamento do turismo nas Administrações Municipais**

Sou estudante da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias onde frequento o Mestrado em Turismo no âmbito do qual estou a fazer um estudo com o objectivo de avaliar os principais impactos da formação em Turismo em Angola. Para o efeito, gostaria de contar com a sua preciosa colaboração no preenchimento e devolução do presente questionário cujas respostas constituirão uma das fontes de dados para o referido estudo. Trata-se de um questionário de escolha múltipla, podendo algumas questões implicar mais que uma “escolha. A sua opinião é muito importante uma vez que, conhecendo a sua perspectiva e avaliação sobre os impactos da formação de turismo, será possível elaborar recomendações no sentido de melhorar a qualidade da oferta. As respostas serão tratadas confidencialmente. Agradeço a colaboração e disponibilidade que possa dispensar para o preenchimento do questionário.

#### I – Características Pessoais

##### 1 Sexo?

Masculino	1	Feminino	2
-----------	---	----------	---

##### 2 Em que faixa etária se encontra?

Menos de 25 anos	1	Entre 45 e 54 anos	4
Entre 25 a 34 anos	2	Entre 55 e 60anos	5
Entre 35 a 44 anos	3		

##### 3 Qual o seu grau académico?

3.1	Licenciatura	1
3.2	Mestrado	2
3.3	Doutoramento	3

## II - Informações relativa à sua actividade profissional

4 Tempo que ocupa o cargo:

.1	Menos de 1 ano	
.2	De 1 a 5 anos	
.3	De 6 a 10 anos	
.4	Mais de 10 anos	

5 No seu Município existe um órgão específico responsável pela gestão e planeamento do turístico?  
Assinale com uma cruz

Não		
-----	--	--

Sim		
-----	--	--

Não responde	99
--------------	----

6 Quais destas Actividades desenvolve actualmente no âmbito da gestão e planeamento Turístico designadamente para as suas funções? Assinale com uma cruz

6.1	Ordenamento territorial e urbanismo	
6.2	Elaboração de inventário turístico	
6.3	Elaboração de planos de marketing	
6.4	Elaboração de diagnósticos e prognósticos	
6.5	Processo de envolvimento da comunidade e do sector privado com a comunidade	
6.6	Estudo de viabilidade de produtos turísticos	
6.7	Análise de tendências de mercado	
6.8	Concepção, incremento e fomento de destinos turísticos	
6.9	Promoção e venda de destinos turísticos	
6.10	Implementação do plano de desenvolvimento do turismo	
6.11	Controle e avaliação do plano de desenvolvimento do turismo	
6.12	Inspecção e certificação de qualidade dos destinos turísticos	
6.13	Elaboração de materiais promocionais	
6.14	Licenciamento de empreendimentos turísticos	
6.15	Registo de estabelecimento de alojamento	
6.16	Consultadoria na área de gestão, marketing ou planeamento turístico	

**7 Acções de planeamento estratégico para a turistificação a nível local. Assinale a importância que atribui a cada uma delas para a sua actividade profissional.** Utilize a escala

*1- Nada Importante; 2- Pouco Importante; 3- Importante; 4- Bastante Importante; 5- Importantíssimo*

7.1	Obrigatoriedade de um plano de desenvolvimento turístico regional	1	2	3	4	5
7.2	Desenvolvimento de estudos visando o aprimoramento turístico regional	1	2	3	4	5
7.3	Plano director municipal – preso na discussão do Estatuto da cidade	1	2	3	4	5
7.4	Preservar a identidade histórica, artística e cultural do município	1	2	3	4	5
7.5	Formação de mão-de-obra local no nível e técnico para a área de turismo	1	2	3	4	5
7.6	Promover programas de consciencialização turísticos ambientais	1	2	3	4	5
7.7	Incentivar o desenvolvimento de uma política ambiental e de turismo;	1	2	3	4	5
7.8	Elaboração de um plano de desenvolvimento turístico que leve em consideração o espaço rural	1	2	3	4	5

## **Anexo II - Questionário aplicado aos responsáveis pelos Cursos de Turismo**

### **Inquérito sobre os principais impactos da formação superior em Turismo no planeamento da actividade nível local em Angola**

Sou estudante da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias onde frequento o Mestrado em Turismo no âmbito do qual estou a fazer um estudo com o objectivo de avaliar os principais impactos da formação em Turismo em Angola. Para o efeito, gostaria de contar com a sua preciosa colaboração no preenchimento e devolução do presente questionário cujas respostas constituirão uma das fontes de dados para o referido estudo. Trata-se de um questionário de escolha múltipla, podendo algumas questões implicar mais que uma “escolha. A sua opinião é muito importante uma vez que, conhecendo a sua perspectiva e avaliação sobre os impactos da formação de turismo, será possível elaborar recomendações no sentido de melhorar a qualidade da oferta. As respostas serão tratadas confidencialmente. Agradeço a colaboração e disponibilidade que possa dispensar para o preenchimento do questionário.

#### **I - Características pessoais**

##### **1 Sexo?**

Masculino	1	Feminino	2
-----------	---	----------	---

##### **2 Em que faixa etária se encontra?**

Menos de 25 anos	1	Entre 45 e 54 anos	4
Entre 25 a 34 anos	2	Entre 55 e 60 anos	5
Entre 35 a 44 anos	3		

3 Quantos anos de experiência de docência, ou outra actividade têm na área do turismo? Assinale no quadro seguinte:

3.1	Menos de 1 ano	1
3.2	De 1 a 5 anos	2
3.3	De 6 a 10 anos	3
3.4	Mais de 10 anos	4

##### **4 Qual o seu grau académico?**

4.1	Licenciatura	1
-----	--------------	---

4.2	Mestrado	2
4.3	Doutoramento	3

## II – Ensino de Turismo

5 No curso superior em turismo oferecido na sua instituição de ensino, que importância atribui à existência de uma disciplina de planeamento turístico? Assinale a importância que atribui a cada uma das afirmações conteúdos abaixo indicados utilize a escala 1- Nada Importante; 2- Pouco Importante; 3- Importante; 4- Bastante Importante; 5- Importantíssimo

5.1	Nada importante	1
5.2	Pouco importante	2
5.3	Importante	3
5.4	Bastante importante	4
5.5	Muito importante	5

6 No curso superior em turismo oferecido na sua instituição de ensino, a disciplina de planeamento turístico tem conteúdos de natureza diferenciada em termos teóricos e práticos? Indique a importância que atribui a cada uma das afirmações conteúdos abaixo indicados utilizando a escala 1- Nada Importante; 2- Pouco Importante; 3- Importante; 4- Bastante Importante; 5- Importantíssimo.

6.1	Aspectos teóricos e práticos de forma equitativa	1	2	3	4	5
6.2	Essencialmente aspectos teóricos	1	2	3	4	5
6.3	Essencialmente aspectos práticos	1	2	3	4	5

**7 No curso superior em turismo oferecido na sua instituição de ensino, que importância atribui aos conteúdos abaixo indicados?** Como parte do conteúdo do programa utilize a escala 1- Nada Importante; 2- Pouco Importante; 3- Importante; 4- Bastante Importante; 5- Muito importante

7.1	Economia local regional e nacional	1	2	3	4	5
7.2	Politica ambiental	1	2	3	4	5
7.3	Ordenamento do Território	1	2	3	4	5

7.4	Desenvolvimento sustentável	1	2	3	4	5
7.5	Marketing territorial	1	2	3	4	5
7.6	Marketing turístico	1	2	3	4	5
7.7	Etnografia	1	2	3	4	5
7.8	Cultura e património	1	2	3	4	5
7.9	Gastronomia e artesanato	1	2	3	4	5
7.10	Gestão de projecto e análise da sua viabilidade económica	1	2	3	4	5
7.11	Gestão da procura turística	1	2	3	4	5
7.12	Promoção e divulgação dos produtos turísticos	1	2	3	4	5
7.13	Dinamização e gestão de parcerias	1	2	3	4	5
7.14	Negociação	1	2	3	4	5
7.15	Comunicação	1	2	3	4	5
7.17	Contextualização da actividade turística	1	2	3	4	5
7.18	Tipos de turismo	1	2	3	4	5
7.19	Produtos turísticos	1	2	3	4	5

8 Que actividades práticas de planeamento turístico são realizadas no âmbito do curso de turismo oferecido na sua instituição de ensino? Assinale com uma cruz as existentes na sua instituição

8.1	Elaboração de inventário turístico	
8.2	Elaboração de planos de marketing	
8.3	Elaboração de planos de desenvolvimento turístico	
8.4	Sensibilização e/ou consciencialização da comunidade com relação ao turismo	

9 Assinale a importância para o curso de turismo de cada uma das actividades práticas de planeamento turístico abaixo indicadas. Utilize a escala *1- Nada Importante; 2- Pouco Importante; 3- Importante; 4- Bastante Importante; 5- Muito Importante.*

9.1	Elaboração de inventário turístico	1	2	3	4	5
9.2	Elaboração de planos de marketing	1	2	3	4	5
9.3	Elaboração de diagnósticos e prognósticos	1	2	3	4	5



9.4	Elaboração de planos de desenvolvimento turístico	1	2	3	4	5
9.5	Estudo de viabilidade de produtos turísticos	1	2	3	4	5
9.6	Análise de tendências de mercado	1	2	3	4	5
9.7	Sensibilização e/ou consciencialização da comunidade com relação ao turismo	1	2	3	4	5
9.8	Processo de envolvimento da comunidade e do sector privado	1	2	3	4	5
9.9	Implementação do plano de desenvolvimento do turismo	1	2	3	4	5
9.10	Controle e avaliação do plano de desenvolvimento do turismo	1	2	3	4	5

10 Existem parcerias estabelecidas entre o curso de turismo e algumas entidades locais ou regionais de turismo, públicas ou privadas, por exemplo no âmbito de protocolos para estágios relacionados com actividades em gestão e planeamento do turismo? Assinale com uma cruz:

10.1	Associações de desenvolvimento Turístico	
10.2	Actividades práticas junto da comunidade local	
10.3	Agência de viagem	
10.4	Operadores Turísticos	
10.5	Com o Instituto de Fomento Turístico ( Infotur )	
10.6	Entidade regional do Turismo	
10.7	Empresas de consultoria	
10.8	Empresas de animação Turística	

**11 Assinale a importância que atribui a cada uma das parcerias abaixo indicadas.**  
Utilize a escala 1- Nada Importante; 2- Pouco Importante; 3- Importante; 4- Bastante Importante; 5- Muito Importante.

11.1	Associações de desenvolvimento Turístico	1	2	3	4	5
11.2	Actividades práticas junto da comunidade local	1	2	3	4	5

11.3	Agência de viagem	1	2	3	4	5
11.4	Operadores Turísticos	1	2	3	4	5
11.5	Com o Instituto de Fomento Turístico ( Infotur )	1	2	3	4	5
11.6	Entidade regional do Turismo	1	2	3	4	5
11.7	Empresas de consultoria	1	2	3	4	5
11.8	Empresas de animação Turística	1	2	3	4	5

**12 Classifique os conteúdos a seguir, de acordo com a realidade vivida no curso de turismo em Angola. Utilize a escala *1- Nada Importante; 2- Pouco Importante; 3- Importante; 4- Bastante Importante; 5- Muito Importante***

12.1	Contextualização da actividade turística	1	2	3	4	5
12.2	Tendências de mercado	1	2	3	4	5
12.3	Tipos de Turismo	1	2	3	4	5
12.4	Produtos turísticos	1	2	3	4	5
12.5	Economia local, regional e nacional	1	2	3	4	5
12.6	Política ambiental	1	2	3	4	5
12.7	Ordenamento do território	1	2	3	4	5
12.8	Desenvolvimento sustentável	1	2	3	4	5
12.9	Marketing territorial	1	2	3	4	5
12.10	Marketing turístico	1	2	3	4	5
12.11	Etnografia	1	2	3	4	5
12.12	Cultura e património	1	2	3	4	5
12.13	Gastronomia e artesanato	1	2	3	4	5
12.13	Gestão de projectos e análise da sua viabilidade económica	1	2	3	4	5
12.14	História	1	2	3	4	5
12.15	Cultura e património	1	2	3	4	5
12.16	Gestão da procura turística	1	2	3	4	5
12.17	Promoção e divulgação de produtos turísticos	1	2	3	4	5
12.18	Dinamização e gestão de parceiras	1	2	3	4	5
12.19	Negociação	1	2	3	4	5
12.20	Comunicação	1	2	3	4	5

12.21	Licenciamento das actividades turísticas	1	2	3	4	5
-------	--	---	---	---	---	---

## **Anexo III - Entrevista**

### **1.Entrevista**

**Empresa:** Ministério de Hotelaria e turismo

**Cargo:** Directora Nacional de formação turística

**Entrevistada:** Dr. Maria dos Santos

Ângela Manuel (AM) **Como classifica a actual fase que o sector turístico atravessa?**

Maria dos Santos (MS) Bem, vou pronunciar-me sobre uma área que embora esteja mais ligada ao Ministério de Hotelaria e Turismo, acaba também por estar ligada ao Ministério do Comércio e por consequência estamos interligados.

Estamos a viver um novo ciclo de desenvolvimento da indústria do turismo em Angola. Esse desenvolvimento não se traduz só pelo crescimento do número de turistas (internos e externos – estrangeiros que visitam Angola em negócios) e da receita arrecada, mas por uma constante procura na melhoria da organização. Precisamos de empresas dinâmicas, bons projectos empresariais, dinamismo económico e uma boa estratégia comercial e de marketing, que fale do país e que venda as nossas unidades turísticas. É a isso que se verifica na indústria do turismo a nível mundial, e isso que pretendemos para Angola. Angola está em paz, penso que é um ponto positivo e pode contribuir para que lutemos para este país, mesmo estando em África, venha a tornar-se um destino de qualidade, destacando-se na oferta a quem nos procura um nível de exigência e qualidade cada vez maior

**AM - A dinâmica empresarial está a acompanhar as novas exigências?**

MS - Há uma grande vontade por parte do tecido empresarial em investir na área do turismo e quando falo na área do turismo, não me refiro à restauração mas sim em empreendimentos turísticos, como hotéis, pousadas, resorts e preferencialmente fora da capital. Os empresários, de hoje, desejam aproveitar os programas de investimento lançados pelo Governo Angolano, como o “Angola Investe” e investir nas províncias. Temos hoje mais competência e capacidade empresarial neste sector, e isso reflectiu-se num novo patamar de exigência para todas as empresas, mesmo aquelas que não pertencem a esses grupos económicos. Para competirem no mercado aberto as empresas tiveram de investir. Houve claramente uma viragem na abordagem do marketing e da comunicação em geral, principalmente nos últimos 3 ou 4 anos que implica a necessidade de adaptação da indústria

do marketing (agências), face à evolução dos canais de comunicação e à crescente necessidade das marcas e empresas entenderem o seu consumidor e/ou utilizador.

**AM - De acordo com as suas palavras, depreende que existe um Plano Estratégico Nacional do Turismo. O que podemos receber no curto prazo?**

MS- Sim, existe um Plano Estratégico Nacional do Turismo, o Ministério de Hotelaria e Turismo, criou o Instituto de Fomento Turístico (Infotur) que está capacitado para receber grandes eventos de qualquer natureza, e há directrizes muito concretas por parte do Governo para uma clarividência de escolher aqueles que melhor se conjuguem com as nossas capacidades e onde podemos representar um melhor papel

**AM - Os eventos de massa dão sempre maior projecção...**

MS - Dão evidentemente uma grande projecção, mas às vezes não se traduzem necessariamente num aumento significativo do turismo. Lembro, por exemplo, o Campeonato Africano das Nações – CAN 2010 e o Mundial de Hockey em Patins 2013. Foram eventos que para além de trazerem a Angola equipas de futebol e de hóquei, por arrasto entrou um número de turistas estrangeiros bastante considerável, cujo objectivo era assistirem aos jogos das suas equipas, mas acabavam por ficar alguns dias.

O Mundial de Hockey em Patins 2013, foi exemplo disso, até porque teve uma particularidade, desenrolou-se entre o Namíbe e Luanda, e isso obrigou inclusive ao investimento em novas infra-estruturas, estradas, estádios, alojamentos com qualidade, que se calhar se não fosse o Mundial, talvez se realizem mais tarde ou não e isso foi um grande trunfo.

**AM - Como explica que ainda assim, a mão-de-obra especializada seja parca:**

Na verdade para além de outros constrangimentos, como uma visão de turismo de alta qualidade e de diferenciação, a falta de mão-de-obra especializada na área da hotelaria e turismo em Angola, é o nosso handicap. Mas estamos a trabalhar para colmatar essa deficiência. Há uns anos atrás não existia oferta de cursos médios, os chamados profissionais quer de ensino superior, as licenciaturas e mestrados, na área do turismo. Hoje, já temos oferta nesse sentido e com qualidade, inclusive com parcerias de escolas e universidades estrangeiras. Por exemplo, o primeiro curso de pós graduação em Turismo em Angola foi ministrado pelo Instituto de Planeamento e Desenvolvimento do Turismo (IPDF), uma organização não-governamental portuguesa, que na altura contou com cerca de 30 alunos e teve a parceria da Organização Mundial do Turismo (OMT) e da Universidade Fernando Pessoa, sediada no Porto. Bastou este pontapé de saída e hoje já contamos com outras

parcerias, como a Universidade de Évora, a Universidade do Porto. Na área de ensino profissional, menciono por exemplo a Escola de Hotelaria e Turismo do Porto e a Escola de Hotelaria de *Lausanne*, Suíça.

Portanto penso que estamos no bom caminho e já vamos tendo algum feedback. Os turistas, tanto externos como internos já vão referenciando um melhor atendimento, acompanhamento e verificam que há mais preocupação numa oferta diferenciada e de qualidade, e isso deixamos contentes, embora saibamos que há um longo caminho a percorrer.

**AM - Quais as projecções para o futuro?**

MD - Estamos muito optimistas. Angola tem condições para continuar a crescer, assim haja vontade empresarial nacional e estrangeira. Iniciamos a regulamentação do sector, a organização e planeamento, requalificação de monumentos, alojamentos abandonados e temos confiança que futuramente, em cada província angolana haverá pelo menos um ou dois empreendimentos turísticos de referência. Temos de deixar de pensar que turismo é só sol e praia. Claro que o Mussulo e Cabo Ledo são importantes, mas temos que seguir o exemplo do projecto turístico Okavango-Zambeze, um projecto transfronteiriço que conjuga interesses de países vizinhos como a Namíbia, Botswana, Zâmbia e Zimbabué, um projecto de desenvolvimento do sector a nível interno e regional, contudo há que investir igualmente no marketing. Felizmente já existem algumas empresas a actuar no sentido de compreender aqueles a quem dirigem o seu discurso. Diria que estamos no caminho certo com um número interessante de profissionais cada vez mais especializados nas diferentes áreas do turismo e do marketing, oxalá tenham sempre uma perspectiva de 360°.

AM - Por falar nesse tipo de projecto, conhece certamente as “águas quentes da Conda”. Quando se visita aquele local, sentimos uma tristeza, dado o abandono a que o “Centro Turístico” se encontra, (e aqui quando refiro Centro Turístico, coloco entre aspas). O que falhou ou melhor o que está a falhar?

O termo “falhar” pode ser forte, mas estamos identificados com o problema e gostaríamos imenso que o tecido empresarial do Cuanza Sul ou outro se interessasse pelo local e viesse valorizar o produto. Um produto com capacidades excelentes para o desenvolvimento do ecoturismo com uma valência de enorme captação de turistas, que seria um SPA natural e direccionado para a área da saúde, o chamado “Turismo de Saúde e Bem-estar”. Da nossa parte, Governo de Angola, está aberto e pronto a apoiar projectos viáveis, sustentáveis e que envolvam a comunidade local e suas tradições. Seria ótimo que a província do Cuanza Sul avançasse nesse sentido e se tornasse também num pólo de desenvolvimento

turístico. Vamos trabalhar para atingir esse objectivo até porque não são conhecidos turistas de saúde a procurar Angola e gostaríamos imenso de contrariar essa tendência, sendo certo que deveríamos primeiro começar pelo turista nacional e mais tarde avançar para outros patamares.

**AM - Que sugestão deixa para os empresários e profissionais da área do turismo?**

MS- No mercado hoteleiro e turismo/ comércio lido com duas realidades que se tocam, sendo distintas no trabalho dos dados. São perfis diferentes que se cruzam nas exigências dos produtos e serviços que encontram: de excelência. Temos que trabalhar mais o Marketing Inteligente, encará-lo uma perspectiva obrigatória, onde a estratégia encontra os resultados. E é óptimo perceber o papel quantitativo do marketing como peça fundamental das organizações».

Directora Nacional de formação em Hoteleira e turística, Dr.<sup>a</sup> Madalena Maria pereira dos Santos

**AM - Quantas escolas de formação profissional e superior que leccionam o curso de turismo existentes a nível Nacional?**

Eis alguns estabelecimentos de ensino na área do turismo e hotelaria que estão a “dar cartas” e são reconhecidos quer a nível nacional como internacionalmente.

**Escolas profissionais:**

**MS - Escola de Hotelaria e Restauração de Tala tona (EHR)** - Tutelada pelo Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social (MAPESS). Oferece cursos médios (Gestão Hoteleira, Restauração e Turismo), cursos técnicos (Recepção Hoteleira e Serviço de Alojamento; Turismo (Guia Turístico e Agência de Viagem) e Restauração (Cozinha, Pastelaria e Panificação, Restaurante e Bar, Animação e Organização de Eventos), Também oferece cursos livres e cursos de aperfeiçoamento. A maioria dos cursos tem a duração de 9 meses e 3 anos e a escola é membro da EUHOFA (*International Association of Hotels Schools*) e assinou um protocolo de intercâmbio com a Escola de Hotelaria e Turismo de Cabo Verde (EHTVC).

Hotel Alameda escola - Luanda

*Improthel*- Luanda

Centro de formação profissional do Bengo.

**MS - Instituto Superior Politécnico de Ciências tecnológico (INSUTEC) -Universidade Agostinho Neto**

Licenciatura em Hotelaria e Turismo, é um curso de 4 anos, oferece aos alunos uma formação académica, científica e técnica que lhes permite um posicionamento profissional competitivo de forma a enfrentarem com sucesso os desafios da vida activa e do trabalho e a ultrapassarem a crescente exigência dos consumidores. Saídas profissionais: Gestão de Hotelaria e Restauração; operadores Turísticos e Agências de Viagem; agências de Promoção Turística; estabelecimentos Hoteleiros e Casinos; empresas de Animação e Organização de Eventos; empreendimentos Turísticos, de Restauração e de Bebidas, entre outros.

**MS - Instituto Superior Publico:** Licenciatura Gestão de Turismo

Escola Superior de Hotelaria e Turismo, adstrito a Universidade Agostinho Neto (UAN) Kilamba – Luanda, universidade Lueji A`Nkonda- Província de Malange, Universidade Mandume Ya Ndemufayo-Província do Kuando-Kubango

**Privado:**

MS - Luanda em 2000, Instituto Superior de ciências e Tecnológica (INSOTEC) - Luanda

Universidade Metodista – Luanda

Universidade Privada de Angola (UPRA)

Licenciatura em Turismo e Gestão Hotelaria Objectivos do Curso: O Curso de Turismo e Gestão Hotelaria tem como objectivo principal garantir uma estrutura sólida e eficaz, permitindo a formação de activos que vão de encontro as necessidades multidisciplinares do sector;

O seu principal propósito é formar profissionais e dotá-los de uma visão que os permita actuar de forma crítica, reflectiva e criativa no desempenho de suas funções, no domínio do planeamento, administração e organização de diferentes empresas turísticas e organismos oficiais do turismo.

**MS -Escola Superior de Gestão Hoteleira de Benguela**

Academia Angolana com programas creditados pela *Ecole Hôtelière de lausanne (EHL)*. A Escola não pertence ao Ministério de hotelaria e Turismo, mas tem-no como parceiro. O curso é de 4 anos e são pagos pelo Fundo Soberano de Angola.

**AM- Existe algumas parcerias estabelecidas entre os cursos de hotelaria e turismo com algumas entidades locais ou regionais de turismo, Publica ou privada por exemplo no**



**âmbito de protocolos estágios relacionado com actividade em gestão e planeamento turístico?**

Não é da alçada do Ministério de hotelaria e Turismo orientar as escolas a fazer acordos com os privados sendo parceiro do estado para o desenvolvimento. Existem vários departamentos Ministeriais que formam no ramo, tais como:

MPSS, Educação, ensino Superior,

## **2. Entrevista**

**Entrevistada.** Carida Alcebo Baente , de nacionalidade Cubana,

**Empresa:** universidade Agostinho Neto do Kilamb Luanda, Coordenadora do curso Superior de Turismo da Universidade Agostinho Neto do Kilamb Luanda, Professora da Universidade de Havana com 56 anos de experiencia na educação dos quais 52 em educação Superior,

### **Cargos Académicos:**

Coordenadora do curso Superior de Turismo da Universidade Agostinho Neto do Kilamb Luanda, professora da Universidade de Havana com 56 anos de experiencia na educação dos quais 52 em educação Superior,

Reitora do instituto Superior de Artes em Cuba, fundadora do Sistema e capacitação de Turismo em Cuba, Membro da Comissão Nacional de carreiras, em 2014 começou a trabalhar nas instalações como perita da carreira em Turismo nas províncias de Malange, Luanda, Kuando Kubango- Angola,

### **AM - A quanto tempo o instituto superior funciona e como esta estruturado o curso?**

CB - Deu Inicio a 28 de Fevereiro de 2014, é uma dependência da Universidade Agostinho Neto

O curso tem a duração de 5 anos porque em Angola Só recentemente começou haver a cultura em turismo e no quinto ano é dada a cadeira de investigação científica a instituição alberga um total de 162 alunos.

### **AM - Característica da carreira?**

CB - A carreira tem 1,48% do conteúdo está dedicado a prática profissional e este dividido da seguinte forma:

1º Ano

Pratica de familiarização onde se identifica toda envolvente em Turismo;

2º Ano

Pratica de diagnóstico e técnica de informação Turística;

3º Ano

Pratica em Hotelaria e Restauração;

4º Ano

Pratica em agência de viagens, guia de turístico, transportes turísticos, entidade de lazer e recreio

5º Ano

Esta dedicada a investigação científica, nesta pratica a duas disciplinas nucleares uma em inglês 1º 2º 3º Ano outra que agrupa 12 sub disciplinas onde a pratica profissional e a disciplina integradora.

A partir do 3º ano alunos aprovados em exames integrados integram todo conhecimento

Primeira semana de Maio, conferência sobre estrutura da organização de estudo na Universidade

#### **AM - Visitas realizadas no primeiro semestre do 1º ano?**

CB - Dia 2 De Julho, Visita ao Porto, Baía de Luanda e Mausoléu agostinho Neto

Dia 3 conferência sobre turismo social em Angola

Dia 7 visita ao centro de H C T A

Dia 8 entrega relatório da visita

Dia 10 visita ao parque nacional da Quiçama ( quinta da kimbela)

#### **1º Ano 2º Semestre**

Visita a hotéis, empresa de transporte, Aeroporto internacional 4 de Fevereiro

**2º Ano** pratica e técnica de investigação em concordância com a Infotur ( Instituto de Fomento Turístico)

**3º Ano**

1º Semestre concentração de práticas em hotelaria.

**AM - Número de docentes da instituição que leccionam o curso de turismo?**

CB - Os professores são todos de nacionalidade cubana do 1º ano ao 3º ano funcionam como monitor, só a partir do 4º ano começam a funcionar com Docente.

**AM- Objectivo do curso de Licenciatura em Turismo?**

CB - Objectivos concretos é dotar os alunos ou seja futuros profissionais da área de turismo conjunto de competências que os permitira assumir cargos tais como nas Direcções provinciais, empresas hoteleiras, companhias aéreas, entidades regional do turismo mas também com perspectiva de dotar os alunos ao empreendedorismo e desenvolvimento de projecto próprios na medida que sabemos que o turismo é importante para economia Nacional.

**AM - Universidade do Kilamba já é uma instituição ensino de referência?**

CB - Não mas vem permitir consolidar a formação na área de turismo e a necessidade do mercado, face a fraco desenvolvimento turístico regional e escassez de recursos humanos na prestação de serviços tem sido uma experiência muito boa.

**AM - Qual é a importância da formação para as comunidades locais**

CB - Primeiro Se trabalhar com planeamento e administração pública cuidamos da cidade para receber os turistas.

Segundo os docentes a partir da aprendizagem transformam o que aprenderam e produtos para alguém consumir o mesmo tem que ser da tal forma que não degrade o Meio ambiente e gere renda para a população é o que chamamos de sustentabilidade.

**AM - Existe parcerias estabelecidas entre os cursos de turismo que coordena com algumas entidades locais ou regionais de turismo público ou privado, por exemplo no âmbito de protocolos para estágios relacionado com actividades de gestão e planeamento turístico?**

CB - O Infotur foi criado em 1997, com objectivo de se responsabilizar e assumir o papel importante na estratégia de desenvolvimento do turismo nacional, no que tange estágios para os discentes e recém formados na área, parceria com o centro de convenções de Tala tona, (HCTA), parque nacional da kissama

### **3. Entrevista**

**Entrevistado:** Moisés João André Damião,

Empresa: Ministério de hotelaria e turismo

Cargo: Director Nacional de ordenamento do território

**AM - Enquadramento jurídico sobre ordenamento do turismo em Angola ou seja diplomas legais?**

MD - No que tange o ordenamento do turismo esta em fase de aprovação tem estado a trabalhar com ordenamento do território, Diário da Republica 1ª serie nº 51 de 25 de Junho de 2004, reporta a lei do ordenamento do território e urbanismo;

**AM - As organizações, o espaço e o sistema de turismo em Angola?**

MD - É solicitado ao Governo Provincial de Luanda, na qualidade de detentor dos espaços, para o ecoturismo temos o ministério do ambiente que delimitam 27 parques nacionais com implantação de empreendedorismo turístico e privado ou do estado, engloba o projecto Okovango realizado anualmente em Outubro.

**AM- Evolução do ordenamento do território em Angola de 1975 a 2013?**

MD - O ordenamento do território é, fundamentalmente, a gestão da interacção homem/espaço natural. Consiste no planeamento das ocupações, no potenciar do aproveitamento das infra-estruturas existentes e no assegurar da preservação de recursos limitados.

**AM - Como classifica a fase que o sector do turismo atravessa actualmente?**

MD -O turismo está numa fase de crescimento. Cresceu consideravelmente nos últimos 12 anos de paz. Hoje já conseguimos andar por tudo quanto são províncias e municípios de Angola.

Fez saber ainda que existe no sector, a formação de quadros básicos, médios e uma minoria que frequenta o ensino superior. Neste momento existem três escolas Superiores de Turismo, nomeadamente em Luanda, Malanje e Cuando Cubango, fazendo votos que surjam outras nas demais províncias.

País marca passos rumo ao desenvolvimento turístico após longos anos de paragem devido aos quase 30 anos de guerra em que o país esteve mergulhado. Durante o período conturbado da história de Angola, o sector turístico foi ofuscado pelo barulho dos projecteis e pelo fumo provocado pelas máquinas de guerra.